

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
Doutorado em Ciências Contábeis**

ISABEL CABRAL

**STAKEHOLDER INVISÍVEL – A CONTABILIDADE DIALÓGICA
COMO VOZ DA COMUNIDADE DO ENTORNO DA SIDERÚRGICA
DE VOLTA REDONDA/RJ**

RIO DE JANEIRO
28/Fevereiro/2023

ISABEL CABRAL

**STAKEHOLDER INVISÍVEL – A CONTABILIDADE DIALÓGICA
COMO VOZ DA COMUNIDADE DO ENTORNO DA SIDERÚRGICA
DE VOLTA REDONDA/RJ**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Maia de Siqueira
Coorientadora: Prof^a Dr^a Aracéli Cristina de Sousa
Ferreira

RIO DE JANEIRO
28/Fevereiro/2023

Isabel Cabral

**STAKEHOLDER INVISÍVEL – A CONTABILIDADE DIALÓGICA
COMO VOZ DA COMUNIDADE DO ENTORNO DA SIDERÚRGICA
DE VOLTA REDONDA/RJ**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Ricardo Maia de Siqueira - PPGCC/UFRJ (Orientador)

Profª Drª Aracéli Cristina de Sousa Ferreira - PPGCC/UFRJ (Coorientadora)

Profª Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca (membro interno)

Profª Drª Alessandra de Sá Mello da Costa - PUC/RJ (membro externo)

Prof. Dr. João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento - UFPI (membro externo)

Ao meu filho Luiz, à minha nora Márcia
À minha filha Monica e meu genro Arlan
À minha mãe e minha avó (in memoriam)
Ao Wilson Pinho (in memoriam)
Às pessoas que perderam suas vidas tentando
realizar seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo, por sempre me guiar, por colocar no meu caminho pessoas que me ajudam a realizar meus sonhos. Muito obrigada, Pai!

Ao meu filho Luiz Carlos e minha nora Márcia Cristina por me apoiarem, pelas refeições maravilhosas e por me ajudarem nesta caminhada.

À minha filha Monica e meu genro Arlan pelo incentivo.

À toda minha família pelo incentivo e pela torcida para chegar até aqui.

À querida Beatriz Lenz, minha gratidão por todo o apoio psicológico.

À querida Isabela Peres, minha gratidão por todo o apoio e pelas aulas de pilates que aliviaram as dores.

À querida Dra. Tania Guerreiro por cuidar da minha saúde física e mental.

À querida Dra. Lélia Tozzatto e ao Dr. Rene Leibinger pelo tratamento depois do AVC e, principalmente, pelo incentivo para eu cursar o doutorado

Ao meu querido amigo professor Rodrigo Marques.

Às minhas queridas amigas Luciana Holtz e Jazmin Figari, sem o apoio de vocês, eu não teria conseguido. Muito obrigada!

Aos meus amigos e amigas da UFF pelo incentivo, em especial ao Abegão e José Cláudio.

Ao meu orientador, professor José Ricardo, por tudo e pela orientação neste trabalho, pela compreensão, pelos ensinamentos.

À minha orientadora, professora Aracéli, por todo apoio e dedicação.

Ao PPGCC da UFRJ pela honra de concluir o curso de doutorado. Aos professores e professoras minha eterna gratidão pelos ensinamentos, em especial às professoras Ana Carolina Pimentel, Fernanda Sauerbronn e Márcia Carvalho.

Às professoras Rayla Dias, Alessandra Simão, Juliana Amorim pelo apoio.

Aos membros da banca o meu agradecimento antecipado pela contribuição para este trabalho.

À UFF pela liberação para cursar o doutorado. Aos meus colegas do departamento de Contabilidade – VCO por todo apoio recebido.

Às pessoas que participaram das entrevistas, agradeço a contribuição! Obrigada por superarem suas dificuldades para contribuir com este trabalho. Gratidão!

A todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho, em especial a todos os meus alunos e alunas. Minha eterna gratidão!

RESUMO

CABRAL, Isabel. Stakeholder Invisível – A Contabilidade Dialógica Como Voz e Rosto da Comunidade do Entorno da Siderúrgica de Volta Redonda/RJ. Rio de Janeiro, 2023. 139 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Os relatórios sociais e ambientais ainda não são obrigatórios para todas as empresas e não submetidos ao processo de auditoria, portanto, geram dúvidas quanto ao seu conteúdo, já que os gestores podem escolher quais informações divulgar interferindo na qualidade e transparência dos relatórios. As pessoas que deveriam fazer parte da elaboração desses relatórios sequer têm conhecimento deles, gerando uma assimetria de poder entre grupos dominantes e aqueles que buscam informações contábeis. As formas tradicionais de contabilidade que salientam as perspectivas do mercado de capitais e dos acionistas, acabam por promover políticas neoliberais, mas esquecem o sentido democrático de participação. Para abdicar dessa abordagem monológica tradicional da contabilidade e buscar o aumento da participação democrática, a teoria dialógica convoca para uma abordagem dialógica possibilitando o processo participativo que concilia as posições opostas, promove mudança social, reduz a assimetria de poder e, principalmente, dá voz aos tradicionalmente excluídos. O objetivo geral desta tese foi o de desenvolver uma metodologia que permita a criação de uma abordagem dialógica de informações socioambientais que vão ao encontro dos anseios das comunidades do entorno de organizações industriais. Dessa forma, o capítulo Metodologia aborda com detalhes todo o processo desde a elaboração do texto de abertura para o início da entrevista, do roteiro das entrevistas elaborado para o grupo focal e para entrevistas individuais, até as perguntas disparadoras, que serviram para estimular os respondentes foram distribuídas em cinco blocos (1. equilíbrio ambiental; 2. categoria conquista da dignidade social; 3. busca à inclusão; 4. categoria emancipação econômica; 5. categoria geral) relacionados às demandas socioambientais da comunidade. Com o objetivo específico de desenvolver informações socioambientais complementares direcionadas à comunidade do entorno da usina Presidente Vargas (UPV) da CSN, localizada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, foram elaborados 58 indicadores com base nos anseios dos respondentes da comunidade local. Observou-se que a maior preocupação dos respondentes foi com a poluição atmosférica da região. Esta tese coloca luz sobre o cenário da participação democrática das comunidades locais na elaboração dos relatórios socioambientais, uma vez que foi possível identificar empiricamente as demandas da comunidade local e possibilitar a construção de um caminho de diálogo, visando alinhar o interesse comum dos extremos – empresas e comunidade, de um lado o lucro e do outro o ganho social. Assim, o que se espera este trabalho é fomentar o início de um processo dialógico de avaliação e mudança nas empresas para a participação e atendimento das demandas da comunidade local. A presente pesquisa contribui também para o estudo a respeito de modelos de relatórios de informações socioambientais levantando as vantagens e desvantagens de cada modelo. Os resultados desta pesquisa são relevantes para os órgãos reguladores como CFC, IASB, CVM por mostrar as demandas da comunidade local que podem ser incorporados aos relatórios e às demonstrações contábeis.

Palavras-Chave: Stakeholder Invisível. Indicadores Socioambientais. Comunidade do entorno.

ABSTRACT

Social and environmental reports are not yet mandatory for all companies and are not subject to the audit process, therefore, they raise doubts about their content, since managers can choose which information to disclose, interfering with the quality and transparency of the reports. The people who should be part of the preparation of these reports are not even aware of them, creating an asymmetry of power between dominant groups and those seeking accounting information. Traditional forms of accounting that emphasize the perspectives of the capital market and shareholders end up promoting neoliberal policies, but forgetting the democratic sense of participation. To give up this traditional monologic approach to accounting and seek to increase democratic participation, dialogic theory calls for a dialogic approach enabling the participatory process that reconciles opposing positions, promotes social change, reduces power asymmetry and, above all, gives voice to the traditionally excluded. The general objective of this thesis was to develop a methodology that allows the creation of a dialogic approach to socio-environmental information that meets the aspirations of communities surrounding industrial organizations. In this way, the Methodology chapter covers in detail the entire process, from the preparation of the opening text for the beginning of the interview, the interview script prepared for the focus group and for individual interviews, to the triggering questions, which served to stimulate the respondents. were divided into five blocks (1. environmental balance; 2. category achievement of social dignity; 3. search for inclusion; 4. economic emancipation category; 5. general category) related to the socio-environmental demands of the community. With the specific objective of developing complementary socio-environmental information aimed at the community surrounding CSN's Presidente Vargas plant (UPV), located in the city of Volta Redonda, State of Rio de Janeiro, 58 indicators were prepared based on the wishes of respondents from the local community. In the analysis of the responses, the respondents' greatest concern was with atmospheric pollution. This thesis sheds light on the scenario of democratic participation of local communities in the elaboration of socio-environmental reports, since it was possible to empirically identify the demands of the local community and enable the construction of a path of dialogue, aiming to align the common interest of the extremes - companies and community, on the one hand, profit and on the other, social gain. Thus, what is expected from this work is to encourage the beginning of a dialogical process of evaluation and change in the companies for the participation and attendance of the demands of the local community. This research also contributes to the study of socio-environmental information reporting models, raising the advantages and disadvantages of each model. The results of this research are relevant to regulatory bodies such as CFC, IASB, CVM for showing the demands of the local community that can be incorporated into reports and financial statements.

Keywords: Invisible Stakeholder. Socioenvironmental Indicators. Surrounding community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Acúmulo de Rejeitos em Volta Redonda/RJ	10
Figuras 2 e 3 – Proximidade do Acúmulo de Rejeitos das casas em Volta Redonda ..	10
Figura 4 – O Modelo de Três Áreas da Responsabilidade Social Corporativa.....	21
Figura 5 - Mapa do vale do Rio Meuse	24
Figura 6 – A Fumaça das Fábricas em Donora, em 1948	25
Figura 7 - Distrito de Bento Rodrigues após a Tragédia	27
Figura 8 - Traçado da Área Atingida pela Lama da Barragem da Mina do Feijão	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teorias de Responsabilidade Social Corporativa	22
Quadro 2 - Exemplos de Tragédias Ambientais Ocorridas no Mundo	30
Quadro 3 - Comparação dos Modelos de Indicadores Sociais e Ambientais	41
Quadro 4 - Enquadramento da Tese	52
Quadro 5 - Datas e Horários das Entrevistas	63
Quadro 6 - Demandas Específicas Não Comentadas	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Respondentes por Demanda Específica	74
Tabela 2 - Total de Parágrafos de Cada Respondente por Demanda Específica	75
Tabela 3 - Quantidade de Parágrafos por Demanda Genérica	77

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	17
3. A ATIVIDADE ECONÔMICA E AS TRAGÉDIAS AMBIENTAIS	26
4. INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E USUÁRIOS: NEGLIGÊNCIA ÀS COMUNIDADES DO ENTORNO	31
5. CONTABILIDADE DIALÓGICA E INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	43
5.1. Práticas Correntes de Informações Socioambientais	43
5.2. Contabilidade Dialógica	46
6. METODOLOGIA	51
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
7.1. Relato de Campo Circunstanciado e Fundamentado	69
7.1.1. Elaborando a Estrutura de Arena: O Silêncio dos Inocentes	69
7.1.2. A Busca pelos Formadores de Opinião	69
7.1.3. Selecionando os Formadores de Opinião: Os grandes grupos midiáticos.	72
7.1.4. Selecionando os Formadores de Opinião: A Mídia Alternativa	73
7.1.5. Fornecedores de Opinião: A Universidade Pública	75
7.2. As Impressões da Comunidade à Luz da Pesquisa de Siqueira (2003)	76
7.2.1. Aspectos contemplados das Demandas Especificas de Siqueira	76
7.2.2. Aspectos não contemplados das Demandas Especificas de Siqueira	81
7.3. Construção dos Indicadores	81
7.4. Processo para Implementação de uma Abordagem Dialógica de Informações Socioambientais	112
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS	136

1 – INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, os relatórios financeiros devem ter a representação fidedigna completa, neutra e livre de erros da “essência dos fenômenos que pretendem representar” (CPC, 2019, § 2.12). Conforme a Lei 6.404/76 tais relatórios devem ser auditados por auditores independentes, devidamente registrados na CVM.

Contudo, os relatórios sociais e ambientais ainda não são obrigatórios e por não terem padronização de forma e conteúdo, as empresas estão optando por apresentá-los com estrutura semelhante aos relatórios financeiros, mas sem os submeter ao processo de auditoria (JENKINS; YAKOVLEVA, 2006), o que gera dúvidas sobre a essência dos relatórios sociais (KINGSTON *et al*, 2019).

Os relatórios socioambientais são escritos para profissionais especializados, dificultando a compreensão de não especialistas (BLACKBURN *et al*, 2014), além disso, muitos gestores podem escolher quais informações divulgar, quando da elaboração das demonstrações contábeis, interferindo na qualidade e transparência dos relatórios, causando assimetria informacional e prejudicando a tomada de decisão dos seus usuários externos (MARTINS; MACEDO; RODRIGUES, 2013; BERTOLI; RIBEIRO, 2006; ALMEIDA; BATISTA, 2016).

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) incentiva as entidades a fornecerem informações de natureza social e ambiental, visando demonstrar a sua responsabilidade social (CFC, 2004). Os relatórios socioambientais são fundamentais para a sociedade, principalmente, nos setores em que há maior impacto social e/ou ambiental.

Um dos principais setores econômicos para o desenvolvimento do país é o siderúrgico. Contudo é um setor com alto potencial poluidor, já que desde a extração do minério de ferro até a produção do aço o impacto ao meio ambiente é grande, seja pela emissão de resíduos gasosos, líquidos e sólidos, como pela poluição sonora (WILLIAMS, 2005; OLMEZ *et al*, 2016; REN; YANG; BAI, 2017).

Na indústria siderúrgica, em todo o processo de produção são utilizados o carvão vegetal e o coque (oriundo da queima do carvão mineral) o que contribui para a emissão de dióxido de carbono, ocasionando a emissão de resíduos gasosos, altamente poluidores (WILLIAMS, 2005; SOARES, 2011; OLMEZ *et al*, 2016). Tais emissões podem prejudicar a saúde da população, por exemplo, com doenças respiratórias que podem ser potencializadas em regiões cujos

fatores meteorológicos são desfavoráveis à dispersão de poluentes atmosféricos (SANTOS *et al.*, 2019).

Como décimo produtor de aço do mundo e o maior produtor de aço na América Latina, com mais de 50% da produção, o Brasil produziu em 2018 cerca de 34,7 milhões de toneladas de aço bruto/ano, gerando saldo comercial de US\$ 5,8 bilhões (AÇO BRASIL, 2019). Porém, para cada tonelada de aço produzido gera-se 400 kg de rejeitos, a escória (WIMMER *et al.*, 2014), assim, somente no ano de 2018 podem ter sido gerados no Brasil, aproximadamente, 14 milhões de toneladas de escória.

Para Coelho (2016) a maior parte desta escória não é contabilizada, ou seja, o acúmulo de rejeitos são evidências da omissão com o custo do impacto ambiental, já que tais custos são arcados pela sociedade, reduzindo qualquer interesse das siderúrgicas em assumir estes impactos.

Um exemplo deste descaso com a sociedade é o acúmulo de rejeitos da produção de aço, localizada em Volta Redonda/RJ. A Figura 1 mostra que o acúmulo de rejeitos está a 70 metros do Rio Paraíba do Sul (MP, 2018), que é o rio mais importante do Estado do Rio de Janeiro, pois fornece água para mais de 12 milhões de pessoas.

Figura 1- Acúmulo de Rejeitos em Volta Redonda/RJ



Fonte: ALVES, 2019.

Além da proximidade com o Rio Paraíba do Sul, o acúmulo de escória afeta a vida da comunidade local, pela quantidade emitida de material particulado inalável (poluição do ar), pela poluição visual e pela proximidade de suas residências, conforme pode ser observado nas Figuras 2 e 3.



Figuras 2 e 3 – Proximidade do acúmulo de rejeitos das casas em Volta Redonda/RJ.

Fonte: MPF (2018, p. 4).

Um dos setores que mais enfrenta desafios de sustentabilidade é o mineração e siderurgia. Para superar estes desafios, as empresas devem envolver seus diversos *stakeholders* para abordar suas preocupações e suas expectativas, bem como devem medir seu progresso em direção ao seu futuro quanto ao desenvolvimento sustentável (FREEMAN, 1984; AZAPAGIC, 2004;). As discussões sobre sustentabilidade envolvem o interesse das comunidades locais na provisão de empregos, um ambiente limpo e saudável e, conseqüentemente, no desempenho financeiro da empresa (AZAPAGIC, 2004). Porém, especialistas afirmam que é praticamente impossível satisfazer todas as questões que envolvem todos os *stakeholders* (AZAPAGIC, 2004; BRICKSON, 2005).

A abordagem pluralista no contexto contábil desafia as premissas econômicas neoclássicas nas quais se baseiam a contabilidade monológica, respeita os diferentes interesses e necessidades dos *stakeholders* e busca a inibir a postura das empresas em privilegiar alguns interesses em detrimento de outros (BROWN, 2009; DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016).

Para Gray, Dillard e Spence (2013) os relatórios contábeis, sociais e ambientais devem considerar os interesses de grupos específicos, tais como os empregados e desempregados; fornecedores em relações desequilibrados versus o livre comércio; comunidades; os pobres e/ou excluídos. Para tal, é necessário que o pensamento dialógico seja aplicado à Contabilidade, estimulando o desenvolvimento de formas dialógicas de responsabilização com compromissos mais autênticos, contribuindo para o fortalecimento da Contabilidade e para as mudanças sociais e ambientais sustentáveis (BEBBINGTON *et al*, 2007; BEBBINGTON; LARRINAGA, 2014).

Nesse sentido, com relatórios que forneçam informações socioambientais das empresas, principalmente das que causam “significativo impacto ambiental” (BRASIL, 1997), que satisfaçam às expectativas da sociedade, a Contabilidade terá um avanço no caminho da sustentabilidade. Para ir adiante nesta trilha faz-se necessário o uso da Contabilidade Dialógica, uma abordagem pluralista que busca dar voz aos diferentes segmentos da sociedade, reduzindo assim o alto grau de protagonismo exercido por atores de grande poder econômico, por meio de uma abordagem democrática e calcada no diálogo (BROWN, 2009; BLACKBURN *et al*, 2014).

Pesquisas sobre impacto ambiental negativo são de interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (AZEVEDO, 2010; MARQUES; FERREIRA, 2011; SOUZA, 2013; MALDONADO; EDUARDO; RIBEIRO, 2017), sendo dever dos pesquisadores das Ciências Contábeis buscar solução para os problemas decorrentes da falta de informação para os *stakeholders*, mais especificamente, a comunidade local, não empoderada,

por estar afastada do poder econômico, que com frequência se manifesta por meio de movimentos sociais. Desta forma, a Contabilidade desenvolverá o seu poder informacional reduzindo a assimetria e aumentando a relação com um importante grupo de stakeholders (SZUSTER *et al*, 2005; LOPES; MARTINS, 2005; IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2010).

Diante do exposto, a questão que esta tese pretende responder é a seguinte: *Como produzir informações socioambientais nos relatórios corporativos que vão ao encontro das necessidades das comunidades não empoderadas do entorno de organizações industriais?*

1.3. Objetivos

O objetivo geral desta tese é o de desenvolver uma metodologia que permita a criação de uma abordagem dialógica de informações socioambientais que vão ao encontro dos anseios das comunidades não empoderadas do entorno de organizações industriais. Isso não é tão simples de se desenvolver quanto parece, pois devemos calcar as opções feitas em posicionamentos muito bem embasados e construídos de forma crítica.

Com intuito de atingir o objetivo geral elaborou-se os seguintes objetivos específicos: (i) desenvolver informações socioambientais complementares direcionadas à comunidade do entorno da usina Presidente Vargas (UPV) da CSN, localizada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro; (ii) fomentar/estimular canais de comunicação envolvendo a comunidade e a administração da usina, buscando a perenização do diálogos entre as partes; a definição de comunidade aqui usada têm um caráter especial, já que há um foco em *stakeholders* não empoderados (Anexo IV); (iii) propor um plano de interação dialógica que permita o oferecimento de informações úteis à comunidade do entorno (Anexo V).

Para alcançar tais objetivos, o presente trabalho será conduzido por intermédio da Teoria dos *Stakeholders*, bem como da abordagem da contabilidade dialógica, que serão trabalhados no subitem 2.2 do Capítulo 2 e subitem 5.2 do Capítulo 5 desta tese, respectivamente.

1.4. Justificativa

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) é dividida por seção, divisão e grupo. A metalurgia está classificada na seção das indústrias de transformação, divisão 24, composta pelos seguintes grupos: 24.1 produção de ferro-gusa e de ferroligas; 24.2 siderurgia; 24.3 produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura; 24.4 metalurgia dos metais

não-ferrosos; 24.5 fundição (IBGE, 2019). Este setor econômico é o segundo maior em exportação do país (SILVA, 2011, p.2).

Contudo, trata-se de um setor econômico, cujas atividades causam impactos ambientais. Sendo assim, a Resolução CONAMA 237/97, cujo um dos objetivos é o de incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, classifica as entidades da indústria metalúrgica, como empreendimentos de significativo impacto ambiental (BRASIL, 1997).

A região Sul Fluminense é um polo industrial, cuja maior atividade econômica da região é proveniente da indústria metalúrgica. Um dos municípios que compõem essa região é o município de Volta Redonda, que tem uma população estimada, em 2018, de mais de 270 mil habitantes (IBGE, 2018), sendo o décimo município com maior população do Estado do Rio de Janeiro. No município estão dois *campi* da Universidade Federal Fluminense (a autora faz parte do quadro de docentes), além de outros Centros Universitários. Desta forma, além da sua população, Volta Redonda recebe estudantes da região Sul Fluminense e de outros estados limítrofes, como Minas Gerais e São Paulo, assim como os profissionais que lá trabalham, mas não residem na cidade. Todos são agredidos pelos impactos ambientais, oriundos das atividades da indústria siderúrgica. No entanto, os que mais sofrem com esses impactos ambientais negativos, os que sofrem diariamente, são os moradores do entorno da siderúrgica, ou seja, a comunidade local.

Diante deste cenário, questiona-se o que a academia pode fazer para o bem-estar desta comunidade (BEBBINGTON *et al.*, 2007 GRAY, 2013; DENZIN, 2018). Para Siqueira (2014) a relevância da área ambiental não é tão percebida pela área acadêmica, seja na formação dos contadores ou na pós-graduação nos programas *stricto sensu* em contabilidade no país. Já a afirmação de Denzin (2018, p.12) relembra o papel da academia diante dos problemas da sociedade e concentra o objetivo desta tese de que:

juntos procuramos desenvolver diretrizes e exemplos sobre questões de ativismo, investigação e justiça social. Nós compartilhamos um compromisso para mudar o mundo, para se envolver no trabalho ético que faça uma diferença positiva. Como acadêmicos críticos, nossa tarefa é trazer o passado e o futuro para o presente, o que nos permite envolver pedagogias utópicas realistas de esperança (DENZIN, 2018, p. 12).

Neste contexto, os acadêmicos das Ciências Contábeis estão negligenciando a sua responsabilidade para com a sociedade, porque as Ciências Contábeis vão muito além dos lançamentos de débito e crédito. Dos poucos trabalhos na área da Contabilidade

Socioambiental, há os que trazem a reflexão com estudos críticos e fomentam discussões na busca de soluções para os reais problemas da sociedade (MARTINS, 2012; VOSS, 2016).

Um destes problemas reais é o que este projeto de tese aborda e se justifica por buscar desenvolver indicadores que satisfaçam a necessidade de informação da comunidade do entorno da usina siderúrgica de Volta Redonda/RJ. Ou seja, esta pesquisa pretende “colocar as vozes dos oprimidos no centro da investigação” (BLOOM; SAWIN, 2009 *apud* DENZIN, 2018).

1.4. Delimitação

A responsabilidade socioambiental é tratada em diversas áreas do conhecimento, sendo considerada amplamente multidisciplinar, podendo ser abordados aspectos ambientais, tais como: poluição do ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, paisagem (FERREIRA, 2009), além de aspectos sociais, tais como: saúde e/ou direitos do trabalhador, internações por intoxicações por poluentes perigosos etc (MARTINS *et al*, 2001; SOUZA, 2006; PEDROTTI; MISTURA, 2010; SILVA, 2010; MORITA, 2011; SOUZA, 2013; OLIVEIRA, 2018). Contudo, esta pesquisa delimita as áreas de estudo nas informações socioambientais para a comunidade local da região do entorno de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

1.5. Estrutura da Pesquisa

A pesquisa está estruturada em oito capítulos. No primeiro capítulo encontram-se a introdução com a contextualização da pesquisa, a formalização do problema, o objetivo geral e os específicos, a justificativa, a delimitação e estrutura da pesquisa. No segundo capítulo encontra-se o referencial teórico sobre a responsabilidade social corporativa. No terceiro capítulo apresenta-se a atividade econômica e as tragédias ambientais. O quarto capítulo aborda as informações socioambientais e usuários: negligência às comunidades do entorno. No quinto capítulo estão as informações socioambientais e contabilidade dialógica. No sexto capítulo apresenta-se a metodologia do estudo. No sétimo capítulo é apresentada a análise e discussão dos resultados da pesquisa. No oitavo capítulo estão as considerações finais e recomendações para futuras pesquisas.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A discussão sobre a responsabilidade social corporativa (RSC) não é simples de ser feita já que nela se confrontam visões que a tratam com um viés otimista como um componente do arsenal instrumental ou como parte de um processo mimético na busca por legitimidade, entre outros enfoques possíveis.

A discussão é tão complexa que Stone e Freeman (1995) colocam Andrew Carnegie como responsável por um dos marcos no debate sobre RSC, com a publicação do livro *Evangelho da Riqueza* – que traz em suas páginas a exigência dos mais ricos auxiliar os mais desafortunados da sociedade – e com práticas frequentes de filantropia. Esse mesmo magnata é apontado por Morris (2008) como o mais repulsivo dos barões ladrões – denominação associada a um grupo de grandes empresários norte-americanos conhecidos por suas práticas de gestão de empresas, no mínimo, duvidosas – por seus crimes, práticas predatórias nos negócios e exploração extrema da força de trabalho.

Segundo Carroll (1999) o trabalho de Howard R. Bowen *Social Responsibilities of the Businessman*, em 1953, deu início ao período moderno da literatura sobre o tema, levantando muitas questões sobre como a tomada de decisão e as ações das empresas afetam a vida dos cidadãos e as responsabilidades para com a sociedade os empresários devem assumir. Carroll (1999) destaca que Bowen fez a primeira definição das responsabilidades sociais dos empresários, como sendo a de tomar decisões ou seguir linhas de ação dentro dos objetivos e valores da sociedade.

Para Matten e Moon (2008) os entendimentos de RSC se desenvolveram desde o livro de Bowen (1953), mas no cerne está a ideia de políticas e práticas claramente articuladas e comunicadas refletindo a responsabilidade empresarial para a sociedade. Porém, Matten e Moon (2008) afirmam que a manifestação e direção exatas dessa responsabilidade ficam a critério da corporação, de forma que o conceito de RSC acaba se diferenciando entre os contextos nacionais, como por exemplo empresas da França ou Inglaterra e empresas dos Estados Unidos.

Para Ashley *et al* (2003) a responsabilidade social é o compromisso que as organizações devem ter manifestado através de seus atos e atitudes que vão além das obrigações estabelecidas em lei e que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável, assim afetando de forma positiva uma comunidade específica ou a sociedade como um todo. Nesse sentido, Barbieri e Cajazeira (2009) afirmam que a RSC é decorrente de um contrato, real ou hipotético, entre as

empresas e a sociedade, sendo este contrato segundo Drucker (1999) ajustado para refletir a plena responsabilidade empresarial.

Nos anos 1960, Friedman (2014) afirmou que a única responsabilidade social das empresas é a maximização dos seus lucros. Para Demajorovic (2008) esta visão até hoje é bem defendida por empresários que criticam qualquer adoção de uma política empresarial de responsabilidade socioambiental. Cintra (2011) afirma que as teorias existentes sobre RSC vão além da abordagem neoliberal defendida por Friedman, que considerava o papel das empresas completamente econômico.

Segundo Sauerbronn, Sauerbronn e Paula (2009) a RSC abarca diversos conceitos que são mais amplos que a ideia de Friedman, incluindo os diversos atores que afetam o negócio da empresa. Matten e Moon (2008) identificaram que a RSC difere entre os países e com regras abertas para a sua prática.

Apesar de não haver consenso sobre a definição de RSC a sua importância é evidente e o assunto discutido mundialmente (GARRIGA; MELÉ, 2004; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009; BOUTEN *et al*, 2011; SAUERBRONN; SAUERBRONN; PAULA, 2009; PIRES, 2018). Para Lee (2008) a ideia da RSC foi aceita pela sociedade e endossada pela maioria das principais organizações internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Organização Internacional do Trabalho, que estabeleceram diretrizes e equipes permanentes para a promoção da RSC.

Embora o trabalho dessas organizações internacionais seja permanente, segundo Monzoni (2010) o cenário mundial é de grande complexidade social e diversos problemas ambientais, exigindo a adoção de práticas de RSC que excedem a adequação legal. Para Bonelli e Alves (2018) as empresas deveriam ajudar a sociedade na solução dos problemas sociais que na verdade muitos desses problemas foram criados por elas.

Ao assumir um engajamento com as práticas de RSC as empresas devem, conforme Monzoni (2010), manter um compromisso ético com os *stakeholders*, bem como as futuras gerações. Para Barbieri e Cajazeira (2009) além de cumprir as exigências legais, a empresa deve assumir um comportamento transparente e ético nas suas decisões, conhecer o ambiente em que está inserida e seus *stakeholders*, bem como ter responsabilidade dos impactos que afetem a sociedade e ao meio ambiente. Para Lee e Tan (2019) para a sobrevivência a longo prazo, proteção da imagem e ser identificada como responsável, as empresas precisam se preocupar em melhorar o bem-estar da comunidade na qual está inserida, atuando de forma econômica, social e ambiental.

Larrinaga-Gonzalez e Bebbington (2001) constataram que as empresas aceitam as práticas de RSC quando tais práticas também fazem sentido comercial. Dessa forma, Lee (2008) afirma que nos últimos 50 anos, a RSC passou de obrigação ética para desempenho financeiro. Algumas das vantagens que as práticas de RSC geram são encontradas na literatura acadêmica: aumenta as vendas (RUF *et al*, 2001) melhora a imagem da empresa e a fidelidade dos clientes (SWEETIN *et al*, 2013; FALLER; KNYPHAUSEN-AUFSEß, 2018; PIRES, 2019); aumenta o comprometimento dos empregados (GAZZOLA; MELLA, 2016); aumenta a vantagem competitiva (PORTER; KRAMER, 2006; GRUENFELD, 2010; CHEN; HSIAO, 2020); reduz os riscos de boicotes de consumidores (LEE, 2008); maior valorização e menor risco financeiro (MCGUIRE *et al*, 1988; AHMED; ELIWA; POWER, 2019); maior desempenho financeiro (LEE, 2008; WANG *et al*, 2015; KIM; KIM; QIAN, 2018); menor custo de capital (AHMED; ELIWA; POWER, 2019).

Segundo Bonelli e Alves (2018) a RSC vem aumentando nas últimas décadas em resposta às mudanças nos valores da sociedade. Conforme Demajorovic (2008), com essa mudança de valores e seu engajamento nas questões sociais e ambientais a sociedade passou a rejeitar a ideia de pagamento de salários e impostos, como uma contrapartida suficiente para as atividades empresariais. Reforçando a afirmação de Davis (1973) de que a RSC vai além dos requisitos econômicos, técnicos e legais, pois uma empresa não é socialmente responsável apenas por cumprir os requisitos da lei. Para Davis (1973) é uma obrigação da empresa avaliar em seu processo de tomada de decisão os efeitos dessa decisão, de forma que a busca dos ganhos econômicos seja feita levando em consideração o alcance de benefícios sociais.

Em contraste com a suposta hipercomunicatividade da sociedade contemporânea tem-se a crítica habermasiana que, contrapondo-se à ação comunicativa onde se busca um consenso aceitável entre segmentos distintos da sociedade, destaca a ação chamada estratégica, “que ocorre quando os protagonistas tratam uns aos outros como mero meios para obter fins individuais” (SHEA, 2014).

Fairclough (2001) destaca que na sociedade atual tem-se encontrado com frequência a simulação de relações interpessoais para alcançar objetivos instrumentais em linha com a categorização de Habermas. Tal prática foi encontrada por Barone, Ranamagar e Solomon (2013) em um processo de aquisição envolvendo duas empresas do setor alimentício. No sentido de legitimação dos atos, Pires (2018) evidenciou que os benefícios econômicos para a comunidade local contribuem para a existência e manutenção da irresponsabilidade social corporativa. No entanto, Pires (2018) apurou que a gravidade e/ou severidade do evento socioambiental altera essa permissividade dando lugar à sensação de ultraje moral.

São as pressões da sociedade que fazem as empresas se preocuparem com as práticas de RSC (DONAIRE, 1994). Nesse sentido, Demajorovic (2008) afirma que a sociedade vem sinalizando que os custos associados à irresponsabilidade social e ambiental não se restringem à exposição de trabalhadores e da comunidade, vão além destes e causam prejuízos nas finanças e na imagem das organizações.

Para Armstrong (1977, p.185) “um ato socialmente irresponsável é a decisão de aceitar uma alternativa, considerada pelo tomador de decisão, inferior a outra alternativa quando os efeitos sobre todas as partes são considerados”. Nesse sentido, Barone, Ranamagar e Solomon (2013) afirmam que as decisões socialmente irresponsáveis são tomadas porque os gestores desprezam seus *stakeholders* menos poderosos.

Conforme Strike; Gao; Bansal (2006, p. 852) a irresponsabilidade social corporativa (IrSC) é definida como um “conjunto de ações corporativas que afetam negativamente as reivindicações legítimas de partes interessadas sociais identificáveis (no longo prazo)”. Para Kim, Kim e Qian (2018) a RSC e a irresponsabilidade social corporativa (IrSC) não são conceitos opostos, mas distintos já que uma empresa pode praticar ações responsáveis e irresponsáveis, simultaneamente. Murphy e Schlegelmilch (2013) afirmam que as empresas irresponsáveis são estritamente orientadas para o lucro e destacam que quanto maior for o poder de uma organização, maior a responsabilidade social que ela deve exercer. Nesse sentido, Lin-Hi e Müller (2013) ressaltam que as empresas têm a obrigação de praticar ações de RSC e prevenir ações irresponsáveis.

Para Lange e Washburn (2012) a literatura acadêmica tende a se concentrar no significado e nas expectativas do comportamento responsável, ignorando o significado do comportamento irresponsável das empresas e gestores.

Contudo Lin-Hi e Müller (2013) argumentam que a obrigação de evitar a irresponsabilidade não é suficientemente abordada nos debates sobre RSC, ou seja, a discussão sobre a IrSC é negligenciada, constituindo uma lacuna grave no debate atual.

No entanto, as pesquisas apontam algumas consequências para as empresas das ações de IrSC: aumentam o risco financeiro e diminuem a capacidade da empresa de obter taxas consistentes de capital (McGUIRE *et al*,1988); demonstrações proeminentes de filantropia corporativa não são suficientes para minimizar o impacto na reputação e no preço das ações da empresa (MULLER; KRAUSS, 2011); práticas de IrSC têm impacto de longo prazo no desempenho da empresa (PRICE; SUN, 2017); reação e perda dos clientes e imagem afetada (GRAPPI; ROMANI; BAGOZZI, 2013; SWEETIN *et al*, 2013).

Para Murphy e Schlegelmilch (2013) as empresas que praticam IrSC podem operar legalmente, mas não se identificam com seu papel social. Nesse sentido, Siqueira (2012) chama a atenção para o elo existente entre a RSC e os relatórios sociais, destacando que um documento não tendencioso expõe tanto as externalidades positivas quanto as negativas, de forma que permiti a diferenciação das empresas socialmente responsáveis daquelas que não são. O autor destaca ainda a importância do debate sobre o comportamento corporativo socialmente responsável.

2.1. Teorias de Responsabilidade Social

Em razão das diversas teorias e abordagens existentes sobre RSC, há também diversas definições, que segundo Garriga e Melé (2004) são controversas e pouco compreensíveis. Faria e Sauerbronn (2008) destacam as três principais abordagens teóricas são: 1) ética empresarial com a abordagem ética ou normativa; 2) empresa e sociedade com a abordagem social ou contratual; 3) gestão de temas sociais com a abordagem gerencial ou estratégica.

Todavia, Garriga e Melé (2004) classificam as principais teorias da RSC e abordagens relacionadas em quatro grupos: 1) teorias instrumentais (a corporação é o instrumento para criação de riqueza e suas atividades sociais são apenas um meio para alcançar resultados econômicos); 2) teorias políticas (o poder das corporações usado responsabilmente na política); 3) teorias integrativas (perspectiva na integração da corporação com a satisfação das demandas sociais; e 4) teorias éticas (ênfase nas responsabilidades éticas das corporações para com a sociedade).

Garriga e Melé (2004) sugerem que seja desenvolvida uma nova teoria que envolva o relacionamento entre empresas e sociedade, incorporando esses quatro grupos. O Quadro 1, adiante, apresenta o resumo das teorias de RSC e das abordagens relacionadas, conforme Garriga e Melé (2004). Observa-se, no referido quadro, a Teoria dos *Stakeholders* está no grupo das teorias éticas, aquelas que estão visando alcançar uma melhoria para a sociedade.

Tipos de Teoria	Abordagens	Breve descrição	Algumas referências-chave
Teorias instrumentais (concentrando-se em alcançar objetivos através de atividades sociais)	Maximização do valor do acionista	Maximização do valor a longo prazo	Friedman (1970); Jensen (2000)
	Estratégias para vantagens competitivas	Investimentos sociais em um contexto competitivo	Porter; Kramer (2002)
		Estratégias baseadas na visão de recursos naturais e capacidades dinâmicas da empresa	Hart (1995); Litz (1996)
	Marketing relacionado a causas	Estratégias para a base da pirâmide econômica	Prahalad; Hammond (2002); Hart; Christensen (2002); Prahalad (2003)
Teorias políticas (focando no uso responsável do poder empresarial na arena política)	Marketing relacionado a causas	Atividades altruístas socialmente reconhecidas utilizadas como instrumento de marketing	Varadarajan; Menon (1988); Murray; Montanari (1986)
	Constitucionalismo corporativo	As responsabilidades sociais das empresas surgem da quantidade de poder social que elas possuem	Davis (1960, 1967)
	Teoria Integradora dos Contratos Sociais	Pressupõe que exista um contrato social entre empresa e sociedade	Donaldson; Dunfee (1994, 1999)
Teorias integrativas (com foco na integração de demandas sociais)	Cidadania corporativa (ou empresarial)	Entende-se que a empresa é como um cidadão com certo envolvimento na comunidade	Wood; Lodgson (2002), Andriof; McIntosh (2001) Matten; Crane
	Gerenciamento de problemas	Processos corporativos de resposta a questões sociais e políticas que possam impactar significativamente	Sethi (1975); Ackerman (1973); Jones (1980); Vogel (1986); Wartick; Mahon (1994)
	Responsabilidade pública	A lei e as políticas públicas existente são referências para o desempenho social	Preston e Post (1975,1981)
	Gerenciamento de stakeholders	Equilibra os interesses dos <i>stakeholders</i> da empresa	Mitchell <i>et al.</i> (1997); Agle; Mitchell (1999); Rowley (1997)
Teorias éticas (focando na coisa certa para alcançar uma boa sociedade)	Desempenho social corporativo	Procura legitimidade social e processos para dar respostas adequadas a problemas sociais	Carroll (1979), Wartick; Cochran (1985); Wood (1991b); Swanson (1995)
	Teoria normativa dos <i>Stakeholders</i>	Considera deveres fiduciários em relação ao <i>stakeholders</i> da empresa. Sua aplicação requer referência a alguma teorias moral (kantiana, utilitarismo, teorias de justiça, etc.)	Freeman (1984, 1994); Evan; Freeman (1988); Donaldson; Preston (1995); Freeman; Phillips (2002); Phillips <i>et al</i> (2003)
	Direitos universais	Estruturas baseadas em direitos humanos, direitos trabalhistas e respeito ao meio ambiente	<i>The Global Sullivan Principles</i> (1999); UN <i>Global Compact</i> (1999)
	Desenvolvimento sustentável	Com o objetivo de alcançar o desenvolvimento humano considerando as gerações presentes e futuras	<i>World Commission on Environment and Development (Brundtland Report)</i> (1987); Gladwin; Kennelly (1995)
	O bem comum	Orientado para o bem comum da sociedade	Alford e Naughton (2002); Mele (2002); Kaku (1997)

Quadro 1 – Teorias de responsabilidade social corporativa e abordagens relacionadas
Fonte: GARRIGA; MELÉ (2004, p.63-64)

Schwartz e Carroll (2003), desenvolveram um modelo, conforme Figura 4, identificando as três áreas da RSC: econômica, legal e ética, sendo que não existe hierarquia entre estas áreas, visto que uma não é mais importante que a outra. No entanto, os autores consideram a

possibilidade de domínios sobrepostos, com o intuito de melhor descrever as atividades e as orientações de RSC. Cabe registrar que a área de filantropia, existente no modelo anterior de Carroll (1991), foi incluída nas esferas econômica e/ou ética, devido as diferentes motivações possíveis para essa atividade.



Figura 4 – O Modelo de Três Áreas da Responsabilidade Social Corporativa
Fonte: Schwartz; Carroll, 2003, p. 509

Das várias teorias utilizadas na RSC, Raimi (2017) identificou oito teorias dominantes: teorias acionista/agência, *stakeholder* (partes interessadas), legitimidade, instrumental, contrato social, conflito, verde e comunicação. Para alcançar seus objetivos esta tese foi estruturada pela perspectiva da Teoria dos Stakeholders e da Contabilidade Dialógica, que serão abordadas adiante.

2.2. Teoria dos Stakeholders

Freeman (1984) define *stakeholder* como qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pelo alcance dos objetivos da empresa. Para Barbieri e Cajazeira (2009, p. 26) *stakeholder* é “alguém que tem direitos em um negócio ou empresa ou que nela participa ativamente ou está envolvido de alguma forma”. Carroll (1991) afirma que a definição de *stakeholder* personaliza o social de RSC ao identificar os grupos ou pessoas específicas, ou seja, “coloca ‘nomes e rostos’ nos membros da sociedade que são mais urgentes para os negócios e a quem a empresa deve responder” (CARROLL, 1991, p. 43).

Sendo assim, dentre as inúmeras teorias existentes, a escolha da Teoria dos *Stakeholder* para esta tese justifica-se exatamente pela definição de *stakeholder* dada por Carroll (1991), ou seja, dar voz e rosto à comunidade do entorno da usina siderúrgica de Volta Redonda/RJ.

Freeman (1984) publicou um trabalho que estabeleceu a Teoria dos *Stakeholders*, que foi ampliada para diferentes enfoques como: gestão estratégica, finanças, contabilidade, marketing, direito, saúde, políticas públicas e meio ambiente. Porém, conforme o autor, a Teoria

dos *Stakeholders* ajudou a moldar e definir a ética nos negócios e responsabilidade social corporativa (FREEMAN *et al*, 2010). A Teoria pode ser abordada pelos seus três aspectos: descritivo, instrumental e normativo, que são inter-relacionados se apoiam mutuamente, apesar de serem aspectos distintos, pois eles envolvem diferentes tipos de evidências, argumentos e implicações (DONALDSON; PRESTON, 1995; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Para Donaldson e Preston (1995, p. 70-71), a Teoria dos *Stakeholders* na abordagem descritiva é usada para descrever e explicar as características e comportamentos corporativos e as relações que são observadas no ambiente externo; a abordagem instrumental é usada para identificar as conexões, ou falta de conexões, entre a gestão para *stakeholders* e a realização dos objetivos corporativos tradicionais”; na abordagem normativa a Teoria “é usada para interpretar a função da corporação, incluindo a identificação de diretrizes morais ou filosóficas para a operação e gestão das corporações”.

Segundo Freeman e McVea (2001), a gestão baseada em *stakeholders* consiste em gerenciar e integrar os relacionamentos e interesses de acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, comunidades e outros grupos, visando garantir o sucesso da empresa no longo prazo. Para Freeman (2004) quando as preocupações dos *stakeholders* estiverem integradas aos processos de negócios, não há necessidade de uma abordagem separada de RSC.

Evan e Freeman (1988) apresentaram uma justificativa de que a abordagem normativa da Teoria dos *stakeholders* foi baseada em princípios kantianos, de forma que cada grupo de *stakeholders* tem o direito de ser tratado como um fim em si mesmo. Assim, segundo Freeman (2004) as decisões corporativas devem respeitar o bem-estar dos *stakeholders*, no lugar de usá-los para alcançar um propósito corporativo. Nesse sentido, Solomon, Katz e Lovel (2008), afirmam que as empresas devem identificar de forma ampliada os grupos de *stakeholders* para incluir aqueles cujas vozes podem ser fortes, bem como os que as vozes podem ser fracas, “como os afetados que têm pouco poder na tomada de decisões” (SOLOMON; KATZ; LOVEL, 2008, p. 144).

Mitchell, Agle e Wood (1997) afirmam que as empresas devem conhecer e se relacionar com todos os seus *stakeholders*, sendo essencial para uma gestão mais eficiente. Para Donaldson e Preston (1995, p. 67) “o interesse de cada grupo de *stakeholders* tem valor intrínseco, merecendo por si só e não apenas por sua capacidade de promover os interesses de algum outro grupo, como os acionistas”. Nesse sentido, Azapagic (2004) afirma que a participação de todos os *stakeholders* externos na tomada de decisões sobre as questões que lhes dizem respeito é um “dos importantes pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável” (AZAPAGIC, 2004, p. 660).

Mitchell, Agle e Wood (1997) classificam os stakeholders em três classes: 1) dominantes, são os que recebem muita atenção das empresas, mas não são de forma alguma o conjunto completo de *stakeholders* com os quais as empresas devem se relacionar; 2) dependentes, são os que não têm poder, mas que têm reivindicações legítimas urgentes como "dependentes", porque essas partes interessadas dependem de outras partes interessadas (outras partes interessadas ou dos administradores da empresa) para ter o poder necessário para realizar sua vontade; e 3) perigosos, são os que não têm legitimidade, fazem uso do poder coercitivo.

Um *stakeholder* dependente pode mover-se para a classe dominante e ter suas reivindicações urgentes adotadas pelos *stakeholder* dominantes quando obtém defesa ou tutela de outras partes interessadas, como por exemplo governo e/ou sistema judiciário (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997). Os autores exemplificam com o caso do derramamento de óleo gigante do Exxon Valdez em Prince William Sound, para que as reivindicações da comunidade local fossem atendidas foi necessário a tutela do governo do estado do Alasca e o sistema judiciário.

Associada à questão da dependência tem-se um aspecto relevante que é a questão do impacto da atividade empresarial na vida dos *stakeholders*. Um destes é a comunidade local, que é identificada em um estudo de caso feito por Barone, Ranamagar, Solomon (2013) com *stakeholders* frágeis, que são pouco envolvidos na discussão sobre as ações empresariais, com pouca capacidade de interpretar os documentos corporativos e com evidência de silenciamento de segmentos do grupo, mesmo quando há claramente impactos negativos sobre seus membros, faz-se necessário, portanto, um entendimento histórico sobre os efeitos daninhos que as operações podem trazer sobre essas comunidades.

3. A ATIVIDADE ECONÔMICA E AS TRAGÉDIAS AMBIENTAIS

Com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, começou uma mudança no mundo que alterou não somente as atividades produtivas, como também deu início às tragédias ambientais decorrentes das atividades econômicas (POTT, ESTRELA, 2017). Uma delas ocorreu no vale do rio Meuse, na Bélgica, em 1930, quando uma inversão térmica aumentou a poluição atmosférica causada pelas siderúrgicas e fábricas de produtos químicos da região, causando a morte de 60 pessoas (NEMERY, HOET, NEMMAR, 2001; HOGAN, 2007). A figura 5 indica a área coberta de névoa, a localização das mortes, das indústrias e a concentração da população na área da tragédia.

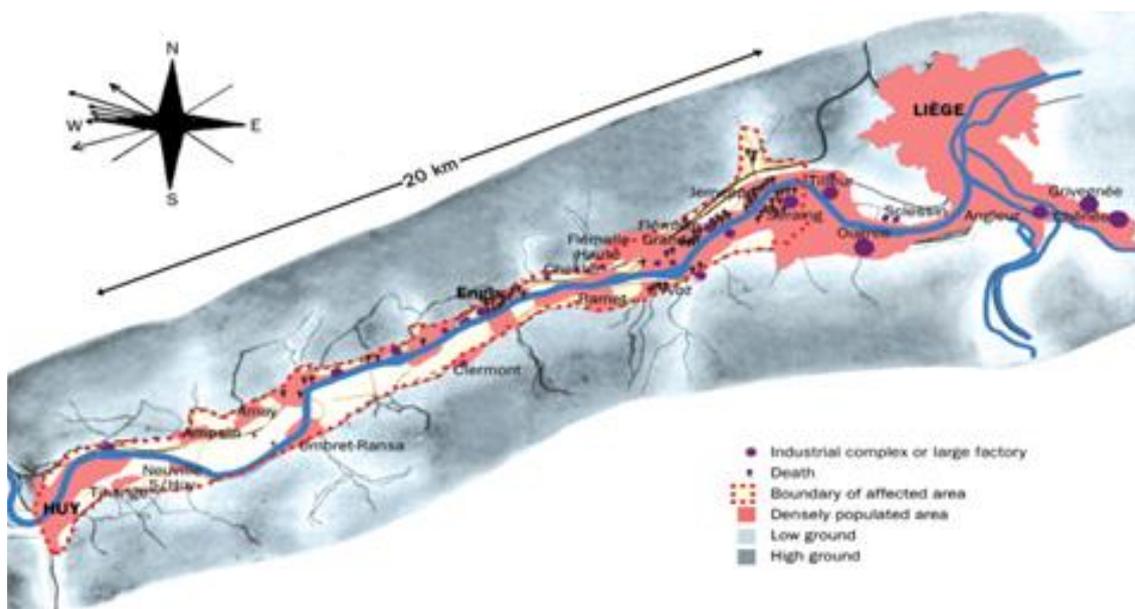


Figura 5 - Mapa do vale do rio Meuse
Fonte: NEMERY, HOET, NEMMAR, 2001

Em 1948, Donora, na Pennsylvania, com população estimada de 14 mil habitantes, era um centro siderúrgico e de outras indústrias. No dia 27 de outubro uma inversão térmica, que durou cinco dias, fez a poluição ficar concentrada, resultando no aumento de dez vezes do número normal de mortes na cidade (BRAGA *et al*, 2001), ou seja, 20 pessoas morreram em decorrência da poluição e quase metade da cidade ficou doente (HOGAN, 2007; HAMILL, 2008). A figura 6, conforme Hamill (2008) é uma das fotos da exposição no museu da poluição atmosférica de Donora, mostrando as nuvens da fumaça das fábricas.



Figura 6 – A fumaça das fábricas em Donora, em 1948.

Fonte: SMOG MUSEUM *apud* HAMILL (2008).

No início de 1956, na Baía de Minamata, no Japão, uma comunidade de pescadores, a indústria química Chisso foi identificada como a fonte do mercúrio que poluiu as águas da baía de 1930 a 1968, conforme Hogan (2007, p. 21), ocasionando 798 casos oficiais de doentes, 107 mortes e 2800 casos aguardando verificação do governo, de acordo com o levantamento feito em dezembro de 1974. Segundo Hachiya (2006.p. 117), 2.955 é o número de pacientes com a doença de Minamata, beneficiários de serviços de assistência oficial e requerentes para a certificação em 2005 (incluindo falecidos). Hachiya (2006.p. 118), esclarece o habitante que apresentar combinações específicas de dois ou mais sintomas pode receber a certificação da doença de Minamata e o apoio oficial incluindo despesas médicas e um único pagamento de quantia, sendo que até 1997 foram certificados 12.300 casos da doença no Japão.

Em Meda, área vizinha de Seveso, na unidade industrial, da ICMESA (Industrie Chimiche Meda Società Azionaria) - uma subsidiária pertencente ao Grupo Roche - ocorreu um rompimento, em dez de julho de 1976, de um disco no reator químico liberando um vapor contendo tetraclorodibenzo-p-dioxina (TCDD ou dioxina), material altamente tóxico, contaminando onze cidades, entre elas Seveso com população de 17.000 pessoas. Milhares de animais morreram e milhares foram sacrificados, não há informação de mortes de humanos, mas houve reação à exposição (CONSONNI *et al*, 2008; BONELLI, 2014). Para De Marchi, Funtowicz e Ravetz (1996) a tragédia teve efeito traumático na população das áreas atingidas, visto que as áreas passaram a ser consideradas símbolos internacionais da patologia industrial, assim como Bhopal (1984) e Chernobyl (1986).

Three Mile Island é uma usina nuclear com dois reatores, unidades TMI 1 e 2, localizada no estado Pensilvânia, nos Estados Unidos. No dia 28 de março de 1979, devido a combinação de mau funcionamento do equipamento, problemas relacionados ao projeto e erros humanos provocaram liberação de vapor do núcleo do reator, para fora da usina (USNRC, 2018). A fusão

parcial do reator foi controlada, não causando mortes, mas conforme o relatório da USNRC (2018) cerca de dois milhões de pessoas em torno da unidade TMI-2 receberam durante o acidente uma dose média de radiação. Atualmente a unidade TMI-2 pertence à First Energy Company, cujo reator está permanentemente desligado e 99% de seu combustível foi removido, mantendo o sistema de refrigeração do reator totalmente drenado e a água radioativa é descontaminada e evaporada, sendo este monitoramento feito pela Exelon (proprietária e operadora da unidade TMI-1) (USNRC, 2018).

Uma das maiores tragédias foi em 1984, em Bhopal, na Índia, quando 41 mil toneladas de um gás letal usado para fabricar pesticidas vazaram da unidade da Union Carbide matando mais de 2.000 pessoas e ferindo mais de 200 mil, muitas com problemas pulmonares permanentes (DEMAJOROVIC, 2008, p. 452-453; BONELLI, 2014)

Em 29 de março de 2003, em Cataguases, em Minas Gerais, uma barragem de contenção se rompeu, como consequência foram despejados 1,2 bilhão de litros de rejeitos tóxicos, nos rios Pomba e Paraíba do Sul (CASSALI, 2017).

O rompimento da barragem na mina de cobre e ouro, na Colúmbia Britânica, no Canadá, em quatro de agosto de 2014, liberou cerca de 14,5 milhões de m³ de água e sedimentos, contaminando vários lagos, riachos e rios na região central do país (ANTWEILER, 2014; SHEPPARD, 2014). A área de reprodução de salmão foi destruída, assim como as terras e os sistemas hídricos da região (MARSHALL, 2017).

Em cinco de novembro de 2015, o rompimento da barragem da empresa Samarco, joint-venture da Vale S.A. e BHP Billiton, liberou mais de 60 milhões de m³ de rejeitos de mineração, fazendo desaparecer todo o distrito de Bento Rodrigues, localizado no município de Mariana, em Minas Gerais, matando 19 pessoas. A onda de lama contaminou “663,2 km de corpo d’água nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de impactos ao estuário do rio Doce e à sua região costeira” (IBAMA, 2015, p. 33) e, também, arrasou áreas de preservação permanente, matou diversas espécies da fauna, afetou o trabalho de pescadores artesanais, agricultores, populações indígenas e o ecoturismo da região (IBAMA, 2015, p. 34). Para Marshall (2017, p. 28) o rompimento da barragem em Mariana “foi o maior desastre registrado envolvendo rejeitos de mineração, seja em termos de volume liberado, extensão geográfico ou custos relativos à destruição e compensações”. A tragédia foi classificada como “desastre de muito grande porte”, conforme o relatório preliminar do IBAMA (2015, p. 2). A Figura 7 mostra o distrito de Bento Rodrigues após a passagem da onda de rejeitos tóxicos.



Figura 7 - Distrito de Bento Rodrigues após a tragédia.
Fonte: IBAMA (2015, p. 26)

Outro rompimento de barragem de rejeitos minerais da Vale, ocorreu em 25/01/2019, em Brumadinho, Minas Gerais. Segundo Quierati (2019), a tragédia foi considerada a maior do Brasil em número de vítimas, sendo confirmadas 247 mortes, até julho de 2019, e estão desaparecidas 23 pessoas. Quatro dias depois do rompimento, a área afetada era de 290 hectares em nove quilômetros de distância contados da barragem até o Rio Paraopeba (G1, 2019). Em fevereiro, 17 municípios no entorno do Rio Paraopeba, além do trajeto do rio e os reservatórios das usinas hidrelétricas de Três Marias e Retiro Baixo. Na Figura 8 o traçado em vermelho mostra parte da área atingida pela lama da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho (PARADELLA, 2019).



Figura 8 - Traçado da área atingida pela lama da barragem da Mina do Feijão.
Fonte: PARADELLA (2019).

O Quadro 2 resume algumas das tragédias ambientais ocorridas no mundo, cujos impactos foram sofridos, principalmente, pelas comunidades locais, que ainda têm de conviver com as consequências.

Ano	Local	Danos	Fonte
1930	Vale de Meuse - Bélgica	60 mortos e milhares de pessoas doentes	Nemery, Hoet e Nemmar (2001); Hogan (2007)
1948	Donora - Pensilvânia (EUA)	60 mortos e a metade da população da cidade ficou doente	Hogan (2007); Hamill (2008)
1956	Baía de Minamata - Japão	Em 1974, 798 casos certificados da doença de Minamata e 107 mortes; Até 1997 foram certificados 12.300 casos; Em 2005, foram 2.955 (incluindo falecidos).	Hogan (2007); Hachiya (2006)
1976	Seveso - Itália	Mais de 3 mil animais morreram; outros milhares foram sacrificados 193 pessoas doentes pela exposição tóxica.	Consonni et al, 2008; Bonelli (2014); De Marchi, Funtowicz e Ravetz (1996)
1979	Three Mile Island – Pensilvania - USA	Derretimento parcial do núcleo do reator. Gases e efluentes radioativos liberados na atmosfera em um raio de 16 quilômetros. Não houve notícias de mortes. Cerca de 140 mil pessoas foram evacuadas da região.	USNRC (2018)
1984	Bhopal - Índia	2.352 pessoas morreram; mais de 200 mil feridas, sendo 20 mil com disfunções pulmonares permanentes).	Demajorovic (2008); Bonelli (2014)
2003	Cataguases/MG - Brasil	1,2 bilhão de litros de produtos (soda cáustica, enxofre, chumbo e outros) nos rios Pomba e Paraíba do Sul.	Cassali (2017)
2014	Colúmbia Britânica - Canadá	14,5 milhões de m ³ de lama de metais tóxicos; vários lagos, riachos e rios foram contaminados na região central do Canadá.	Antweiler (2014); Sheppard (2014) Marshall (2017)
2015	Mariana/MG - Brasil	Mais de 60 milhões de m ³ de rejeitos; mais de 600 km de corpo d'água; destruição do Rio Doce; 19 pessoas mortas.	IBAMA (2015); Marshall (2017)
2019	Brumadinho/MG - Brasil	247 mortes foram confirmadas; 23 pessoas ainda são consideradas desaparecidas; 11 municípios e mais de 663 km de corpo d'água afetados.	Paradella (2019)

Quadro 2 – Exemplos de tragédias ambientais ocorridas no mundo.

As tragédias do passado não foram suficientes para evitar outras tragédias, ocasionadas, com grande frequência, pelas empresas na busca desmedida do lucro a qualquer custo. Nota-se que as comunidades do entorno das empresas, que muitas vezes desconhecem o quanto estão expostas a riscos, são as mais atingidas pelas tragédias ambientais, que se tornam também tragédias sociais (ANGOTTI, 2018; PIRES; 2018).

No entanto, quando a empresa incorpora um comportamento mais responsável social e ambientalmente e assume um comprometimento com o desenvolvimento sustentável, torna-se mais difícil que tragédias como estas ocorram (DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016).

4. INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E USUÁRIOS: NEGLIGÊNCIA ÀS COMUNIDADES DO ENTORNO

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, os relatórios financeiros devem ter a representação fidedigna da “essência dos fenômenos que pretendem representar”, sendo que tal representação deve ser completa, neutra e livre de erros (CPC, 2019, § 2.12). Conforme citado anteriormente, os relatórios sociais e ambientais ainda não são obrigatórios e de acordo com Jenkins e Yakovleva (2006), por não terem padronização de forma e conteúdo, as empresas estão optando por apresentá-los com estrutura semelhante aos relatórios financeiros, porém sem os submeter ao processo de auditoria. Fato que, segundo Kingston *et al* (2019, p. 453), gera um “questionamento sobre em que termos as empresas estão contabilizando”, já que não há uma avaliação do que está sendo relatado.

Para Jenkins e Yakovleva (2006) os relatórios sociais e ambientais perdem credibilidade, já que muitos deles se parecem mais com peças de marketing, pois muitas empresas selecionam as informações que incluem nos relatórios. Para Hahn e Kühnen (2013), as empresas estão negligenciando a qualidade desses relatórios e demonstrando o descaso com os usuários.

Garcia *et al* (2015) apontam que as empresas falham na confecção de relatórios de sustentabilidade por falta de informações, mas que estão disponíveis em seus sistemas contábeis. Para Dillard, Yuthas e Baudot (2016) as informações socioambientais dos relatórios não estão completas, porque existem várias métricas que não são consideradas, porque a contabilidade desconhece as necessidades dos grupos de *stakeholders* menos poderosos. Uma forma de corrigir essa miopia, segundo Bellucci *et al* (2019, p.1468), é incentivar o envolvimento das partes interessadas, pois podem “atuar como um importante veículo de codificação dialógica e criar uma nova representação da realidade”.

Para Trancoso, Siqueira e Gomes (2018) os relatórios de sustentabilidade servem para mensurar os impactos socioambientais causados pelas empresas, bem como prover os seus usuários destas informações, de forma que possam exercer seu poder de julgamento, quanto ao comportamento responsável adotado pela empresa. Para Hahn e Kühnen (2013) é essencial identificar se os relatórios realmente satisfazem as necessidades informacionais e se as empresas investem poder para todos os *stakeholders*.

Nesse sentido, a participação da comunidade local na avaliação dos relatórios sociais e ambientais das empresas possibilitaria, segundo Kingston *et al* (2019, p. 453),

“uma avaliação pela perspectiva do usuário”, bem como o surgimento de “conclusões diferentes sobre a eficácia de uma organização” (EBRAHIM, 2005, p. 63), além de dar voz a um grupo negligenciado pela contabilidade e criar uma prestação de contas dialógica, recíproca e aberta (KINGSTON *et al*, 2019). Para Barone, Ranamagar, Solomon (2013, p. 167) o engajamento das partes interessadas pode ser capturado e direcionado pelas empresas como uma simulação de diálogo, para ser utilizado como vantagem em peças de marketing, perdendo-se assim o aprendizado mútuo com as trocas significativas de diálogo e a melhoria da prestação de contas entre as empresas e seus diversos *stakeholders*.

4.1. Indicadores Socioambientais para Comunidades Locais

O principal objetivo dos indicadores, segundo Van Bellen (2005), é agregar e quantificar informações de forma que a importância desta fique mais aparente. O autor afirma que “os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação (VAN BELLEN, 2005). Conforme Segnestam (2002), os indicadores não são o fim em si mesmos, eles são os meios para um fim, pois a análise deles resulta em informações que fundamentam uma melhor tomada de decisão. Conforme Ohayon e Rosenberg (2014, p. 299) os indicadores “auxiliam a gestão, pois demonstram a relação e o grau de eficiência com que os recursos financeiros, materiais e humanos alocados (*inputs*) produzem o resultado (*outputs*)”. Contudo, para Oliveira et al (2014), apesar das virtudes dos diversos indicadores sociais e ambientais, a maioria das pessoas não compreende como podem melhorar a qualidade de vida da sociedade mundial. Para Gray, Dillard e Spence (2013) cabe à academia dar mais atenção para a criação de relatórios sociais e ambientais que incluam os interesses de grupos específicos, como por exemplo, as comunidades locais, os pobres e/ou excluídos, os empregados e desempregados.

Caber ressaltar, que as empresas apresentam as informações sociais e ambientais em caráter voluntário, com exceção das empresas do setor de energia elétrica, pois a Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que aprova o manual de contabilidade para o setor, onde consta a exigência do Relatório de Responsabilidade Socioambiental, incluindo o Balanço Social, cujas informações são baseadas no modelo IBASE (ANEEL, 2015, p. 35). Os modelos

de relatórios sociais e ambientais mais utilizados pelas empresas brasileiras são analisados a seguir.

4.1.1. Indicadores IBASE

Em 1980, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e em 1993 se tornou mais conhecido no país ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (IBASE, 2019b). Conforme Oliveira (2015) esta campanha era a resposta da sociedade civil às grandes desigualdades sociais expostas pelo Mapa da Fome, relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), visto que “trinta e dois milhões de brasileiros – uma população equivalente à da Argentina – defronta-se, diariamente, com o problema da fome” (IPEA, 1993, p.5).

Sendo assim, na mesma época o IBASE lançou o seu modelo de Balanço Social, cujo principal objetivo foi “tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente” (IBASE, 2019a). O modelo de Balanço Social “reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade (IBASE, 2019a). O modelo Ibase é composto pelos indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, sendo estas com suas respectivas metas. A base de cálculo dos indicadores são: a receita líquida; o resultado operacional e a folha de pagamento bruta da empresa.

Os indicadores sociais externos representam os investimentos da empresa destinados à sociedade em: educação; cultura, saúde e saneamento; habitação; esporte; lazer e diversão; creches; alimentação; combate à fome e segurança alimentar; outros. Observa-se que não há indicador específico para a comunidade local. Sendo assim, o investimento feito para atender a esse indicador, pode ser em qualquer localidade, porém sem atender às necessidades daqueles que são os primeiros a sofrer os impactos gerados pelas atividades das empresas.

Nos indicadores ambientais estão os investimentos relacionados com a produção e/ou operação e em programas e/ou projetos externos, além do percentual que foi cumprido das metas ambientais anuais. Nesse indicador também não há informação específica para a comunidade local.

Cabe ressaltar que o modelo IBASE foi elaborado há quase 30 anos em um outro contexto explicado anteriormente. Segundo Lana *et al* (2011) o modelo é simples e a clareza dos indicadores facilita a interpretação dos dados. Para Vaz, Lezana e Maldonado (2017), no modelo IBASE os indicadores são abordados de forma genérica e quantitativa, com o foco na informação sobre os investimentos feitos pela empresa. Contudo, o modelo carece de informações qualitativas específicas dos investimentos feitos pela empresa, especificamente, na comunidade local, já que os indicadores externos se referem a sociedade como um todo.

4.1.2. Indicadores Ethos

Os indicadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social visam “avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios, auxiliando na definição de estratégias, políticas e processos” (ETHOS, 2019, p. 8).

O modelo Ethos é estruturado “em quatro grandes dimensões, as quais são desdobradas em temas inspirados na Norma ISO 26000, os quais, por sua vez, desdobram-se em subtemas e, posteriormente, em indicadores” (ETHOS, 2019, p. 9). No modelo Ethos, as empresas respondem às questões de cada indicador, cabendo a elas identificar em qual estágio se encontram naquele indicador. Sendo assim, o estágio 1 representa que a empresa trata o item de forma incipiente. No estágio 2 a empresa amplia suas iniciativas e implementa práticas contínuas sobre o tema. O estágio 3 representa que a empresa possui políticas formalizadas e implementa processos para promover valores. No estágio 4 a empresa está eficiente em relação ao tema, pois já considera o tema na tomada de decisão. No estágio 5 é o do protagonismo sobre o tema do indicador, pois já “passou por transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas” (ETHOS, 2019, p. 11). Dessa forma, são as próprias empresas que controlam seu avanço nos estágios.

As quatro dimensões do modelo são: visão e estratégica; governança e gestão; social; e ambiental. Como o foco desta pesquisa é a comunidade do entorno, serão abordadas as dimensões do modelo que incluem indicadores sobre a referida comunidade, ou seja, a dimensão social e a ambiental. A dimensão social é composta por quatro temas: direitos humanos; práticas de trabalho; questões relativas ao consumidor; e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento. Nessa dimensão apenas dois temas tratam,

especificamente, da comunidade do entorno e/ou partes interessadas: direitos humanos; e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento.

No tema direitos humanos, da dimensão social do modelo, encontra-se o indicador 20 - Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos e seus cinco estágios de responsabilidades, que a empresa deve identificar em qual estágio se encontra. No estágio 1, conforme Ethos (2019, p. 43) “a empresa tem meios de identificar os casos de desrespeito aos direitos humanos, que ocorram interna ou externamente e se assegura de não praticar discriminação”, incluindo a comunidade do entorno. No estágio 2 “a empresa identifica, previne e aborda impactos negativos reais ou potenciais nos direitos humanos resultantes de suas atividades ou de atividades das organizações de sua esfera de influência” (ETHOS, 2019, p. 43). No estágio 3 “a empresa implementa políticas de direitos humanos para acompanhar e orientar o público interno e demais partes interessadas (...) adota procedimentos para atender ou oferecer solução para as queixas e denúncias” (ETHOS, 2019, p. 43). No estágio 4 “a empresa realiza auditorias nas operações de sua responsabilidade e monitora sua esfera de influência, além de envolver formalmente a sua cadeia de valor no desenvolvimento de boas práticas de direitos humanos” (ETHOS, 2019, p. 43). No estágio 5 “a empresa envolve partes interessadas em sua avaliação de impactos em direitos humanos, realiza visitas e/ou auditorias nas operações de sua cadeia de valor, e implementa procedimentos no âmbito da comunidade do entorno, com o propósito de remediar eventuais impactos” (ETHOS, 2019, p. 43).

O tema envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento, da dimensão social do modelo, é composto pelo subtema gestão de impactos na comunidade e desenvolvimento, que possui dois indicadores específicos para a comunidade do entorno: 34 - gestão dos impactos na comunidade; e 35-compromisso com o desenvolvimento da comunidade e gestão das ações sociais (ETHOS, 2019, p. 42). No indicador 34, ao escolher o estágio 1 a empresa está declarando que “procura contemplar medidas reparadoras nas respostas que fornece às reclamações e manifestações da comunidade onde se encontra inserida e/ou realiza suas operações” (ETHOS, 2019, p. 58). Ao indicar o estágio 2 a empresa está afirmando que já “mapeou os impactos gerados na comunidade do entorno resultantes de suas atividades e implantou uma estrutura apta para registrar reclamações e oferecer respostas e informações às lideranças e/ou moradores locais sobre as providências tomadas” (ETHOS, 2019, p. 58). O estágio 3, do modelo Ethos, a empresa nesse estágio obriga-se “a comunicar antecipadamente possível ocorrência de eventos críticos e mudanças na sua estrutura de operação”, bem como “monitora periodicamente

os indicadores de impacto na comunidade e adota medidas para melhoria contínua de seu desempenho, mantendo um ou vários canais de diálogo abertos, por meio dos quais comunica os resultados das consultas às partes afetadas” (ETHOS, 2019, p. 58). No estágio 5 “a empresa disponibiliza para a comunidade externa dados relevantes sobre seu desempenho (econômico, social e ambiental), além de influenciar a sua cadeia de valor no desenvolvimento da gestão participativa” (ETHOS, 2019, p. 58).

Ainda no tema envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento, no indicador 35 - compromisso com o desenvolvimento da comunidade e gestão das ações sociais, indicando o estágio 1 “a empresa atende a demandas de investimento social, realiza ações sociais de forma pontual e/ou atua em determinadas oportunidades; além disso, aloca incentivos fiscais em projetos sociais ou culturais (ETHOS, 2019, p. 59). Indicando o estágio 2 a empresa assume que foram mapeadas as necessidades da comunidade do entorno da área de operações e se promoveu intervenções a partir dessas demandas. As demais informações desse estágio são referentes a projetos e programas de voluntariado e sua divulgação (ETHOS, 2019, p. 59). Cabe ressaltar que o estágio 2 foi o único nesse indicador a mencionar, especificamente, a comunidade do entorno. Para o estágio 3 a empresa assume que desenvolve procedimento formal de investimento social com áreas definidas, além de implementar e monitorar as intervenções no processo de revisão dos resultados; também presta contas à comunidade através de seu relato de sustentabilidade (ETHOS, 2019, p. 59). No estágio 4 a empresa afirma que alinha as solicitações da comunidade à sua estratégia de negócio; se organiza com outros atores para alavancar recursos e parcerias para dar suporte à comunidade, principalmente aos menos favorecidos e mais vulneráveis, na criação de negócios e cooperativas; “toma também iniciativas e/ou fortalece a capacidade e oportunidade dos fornecedores locais de contribuir com sua cadeia de valor (ETHOS, 2019, p. 59). No estágio 5 a empresa efetivamente contribui para o desenvolvimento das comunidades ou regiões onde atua, com programas institucionais que possibilitem o desenvolvimento de capacidades, geração de renda, educação ou qualificação, além de promover o engajamento com as partes interessadas e com outras empresas em favor da comunidade local (ETHOS, 2019, p. 59).

Na dimensão ambiental tem apenas o tema meio ambiente, com três subtemas: mudanças climáticas; gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade; e impactos do consumo (ETHOS, 2019, p. 15), com um total de 11 indicadores. No entanto, a comunidade do entorno é mencionada apenas

em dois indicadores: 40 - prevenção da poluição e 45- educação e conscientização ambiental.

Ao assinalar que está no estágio 1, do indicador 40, a empresa assume que “identifica suas fontes de poluição (resíduos, efluentes e emissões atmosféricas); adota medidas de controle para atender à legislação vigente, incluindo a destinação adequada dos resíduos perigosos; cumpre a legislação no que tange à poluição sonora e visual e à emissão de particulados e poeira” (ETHOS, 2019, p. 66). No estágio 2 “a empresa adota práticas iniciais de prevenção à poluição com foco nos 3 Rs: reduzir, reutilizar e reciclar, ou semelhante. Realiza campanhas internas com vistas a capacitar seus empregados em relação à poluição e sua prevenção” (ETHOS, 2019, p. 66). Para o estágio 3 a empresa assume que possui política de conduta ambiental em sua operação, além de “compromete-se com o controle e a prevenção da poluição. Realiza investimentos em tecnologia focada na eficiência, por meio de adequações em suas instalações, processos e produtos, buscando minimizar as fontes poluidoras” (ETHOS, 2019, p. 66). No caso de indicar o estágio 4 a empresa afirma que tem investido em tecnologias de produção mais limpa, além de adequações nas instalações, processos e produtos, visando minimizar ou eliminar as fontes poluidoras, além de incentivar sua cadeia de fornecedores a participar da prevenção à poluição e de uma produção mais limpa (ETHOS, 2019, p. 66). Indicando o estágio 5 a empresa afirma que “é reconhecida por sua excelência em produção mais limpa e na prevenção à poluição”, implantando, por exemplo, o controle dos impactos da poluição em todo o ciclo de vida de seus produtos e serviços, consultada como benchmark e por suas práticas de promoção do tema” (ETHOS, 2019, p. 66).

No indicador 45- educação e conscientização ambiental, o estágio 1 estabelece que “a empresa desenvolve ações de educação ambiental e conscientização dos empregados sobre essa temática, pontualmente ou em decorrência de pressão externa (como exigências do governo, crises de fornecimento etc.)” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 2 “a empresa promove treinamento sobre educação ambiental focado no público interno, disponibilizando informações e promovendo discussões” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 3 “a empresa elabora e divulga um programa anual de educação ambiental, desenvolve sistematicamente atividades e aborda de forma transversal o tema em seus demais treinamentos e atividades, a fim de gerar mudança na cultura da organização” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 4 “além de campanhas internas, a empresa desenvolve campanhas de conscientização e educação ambiental dirigidas a familiares de empregados, fornecedores, consumidores e clientes e à comunidade do entorno imediato

da empresa” (ETHOS, 2019, p. 71). No estágio 5 “a empresa apoia projetos educacionais em parceria com organizações não-governamentais e ambientalistas, exercendo liderança social em favor dessa causa” (ETHOS, 2019, p. 71). Cabe ressaltar que nesse indicador somente o estágio 4 cita, especificamente, a comunidade do entorno e que não fica claro que se a empresa fizer uma propaganda em rede nacional, pode ser considerado que o estágio 4 foi atendido.

Sampaio *et al* (2012, p. 119) ressaltam que há uma preocupação mais social nos modelos Ethos e Ibase, uma vez que as informações de natureza social são mais detalhadas do que as de natureza ambiental. Para Vaz, Lezana e Maldonado (2017) o modelo Ethos é o que abrange todas as áreas de uma empresa.

4.1.3. Indicadores CFC/CPC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou uma Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) NBC T – 15 que trata da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental e estabelece procedimentos para evidenciação dessas informações “com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade” (CFC/2004). Cabe ressaltar que essa demonstração não tem caráter de obrigatoriedade, mas se a entidade optar por fazê-la, tal demonstração deve ser revista por auditor independente, publicada com o relatório deste e inserida como informações complementares às demonstrações contábeis da entidade.

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental é dividida em quatro dimensões: 1) a geração e a distribuição de riqueza; 2) os recursos humanos; 3) a interação da entidade com o ambiente externo (dados referentes somente à comunidade, clientes e fornecedores); 4) a interação com o meio ambiente. Contudo, as dimensões dessa demonstração com informações de interesse específico da comunidade local são a dimensão três e a dimensão quatro. Na dimensão três da referida demonstração, a entidade deve informar o total dos investimentos feitos na comunidade em: a) educação, exceto a de caráter ambiental; b) cultura; c) saúde e saneamento; d) esporte e lazer, não sendo considerados os patrocínios com finalidade publicitária; e) alimentação (CFC, 2004). Contudo, não está explícito se a referida comunidade é a do entorno dos locais de operações das empresas.

Na dimensão quatro são apresentadas as informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devendo ser evidenciados: a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b)

investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; h) passivos e contingências ambientais (CFC, 2004).

Para Sampaio *et al* (2012, p. 119), a norma do CFC estabelece os procedimentos para a elaboração e publicação da demonstração de natureza social e ambiental, porém é fundamental um debate sobre a regulação e padronização dos relatórios socioambientais, pois esta falta de padrão dificulta a análise comparativa de empresas até do mesmo setor econômico. Oliveira (2014 p. 402) acrescentam que além da falta de padronização e de periodicidade, as informações apresentadas pelas empresas são muitas vezes limitadas, sugerindo uma subjetividade por parte dos gestores na escolha dos itens que serão contemplados na demonstração socioambiental, já que as externalidades negativas são pouco evidenciadas. Segundo Mello, Hollnagel e Ceil (2016), esse comportamento dos gestores pode ser explicado devido ao caráter não coercitivo de lei da norma do CFC, o que impacta na falta de informações para os *stakeholders*. Para Dubbink *et al* (2008) a necessidade de uma estrutura jurídica que possa promover nos relatórios socioambientais o mesmo nível dos relatórios financeiros obrigatórios.

Sampaio *et al* (2012) destacam que as empresas tendem a omitir as informações desfavoráveis que possam impactar na sua legitimidade perante seus diversos *stakeholders*. Blackburn *et al* (2014) ressaltam que os *stakeholders* não podem ter atitudes apropriadas em relação ao impacto do negócio na sociedade, porque as empresas não fornecem informações sociais e ambientais adequadas. Para Spence (2009), as empresas têm o dever de fornecer informações sobre suas interações sociais e ambientais para todos os *stakeholders* e não apenas para os *stakeholders* financeiros, pois tais informações são “instrumentais para informar a sociedade e, em última análise, em trazer uma democracia mais participativa” (SPENCE, 2009, p. 206).

4.1.4. Indicadores GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1997, com o objetivo de criar o primeiro mecanismo de prestação de contas, garantido

que as empresas aderissem aos princípios de uma conduta ambiental responsável, sendo depois ampliados para incluir as questões sociais, econômicas e de governança. A primeira versão das Diretrizes GRI (G1) foi publicada em 2000, sendo a primeira estrutura global para relatórios de sustentabilidade (GRI, 2020).

A versão mais recente das Diretrizes são os Padrões GRI, que entraram em vigor em julho de 2018, com exceção do Padrão GRI 303, que trata sobre água e efluentes, que entrará em vigor em primeiro de janeiro de 2021 (GRI, 2016). Estes padrões são divididos em quatro séries, a saber: GRI 100 – Padrões Universais; GRI 200 – Padrões Econômicos; GRI 300 – Padrões Ambientais; GRI 400 – Padrões Sociais. Para atender aos objetivos desta tese serão analisados os padrões GRI 300 e 400.

A série GRI 300 – Padrões Ambientais é composta por oito padrões e 32 indicadores, a saber: GRI 301: Materiais, com 3 indicadores; GRI 302: Energia, com 5 indicadores; GRI 303: Água e Efluentes, com 5 indicadores; GRI 304: Biodiversidade, com 4 indicadores; GRI 305: Emissões, com 7 indicadores; GRI 306: Efluentes e Resíduos, com 5 indicadores; GRI 307: Conformidade ambiental, com 1 indicadores; GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores com 2 indicadores. Já a série GRI 400 – Padrões Sociais é composta por 19 padrões, totalizando 40 indicadores. Porém, apenas o padrão 413 tem informações específicas sobre a comunidade local, com dois indicadores: 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento; e 413-2 Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais. Cabe ressaltar que a comunidade local é definida como as pessoas ou grupos de pessoas que vivem e/ou trabalham em quaisquer áreas que são impactadas econômica, social ou ambientalmente (positiva ou negativamente) pelas operações de uma organização, bem como as pessoas que vivem adjacentes às operações de uma organização, bem como aqueles que vivem à distância, mas são susceptíveis de serem afetados por essas operações (GRI, 2016).

O indicador 413-1 estabelece que a empresa deve divulgar informações sobre o percentual de operações com envolvimento da comunidade local que foram implementadas, bem como as avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento, incluindo: 1) avaliações de impacto social, inclusive de gênero; 2) avaliações de impacto ambiental e monitoramento contínuo; 3) divulgação pública de resultados de avaliações de impacto ambiental e social; 4) programas de desenvolvimento comunitário local baseados nas necessidades das comunidades locais; 5) planos de engajamento de partes interessadas com base no mapeamento de partes interessadas; 6) comissões e processos

de consulta da comunidade local, incluindo grupos vulneráveis; 7) conselhos de trabalhadores, comitês de segurança e saúde ocupacional e outros órgãos de representação dos trabalhadores para lidar com os impactos; 8) processos formais de reclamação da comunidade local (GRI, 2016).

No indicador 413-2 a empresa deve divulgar as operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais, incluindo a localização das operações.

Para Carvalho e Siqueira (2007) o modelo GRI apresenta grandes contribuições, uma vez que oferece informação abrangente, é consolidado mundialmente, além de fornecer uma base maior para comparações. Segundo Bellucci *et al* (2019), além de permitir comparações, o padrão unificado dos relatórios da GRI permite realizar benchmarking entre várias organizações e reduz problemas relacionados à heterogeneidade. Para Sampaio *et al* (2012), o atendimento às diretrizes estabelecidas pelo GRI pode ser explicado pelas relações comerciais das empresas com outros países, uma vez que o modelo GRI é aceito por instituições e órgãos internacionais. Contudo, para Azapagic (2004) as diretrizes de relatórios da GRI são mais apropriadas para grandes empresas, sendo necessário desenvolver uma estrutura mais simplificada de indicadores para pequenas e médias empresas. Barone, Ranamagar e Solomon (2013, 167) destacam que “o foco do GRI está predominantemente no relato corporativo em vez de fornecer diretrizes para as práticas de envolvimento das partes interessadas per se”.

O Quadro 3 apresenta uma comparação dos modelos de indicadores abordados.

	IBASE	ETHOS	CFC	GRI
Indicadores Sociais	05	17	05	44
Para a comunidade do entorno	nenhum	02	nenhum	02
Indicadores Ambientais	03	11	08	40
Vantagens do modelo	Simple e de fácil interpretação Lana <i>et al</i> (2011)	Abrange todas as áreas de uma empresa (Vaz; Lezana; Maldonado, 2017)	estabelece os procedimentos para elaboração e publicação (Sampaio <i>et al</i> , 2012)	informação abrangente; consolidado mundialmente (Carvalho; Siqueira, 2007)
Desvantagens do modelo	indicadores genéricos e quantitativos (Vaz; Lezana; Maldonado, 2017)	informações de natureza ambiental pouco detalhadas (Sampaio <i>et al</i> , 2012)	caráter não coercitivo de lei da norma do CFC (Mello; Hollnagel; Cei, 2016)	mais apropriado para grandes empresas (Azapagic, 2004)

Quadro 3- Comparação dos modelos de indicadores sociais e ambientais

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se o número reduzido de indicadores específicos para a comunidade do entorno e, segundo Gray (2001), as empresas devem prestar contas fornecendo informações do interesse de cada *stakeholder*, “e não pelo relato banal de como os *stakeholders* foram influenciados com êxito por material de relações públicas” (GRAY, 2001, p. 12). Para Hahn e Kühnen (2013) as iniciativas voluntárias de relatórios socioambientais são insuficientes para alcançar a responsabilidade corporativa, porque tais relatórios são elaborados seguindo considerações estratégicas. Nesse sentido, Angotti (2018), argumenta que os relatórios sociais e ambientais são implementados em uma abordagem de cima para baixo, rejeitando a contribuição e a participação das pessoas envolvidas e atingidas pelos impactos econômicos, sociais e ambientais causados pelas empresas. Desta forma, apesar dos diversos modelos e indicadores, percebe-se que as comunidades do entorno não estão sendo atendidas, pois além de não participarem do conteúdo dos relatórios com as suas necessidades, são poucos os indicadores específicos para elas.

Assim, percebe-se que ainda se tem um grande caminho a percorrer, uma vez que as pesquisas apontam que além da falta de participação das partes interessadas (GRAY *et al*, 2001; BARONE; RANAMAGAR; SOLOMON, 2013; BLACKBURN *et al*, 2014; BROW; DILLARD, 2015; BELLUCCI *et al*, 2018, 2019), os relatórios sociais e ambientais ainda pecam pela baixa comparabilidade (SILVA *et al*, 2001; GUARNERI, 2001; SAMPAIO *et al*, 2012; PONÇONI; FRANCO, 2015), apresentam um viés para gerenciamento de imagem (DAVID; OTT, 2003; PINTO; RIBEIRO, 2004; JENKINS; YAKOVLEVA, 2006), têm uma transparência precária (DAVID; OTT, 2003; OLIVEIRA, 2003; ALIGLERI, 2011; HAHN E KÜHNEN, 2013; VALENTE; FUJINO, 2015) e uma abrangência de informações limitada (PINTO; RIBEIRO, 2004; SIQUEIRA; VIDAL, 2003; OLIVEIRA *et al*, 2014; MOREIRA *et al*, 2016; XING; YANG, 2019). Cabe ressaltar que independente da atividade da empresa, todas devem prestar contas de suas decisões e todas têm um *stakeholder* em comum: a comunidade do entorno.

5. CONTABILIDADE DIALÓGICA E INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

5.1. Práticas Correntes de Informações Socioambientais

A contabilidade social, segundo Elkington (1998), avalia o impacto que as empresas causam às pessoas, sendo uma das questões estudadas as relações com a comunidade. Para Gray, Dillard e Spence (2013, p.119) a contabilidade social abrange desde a “contabilidade da gestão ambiental ao inventário de habitats; desde relatórios individuais de ‘sustentabilidade’ elaborados por corporações multinacionais às sínteses de diálogos-base de organizações não-governamentais”, envolvendo o setor privado, o setor público e organizações não governamentais. A contabilidade social, segundo Gray, Dillard e Spence (2013, p.124), teve início nos anos 1970 e “na maioria dos locais, foi tratada com tanto desdém (certamente na contabilidade) até por volta de 1990”. Para Spence (2009, p. 211) a contabilidade social atua como uma estrutura discursiva que apresenta as percepções de interesses mútuos, também é essencial para identificar, medir e racionalizar as atividades de RSC. Nesse sentido, segundo Gray, Dillard e Spence (2013), muitos relatórios socioambientais voluntários foram expostos pela contabilidade social como sendo seletivos e ocultos, desprovidos de informações úteis para a sociedade. Portanto, a contabilidade social é indissociável da contabilidade e como tal, deve estar presente na forma com que as entidades elaboram e reportam as suas demonstrações contábeis, para “expor e abordar problemas sociais e ambientais, ao invés de ofuscar e perpetuar esses problemas” (SPENCE, 2009, p. 223).

A prática da contabilidade social abre o caminho para o diálogo entre as empresas, demais entidades e a sociedade, cujos relatórios deveriam reportar para Bouten *et al* (2011) as visões e metas; as práticas adotadas coerentes com a RSC e indicadores de desempenho sociais e ambientais das entidades. Já Hopwood (2009) reforça a necessidade de que os relatórios corporativos contenham o desempenho ambiental, assim como contêm o desempenho financeiro, de forma que os relatórios tenham potencial para dar visibilidade às atividades das empresas e suas consequências ambientais, enfim, “lançando luz sobre o que é muitas vezes invisível” (HOPWOOD, 2009, p. 437).

Spence (2009) afirma que a prática da contabilidade social, na forma de autorrelato corporativo falhou, pois não conseguiu que as empresas praticassem uma crítica substantiva, ao contrário, está desempenhando um papel regressivo, pois permite que as empresas não deem a devida transparência às contradições dentro do capitalismo,

devendo se libertar da influência da base econômica e expor ativamente as contradições da hegemonia atual (SPENCE, 2009).

Para Baumgartner e Ebner (2010) o nível de maturidade de sustentabilidade de uma organização pode ser verificado analisando-se as suas estratégias e classificando-as em estratégia introvertida, conservadora, extrovertida e visionária. Uma organização está em um padrão muito baixo de sustentabilidade, quando sua estratégia é a de apenas mitigação de riscos, classificando-a como estratégia introvertida. Já a estratégia conservadora tem o foco nas medidas internas, ou seja, na eficiência de custos e processos bem definidos. A estratégia extrovertida quer comunicar seu compromisso de sustentabilidade para a sociedade, com o objetivo de se diferenciar dos concorrentes e aumentar sua credibilidade. O nível mais alto de maturidade está nas estratégias visionárias, pois nesta estratégia a organização tem um compromisso altamente desenvolvido, com o objetivo de se tornar líder de mercado em questões de sustentabilidade (BAUMGARTNER; EBNER, 2010). A questão é saber qual destas estratégias a organização está seguindo, dentro do conceito de RSC, quando a atividade econômica exercida causa impactos socioambientais.

Em muitos relatórios sociais e ambientais o que se observa é a falta de transparência e de alinhamento com a correta utilização da contabilidade social. Tais relatórios seguem na direção oposta do que a sociedade necessita, “consolidando ainda mais o *status quo* pelo alinhamento discursivo insincero das preocupações com noções de interesse público e sustentabilidade ambiental” (SPENCE, 2009, p. 224).

Hopwood (2009) foi categórico ao afirmar que os relatórios podem reduzir o que se sabe sobre uma empresa e suas atividades, podem aumentar a legitimidade dela no mundo, podem facilitar a construção de uma nova imagem para a empresa, podem até conseguir que se façam menos perguntas à empresa e, assim, se saiba menos a seu respeito. O autor argumentou que os relatórios servem como véu corporativo, ao mesmo tempo que mostram uma nova face da empresa, ocultam e protegem seu funcionamento, tal forma que menos ainda se sabe da empresa (HOPWOOD, 2009). Estas afirmações coincidem com a atitude das empresas em algumas tragédias recentes abordadas neste trabalho, visto que elas divulgavam relatórios socioambientais para legitimar suas atividades, sem a devida responsabilidade socioambiental, sendo em muitos casos são as que mais poluem. Para Macías e Velásquez (2017) o esforço empregado no sentido de melhorar a imagem externa, através de relatórios socioambientais, são em muitos casos feito pelas empresas que são as mais poluidoras.

Nesse sentido, Baumgartner e Ebner (2010) afirmam que muitos relatórios de sustentabilidade publicados não têm seu foco claramente definido, sendo utilizados mais como *greenwashing* (lavagem verde) do que para fornecer informações. Para Lins e Silva (2010, p. 96) a lavagem verde ou pincelada de verde nos relatórios sociais e ambientais “não passam de ações de marketing visando passar uma melhor imagem socioambiental”. Para Bebbington, Larrinaga e Moneva (2008) esses relatórios são usados para minimizar os aspectos negativos do desempenho socioambiental, sugerindo gerenciamento de riscos de reputação. Adams e Whelan (2009) relatam caso de *greenwash* de uma empresa divulgou seu relatório sobre impactos sociais e ambientais inconsistente com uma grande quantidade de informações disponíveis no domínio público, sugerindo que a empresa agiu deliberadamente ao ocultar tais informações, o que “não seria tolerado nos relatórios financeiros” (ADAMS; WHELAN, 2009, p. 131). Nesse sentido, Lyon e Montgomery (2013) afirmam que a mídia social pode reduzir a incidência de *greenwash* corporativo ao comparar as informações disponíveis no domínio público com os relatórios publicados pelas empresas.

Cabe à contabilidade social fornecer às partes interessadas além de informações relevantes, oportunas e compreensíveis, respostas mais transparentes das empresas por seus impactos sociais e ambientais (BROWN, 2009; BLACKBURN *et al*, 2014; BROWN; DILLARD, 2015a). Para Gray (2001) é desafiador estabelecer como a contabilidade social pode desempenhar seu papel nos movimentos em direção à sustentabilidade. Já Hopwood (2009) afirmou que deve-se explorar o papel e o funcionamento da contabilidade na área ambiental e de sustentabilidade, para que se tenha uma base de conhecimento, em uma área que provavelmente terá profundas consequências para a raça humana.

Elkington (1998, p. 21) afirmou que “existe uma necessidade crescente de medir os impactos ambientais em termos de novas métricas”. Esta tese defende que as métricas incorporem os interesses da comunidade do entorno das organizações que causam impactos ambientais negativos. Portanto, é preciso conhecer o impacto, a partir do olhar da comunidade que é atingida por ele. Desta forma, será possível desenvolver indicadores que darão a informação necessária para atingir aos interesses das organizações e sociedade.

Conforme Kim, Nam, Kang (2010) a melhoria das condições socioambientais não pode ser alcançada apenas por esforços individuais de empresas, seria mais eficiente através de uma estreita cooperação entre a empresa, seus *stakeholders* e a sociedade, em

um sistema bem organizado. Para atender a este sistema a empresa deve conhecer os interesses de todos os envolvidos. Joffre e Simon (2012) destacaram a dificuldade de se atender às diferentes expectativas, visto que quando diversas partes interessadas têm interesses conflitantes cada parte quer adotar a solução que atenda melhor suas expectativas. Sendo assim, é necessário buscar o diálogo e o debate respeitando as diversas perspectivas, fortalecendo a compreensão e o aprendizado (DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016).

Apesar das diferentes expectativas, Marins (2015, p. 128) destaca que “muitos grupos de *stakeholders* não são considerados com a devida abrangência, o que pode trazer problemas a médio prazo, por conta de uma defasagem com a evolução do seu ambiente de negócios”. Sendo assim, quem representa os interesses das comunidades do entorno, das organizações que causam impactos ambientais negativos? Exatamente, por não ter sido considerada a devida abrangência é que existem vários casos de decisões que foram tomadas sem atender aos interesses das comunidades locais, com exemplos de tragédias recentes, como o rompimento das barragens em Bento Rodrigues (Mariana) e em Brumadinho/MG

5.2. Contabilidade Dialógica

A contabilidade dominante é baseada na abordagem monológica que permanece oprimida pelas premissas do capitalismo, pela falsa imparcialidade de valores e seus pressupostos estão centrados nas necessidades do capital financeiro, ignorando ou subestimando os valores sociais e negando voz a perspectivas alternativas (BROWN, 2009). Esta monológica estrutura da contabilidade define quem é visível e a quem se deve prestar contas, levantando a questão sobre em quais termos se contabiliza, além de expor a natureza subjetiva da visão “verdadeira e justa” e sua incapacidade de entender e atender às necessidades das partes interessadas, bem como os anseios de uma sociedade pluralista, seja de informação ou de confiança nas empresas e governos (BEBBINGTON *et al*, 2007; BLACKBURN *et al*, 2014; BROWN; DILLARD, 2015b; DILLARD; VINNARI, 2019; KINGSTON *et al*, 2019).

Blackburn *et al*. (2014, p. 94) afirmam que a contabilidade dialógica está baseada no “pressuposto de que os seres humanos constroem coletivamente a realidade e que a relação entre a contabilidade e o mundo social é mutuamente constitutiva”.

Nesse sentido, as empresas têm o dever de prestar contas à sociedade e para Dillard e Vinnari (2019, p. 24) essa prestação de contas não tem propósito em si mesma, ela é “um meio para atingir objetivos como responsabilidade, confiabilidade, autonomia, democracia, pluralismo”. Porém, como a necessidade de prestação de contas surge das relações sociais que atuam em um continuamente conflitante.

O objetivo da contabilidade dialógica é que sejam reconhecidas as posições ideológicas divergentes dos diversos atores sociais, que são desconsiderados pela contabilidade dominante (BROWN, DILLARD, 2015b). Os relatos dialógicos servem para mostrar os interesses dos diversos atores como, por exemplo, preocupações com os pagamentos de produtores, as condições de trabalho dos empregados, as práticas responsáveis sociais e ambientais, o nível de crescimento econômico da comunidade local, que tornariam a prática da tomada de decisão e da prestação de contas aberta para as diferenças e o debate nos contextos organizacional e da sociedade civil (BROWN, DILLARD 2013; BROWN, DILLARD, 2015b; AHMED; ELIWA; POWER, 2019).

Nos diálogos críticos são incorporados os mecanismos democráticos que reconhecem os interesses concorrentes, as relações de poder assimétricas e antagônicas e através de iniciativas de processos participativos são capazes de acomodar estas posições conflitantes, possibilitar a motivação para uma mudança social, reduzir a assimetria de poder e dar voz às partes interessadas excluídas pelas construções neoliberais tradicionais (BROWN; DILLARD, 2015b; DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016; KINGSTON *et al*, 2019).

A contabilidade dialógica visa proporcionar uma abordagem pluralista amplamente crítica, tornando a contabilidade mais receptiva às necessidades da sociedade, equilibrando os interesses de diversas partes interessadas, deixando de privilegiar o mercado de capitais para fomentar o diálogo e a interação democrática (BROWN, 2009; BLACKBURN *et al*, 2014).

As abordagens pluralistas enfrentam o desafio de confrontar ideologias arraigadas e relações de poder, principalmente, quando os interesses dos usuários são concorrentes o que prevalece é a dominância dos mercados de capitais (BROWN, 2009). Esta dominância está enraizada na Contabilidade que a sua Estrutura Conceitual, promulgada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), identifica os investidores como os “principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros” (CPC, 2019, § 1.5), ignorando os diversos atores que compõem a sociedade.

Para Kingston *et al* (2019, p. 449) essa hegemonia na Contabilidade é “uma causa das desigualdades sociais existentes” por excluir grupos marginalizados de partes interessadas das práticas contábeis, bem como em desprezar a responsabilidade da contabilidade para além dos investidores (BROWN; DILLARD, 2015a). Conforme Bebbington *et al* (2007) existe uma crescente inquietação em relação ao poder que as corporações possuem e como ele afeta a sociedade, principalmente, quando decorrem danos sociais e ambientais catastróficos. Tal inquietação, conforme Demajorovic (2008), despertou a atenção da sociedade para a responsabilização das empresas e de governos para a falta de responsabilidade socioambiental e para a necessidade de prestação de contas para diversos grupos sociais (BEBBINGTON *et al*, 2007; DILLARD; VINNARI, 2019).

Para Brown (2009) existe um reconhecimento da necessidade de formas mais dialógicas da contabilidade, cujo primeiro passo em direção a este processo é reconhecer como o poder se intromete nas relações sociais negando a heterogeneidade e excluindo vozes. Em seguida, promover o desenvolvimento teórico da contabilidade dialógica com uma abordagem pluralista amplamente crítica (BROWN, 2009).

É fundamental que a contabilidade seja mais crítica e desenvolva a abordagem dialógica, que incorpore reflexões e debates sobre práticas organizacionais, que a prestação de contas inclua práticas de avaliação participativa e as vozes de uma sociedade pluralista, caracterizada por interesses múltiplos e assim contribuir para as mudanças sociais e ambientais (BEBBINGTON *et al*, 2007; BROWN, DILLARD, 2015b; DILLARD; VINNARI, 2019; KINGSTON *et al*, 2019).

O êxito do processo dialógico na contabilidade será alcançado quando os indivíduos puderam falar e serem ouvidos sem coação, em um compromisso de discussões interativas e contínuas na construção de interesses comuns, rejeitando a ideia de um consenso imutável, mas respeitando compreensão, o aprendizado e o aperfeiçoamento (BEBBINGTON *et al*, 2007; DILLARD; YUTHAS, 2013; DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016).

Como forma de evitar que os interesses dos atores mais poderosos sejam privilegiados em um processo dialógico, as instituições públicas podem desempenhar um papel prospectivo, estimulando o diálogo, orientando o debate e a criando de regras para que promovam a mudança dos princípios contábeis monológicos para os dialógicos, como forma de democratizar a Contabilidade e o engajamento das partes interessadas (BROWN; DILLARD, 2015b; PASSETTI *et al*, 2017).

Os princípios contábeis monológicos estão concentrados em medidas quantitativas e técnicas preditivas com suposta objetividade na análise de projetos, para que a organização possa gerenciar suas atividades visando a maximização da riqueza dos acionistas (BROWN; DILLARD, 2015b). No entanto, na análise de projetos que envolvam custos e benefícios esperados por diversos atores sociais, essas técnicas são falhas porque esses atores são ignorados pela contabilidade monológica, impossibilitando a avaliação com outras perspectivas e uma reconstrução da realidade social de grupos marginalizados pela própria Contabilidade (BLACKBURN *et al*, 2014; BROWN; DILLARD, 2015b; TANIMA; BROWN, 2016).

A participação democrática na Contabilidade exige uma estrutura de poder desmontada, para que todas as vozes possam ser ouvidas e consideradas, que os sistemas de contabilização e os processos de tomada de decisão sejam reconsiderados para desempenharem uma prestação de contas dialógica crítica, de forma a aceitar o envolvimento das partes interessadas e as múltiplas perspectivas sobre questões organizacionais e sociais, bem como atender as necessidades de informações relevantes e de qualidade em um contexto pluralista (BARONE; RANAMAGAR; SOLOMON, 2013; BLACKBURN *et al*, 2014; DILLARD; VINNARI, 2019).

Para Vinnari e Dillard (2016, p. 25) “a contabilidade não reflete apenas uma realidade, ela participa da construção dessa realidade, impondo um conjunto de valores ideologicamente imbuídos a uma variedade de atores”. Para Baker e Bettner (1997, p. 293) esse poder partidário da contabilidade é usado pelas organizações em “questões fundamentais relativas à distribuição de riqueza, justiça social, ideologia política e degradação ambiental”. Nesse sentido, Brown e Dillard (2013) alertam para o risco de que as assimetrias de poder e as lógicas neoliberais de mercado sedimentadas possam ser subestimadas no processo democrático da contabilidade e desta maneira acabem por perpetuar as desigualdades existentes.

Para implementar uma contabilidade que “leve o pluralismo a sério” buscando conciliar diversas perspectivas e interesses, então, Brown (2009, p. 324) propôs um conjunto de oito princípios, como base para uma estrutura dialógica crítica, são eles: 1) a necessidade de reconhecer uma diversidade de orientações ideológicas; 2) a importância de evitar o “reducionismo monetário”; 3) Manter-se aberto sobre a contestabilidade dos cálculos; 4) permitir o acesso de “não especialistas”; 5) assegurar processos participativos eficazes; 6) estar atento às relações de poder; 7) reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica; 8) resistir às novas formas de monologismo.

Esses oito princípios visam neutralizar o poder e a assimetria informacional, instituindo processos participativos para que valores diferentes possam ser expostos e aceitos, de forma a impedir a tendência dominante de que na existência de múltiplas perspectivas em contextos contábeis, privilegiar os cálculos monetários e os divulgar como representações objetivas (DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016).

Para aplicação dos princípios dialógicos na Contabilidade, Dillard, Yuthas e Baudot (2016) afirmam que, primeiramente, deve-se reconhecer e especificar as múltiplas perspectivas através da análise das partes interessadas, de forma a evitar o confronto de objetivos contraditórios e concorrentes que está subentendido nesses princípios, pois enquanto um grupo pode ter o interesse no bem-estar social com o diminuição da pobreza, por exemplo, outro grupo pode ter interesse de retornos econômicos. Nesse sentido, a abordagem dialógica crítica é capaz de conciliar as posições conflitantes e manter o entendimento contínuo entre interesses concorrentes (DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016).

Reconhecer que existem perspectivas alternativas e legítimas em relação às práticas contábeis predominantes, é despertar para o potencial transformador da contabilidade dialógica crítica explorando, discutindo e incorporando as contribuições significativas de uma gama diversificada de partes interessadas menos poderosas, bem como promovendo a redução da hegemonia e da desigualdade social (BROWN; DILLARD 2015b; DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016; TANIMA; BROWN, 2016; PASSETTI *et al*, 2017; KINGSTON *et al*, 2019). Nesse contexto, Angotti, Ferreira e Eugénio (2018) alertam que é preciso uma participação ativa para transpor as inúmeras barreiras técnicas e políticas, para que a contabilidade dialógica seja efetivamente implementada.

6. METODOLOGIA

O objetivo geral desta tese é o de desenvolver uma metodologia que permita a criação de uma abordagem dialógica de informações socioambientais que vão ao encontro dos anseios das comunidades do entorno de organizações industriais. Sendo assim, este capítulo detalha o delineamento metodológico, a classificação da pesquisa, a estruturação da pesquisa, os procedimentos da coleta de dados, o tratamento dos dados e a validação da proposta.

6.1 Delineamento Metodológico

De acordo com Crotty (1998) uma pesquisa deve-se responder algumas questões, como: quais os pressupostos sobre a realidade que devem ser trazidos para o trabalho? Que perspectiva teórica está por trás da metodologia? Que epistemologia ampara essa perspectiva teórica? Assim, neste capítulo são respondidas essas questões apresentando-se a metodologia utilizada, a abordagem e o método da pesquisa, a classificação, a estrutura do trabalho, a escolha dos participantes, a coleta dos dados e a validação dos resultados.

Visando atender ao objetivo geral de desenvolver uma metodologia que permita a criação de uma abordagem dialógica de informações socioambientais que vão ao encontro dos anseios das comunidades do entorno de organizações industriais, a presente tese está alinhada à perspectiva da crítica da contabilidade dialógica.

Para Gray (2014) a teoria crítica é a forma de pesquisa que questiona os valores e as estruturas sociais convencionais, fazendo com que o pesquisador e os participantes desenvolvam novas formas de entendimento. Crotty (1998) afirma que a pesquisa crítica é a que desafia, precisamente, por não aceitar o *status quo* e buscar mudanças. Nesse sentido, optou-se pela teoria crítica dialógica, tendo em vista os pressupostos sobre a realidade que foram trazidos para este trabalho. Já que os relatórios contábeis convencionais não consideram as necessidades de informação de uma parte dos *stakeholders*. Parte essa que é a mais afetada pela tomada de decisões das empresas e pelos impactos socioambientais que tais decisões causam: a comunidade local.

Também percebeu-se que a abordagem crítica dialógica é capaz de abranger questões de desequilíbrios de poder (DILLARD; VINARI, 2019) e de se alinhar ao sentido democrático de participação (KINGSTON *et al*, 2019). Essa abordagem crítica dialógica pode proporcionar a conciliação dos interesses e abrir o caminho para o

desenvolvimento de ideias com a coparticipação da comunidade local, esta que sempre esteve preterida pela contabilidade tradicional (STEVENS, 2005; TANIMA; BROWN, 2016; BELLUCCI *et al.*, 2019; DILLARD; VINNARI, 2019).

Segundo Crotty (1998) a epistemologia é a teoria do conhecimento que está embutida na perspectiva teórica e na metodologia que o pesquisador escolhe para a realização de uma pesquisa. Sendo assim, conforme Brown (2009) a epistemologia construcionista social é a que ampara a perspectiva crítica da contabilidade dialógica com a qual observa-se o objeto de estudo e respalda a ideia do diálogo transparente, de forma que os indivíduos possam se expressar sobre as políticas e práticas contrárias aos seus interesses (BROWN, 2009).

Em uma sociedade democrática o diálogo e a divergência são desejáveis, fazem parte do processo democrático. Nesse sentido, a perspectiva crítica da contabilidade dialógica visa abordar pontos comuns, bem como diferenças de valores, de interesses e visões sociopolíticas. Desta forma, possibilitando que as múltiplas perspectivas trazidas pelo diálogo e pelo processo democrático possam provocar transformações nas práticas atuais de contabilidade (BEBBINGTON *et al.*, 2007; BROWN, 2009; BLACKBURN *et al.*, 2014).

Quanto à escolha do método que melhor atendesse ao objetivo do trabalho e que capturasse os anseios das comunidades do entorno sobre as informações socioambientais que constassem dos relatórios das empresas. Ou seja, o método que possibilitasse dar voz à comunidade local e para fomentar a implantação da contabilidade dialógica, a escolha foi trabalhar com pesquisa-ação. Primeiramente, porque a essência deste tipo de pesquisa é a necessidade de mudança de uma realidade social, além de proporcionar benefícios aos envolvidos e gerar conhecimento (FOGARTY, 2017; LODI; THIOLENT; SAUERBRONN, 2018).

Outro ponto importante na pesquisa ação é o trabalho em conjunto de pesquisadores e dos participantes da pesquisa, interagindo dentro da realidade na qual esses estão inseridos e assim, conhecendo os problemas coletivos, buscando soluções e promovendo o aprendizado bidirecional (THIOLENT, 2009; TANIMA; BROWN, 2016). Em suma, a pesquisa-ação corresponde à metodologia adequada para o alcance dos resultados esperados desta tese.

O Quadro 4 apresenta resumo do enquadramento da tese, quanto à epistemologia, à perspectiva teórica, ao método e as técnicas de coletas e análise de dados.

Epistemologia	Perspectiva Teórica	Metodologia	Técnicas de coletas e análise de dados
Construcionista social	Interpretativismo Teoria Crítica	Pesquisa-Ação	Entrevistas Análise de Conteúdo

Quadro 4- Enquadramento da tese
Fonte: Adaptado de Crotty (1998)

Assim, definidas as bases da pesquisa é necessária a apresentação, adiante, da classificação da pesquisa quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema.

6.2 Classificação da Pesquisa

As pesquisas são classificadas quanto aos objetivos, conforme Gil (2010), em três grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. As pesquisas exploratórias visam obter conhecimento profundo do problema, visando torná-lo mais explícito (COLLIS; HUSSEY, 2005; RAUPP; BEUREN, 2006; GIL, 2010). As pesquisas exploratórias são as mais indicadas para processos mais complexos e desconhecidos ou não abrangidos de forma satisfatória (VASCONCELOS, 2002; RAUPP; BEUREN, 2006). Sendo assim, esta pesquisa se classifica como exploratória, por tratar de um tema pouco explorado que é o de identificar as necessidades de informações socioambientais a partir da visão da comunidade local.

A pesquisa bibliográfica destaca-se pelas observações e experiências de outros autores e são as bases conceituais necessárias para a autêntica observação científica (RUDIO, 1999; RAUPP; BEUREN, 2006; GIL, 2010). Já a pesquisa-ação possui base empírica, sendo concebida e realizada com a finalidade de uma ação ou resolução de um problema coletivo, com participantes e pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (GIL, 2010; THIOLLENT, 2011). Desta forma, quanto aos procedimentos esta pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação.

As pesquisas podem ser classificadas quanto à abordagem do problema em quantitativa, qualitativa ou mista (quali-quantitativa). As pesquisas qualitativas, conforme Richardson (1999) procuram apresentar a complexidade de um problema, fazer a análise da interação das variáveis, além de assimilar e especificar processos dinâmicos sofridos por grupos sociais. Nestas pesquisas, procura-se conhecer a realidade a partir da perspectiva dos participantes (GODOY, 1995; ZANELLA, 2013).

Cabe destacar, segundo Denzin (2018) que o papel da pesquisa qualitativa é fundamental no momento atual, pois no mundo inteiro há imensa necessidade de justiça social e de pesquisas que possibilitem investigações transformadoras que vão ao encontro dos interesses da sociedade. Nesse sentido, esta tese se classifica quanto à abordagem do problema como pesquisa qualitativa, porque busca conhecer a realidade dos participantes, seus interesses e informações socioambientais, bem como dar voz a parte dos *stakeholders* afetada pelas decisões unilaterais das empresas.

6.3. Estruturação da Pesquisa

Chizzotti (2014), com base em uma síntese de pesquisas anteriores propõe a aplicação da pesquisa-ação em um conjunto de seis etapas: 1) Definição do problema, 2) Formulação do problema, 3) Implementação da ação, 4) Execução da ação; 5) Avaliação da ação e 6) Continuidade da ação.

6.3.1. Definição do Problema

Com base no exposto anteriormente as comunidades no entorno das operações corporativas, notadamente as industriais, recebe parte de suas benesses, mas também a maior parte dos efeitos das externalidades negativas dos empreendimentos. Estas externalidades negativas podem ser desde a contaminação contínua das águas, solo e ar até verdadeiras tragédias com alto custo ambiental e social, que incluem, até a perda de vidas humanas.

Os casos se espalham no espaço e no tempo. Na Baía de Minamata, o derramamento de mercúrio causou o envenenamento da população local, levando 798 pessoas a ficarem doentes e outras 107 à morte. Contudo, a situação pode ser ainda mais grave já que existem outros casos que estão sendo analisados (HOGAN, 2007).

Em 1984, um vazamento de isocianato de metila ocorrido em uma unidade da Union Carbide na Índia – onde as regulamentações de segurança não são rígidas – levou milhares à morte. A cidade de Bhopal acordou horrorizada com parte de seus habitantes sendo encaminhada a hospitais e necrotérios (DEMAJOROVIC, 2008; BONELLI, 2014).

O Brasil não passou incólume por este tipo de tragédia. Muito recentemente, em 5 de novembro de 2015 uma barragem da Samarco, controlada pela Vale S. A. e pela BHP Billiton, rompeu liberando 60 milhões de m³ de rejeitos, afetando gravemente a

importante Bacia Hidrográfica do Rio Doce e levando 19 pessoas à morte no município de Mariana (IBAMA, 2015).

Outra tragédia brasileira seria ainda mais grave em termos de perdas de vidas. Em 25 de janeiro de 2019, a barragem de rejeitos minerais da Vale S. A. rompeu, levando à morte de 270 pessoas, sendo que quatro vítimas ainda não foram encontradas (BRASIL, 2022).

Em todos esses casos a comunidade do entorno não estava consciente dos riscos que estavam correndo, pois as empresas falharam em estabelecer um canal de comunicação confiável com essas populações (JENKINS; YAKOVLEVA, 2006; HAHN; KÜHNEN, 2013; GARCIA et al, 2015).

Torna-se necessária uma ação por parte dessas populações para a obtenção de informações que deixem claro o impacto que as empresas têm sobre suas vidas. Configura-se assim uma situação em que a vida da população encontra-se entrelaçada com o problema relacionado à interação empresa-sociedade e o seu vivenciar diário é parte importante do processo de solução. Tal situação vai ao encontro de um dos contextos em que Thiollent (2007) recomenda a aplicação da pesquisa-ação, ou seja, trata-se de um meio aberto onde a pesquisa é desencadeada por um esforço por parte de pesquisadores, que devem ficar atentos aos interesses envolvidos. Para Kindon *et al.* (2007) os pesquisadores alinhados à contabilidade dialógica têm na pesquisa ação uma forma de promover a democratização do conhecimento, utilizando-o explicitamente na cooperação com grupos marginalizados e vulneráveis.

Do exposto anteriormente, percebe-se que esta pesquisa irá trabalhar com o caso da CSN e a população da cidade de Volta Redonda, que constitui a comunidade do entorno das operações desta empresa. Sendo assim, a questão de pesquisa é responder: *Quais as informações socioambientais que deveriam ser fornecidas nos relatórios contábeis, para atender às necessidades das comunidades do entorno organizações industriais?* Desta forma, o objetivo geral desta tese é o de desenvolver uma metodologia que permita a criação de uma abordagem dialógica de informações socioambientais que vão ao encontro dos anseios das comunidades do entorno de organizações industriais. Para atingir tal objetivo geral elaborou-se os seguintes objetivos específicos: (i) desenvolver informações socioambientais complementares direcionadas à comunidade do entorno da usina Presidente Vargas (UPV) da CSN, localizada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro; (ii) fomentar/estimular canais de comunicação envolvendo a comunidade e a administração da usina, buscando a perenização do diálogos

entre as partes; (iii) propor um plano de interação dialógica que permita o oferecimento de informações úteis à comunidade do entorno.

6.3.2. Formulação do Problema

Segundo Chizzotti (2014), uma vez definido o problema, faz-se necessária uma etapa que envolve a coleta e análise de informações para se definir as melhores ações e, dentre elas, eleger a abordagem mais adequada. Por se tratar de uma situação de assimetria informacional onde a empresa é foco de importantes interesses financeiros e econômicos e tem poder para definir que tipo de informação será disponibilizada à sociedade, mesmo que esta seja considerada insuficiente para a melhor condução da vida da comunidade do entorno às operações da CSN. Faz-se necessário assim trabalhar com o arcabouço conceitual da contabilidade dialógica que faz defesa da construção da estrutura informativa de baixo para cima (GRAY,2002; THOMSON *et al.* 2015; RACHED, 2016; VINNARI; LAINE, 2017; PASSETTI *et al* 2017; ANGOTTI, 2018; DILLARD; VINNARI, 2019).

Para a identificação dos stakeholders e por se tratar de um ambiente complexo, envolvendo múltiplos interesses, recorreu-se à abordagem de arena que parte do pressuposto “que haverá diferenças de ideologias, racionalidades e valores em relação às questões em torno das quais a arena é construída” (GEORGAKOPOULOS; THOMSON, 2008).

A abordagem de arena identifica diferentes participantes, a saber: instituições políticas, autoridades reguladoras, autoridades não formais, formadores de opinião e stakeholders. Georgakopoulos e Thomson (2008) destacam a dificuldade em captar o discurso do público, assim este trabalho buscou captar a opinião dos segmentos organizados da sociedade, representados aqui por associações de moradores, organizações não governamentais e sindicatos, entre outros. Para a definição dos componentes que fazem parte da Arena de Conflito, foram seguidas as seguintes etapas:

- 1 – Busca de notícias relacionadas à CSN. Essa busca identificou informações relevantes e, principalmente, os players relacionados à operação da usina, por meio de ferramenta do Google.

- 2 – Busca por meio de universidades. Como a universidade, notadamente a pública, é a instituição de ensino superior que, no Brasil, concentra a maior parte das ações envolvendo pesquisa e extensão, entrou-se em contato com esta instituição para a identificação dos segmentos organizados da sociedade a serem consultados. Nesta

pesquisa foi selecionada a Universidade Federal Fluminense, instituição de ensino superior federal com grande relevância no estado do Rio de Janeiro, tradicional na cidade de Volta Redonda e com dois campi localizados nesta cidade.

3 – Busca em periódicos acadêmicos. Fundamental em qualquer pesquisa acadêmica, foi também utilizado nessa pesquisa com o propósito de identificar os players.

4 – Identificação e categorização dos participantes. Os participantes são identificados e categorizados, segundo o modelo de Arena, por meio de entrevistas, análise dos sites e documentos produzidos pelos mesmos.

O instrumento de coleta inicialmente selecionado foi o grupo focal, por ser considerado mais útil do que outras formas de coleta de informações na captação de processos e conteúdos mais coletivos do que individualizados (GATTI, 2005; FOGARTY, 2017; LODI; THIOLENT; SAUERBRONN, 2018). Contudo, particularidades inerentes ao período pandêmico vivenciado fizeram com que fosse necessária a mudança no instrumento de coleta.

6.3.3. Implementação da Ação

Para Chizzotti (2014) esta fase é constituída pela construção de um plano de ação detalhando pessoas, lugares, tempos e meios. Como fruto do processo de definição dos componentes detalhado na etapa anterior se buscou contatar os representantes dos segmentos organizados da sociedade para uma entrevista inicial associada a um convite para participar do grupo focal.

6.3.4. Execução da ação

Esta etapa consiste em implementar os passos definidos no plano de execução (CHIZZOTTI, 2014; FOGARTY, 2017). Para Martins e Theóphilo (2007) esta fase tem como objetivo a divulgação dos resultados da coleta de forma elucidativa aos participantes.

6.3.5. Avaliação da ação

Para Martins e Theóphilo (2007) nesta fase as ações implementadas passam por profunda avaliação. Conforme Chizzotti (2014) a avaliação dos resultados pode levar a uma redefinição do problema e a um novo plano para ação posterior. Para Thiollent (2007) nesta fase o pesquisador deve fazer a observação dos resultados obtidos e resgatar as experiências adquiridas no processo. Assim, conforme Coughlan e Coughlan (2002)

este resgate proporciona uma análise dos resultados obtidos ou não pela ação, de forma que se possa rever o processo do próximo ciclo com base nessa experiência adquirida no anterior.

6.3.6. Continuidade da ação

Segundo Chizzotti (2014), um relatório das atividades desenvolvidas deve auxiliar na discussão dos obstáculos e soluções encontradas, criando um sentimento de solidariedade para com as atividades desenvolvidas e com os resultados obtidos. Para Coughlan e Coughlan (2002) esta fase ocorre praticamente em todo o ciclo, trata-se de um processo contínuo de melhoria e aprendizado.

6.4. Coleta dos Dados

Nas pesquisas exploratórias a coleta de dados pode ser feita através de levantamento bibliográfico, bem como de entrevistas com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado (GIL, 2010). Visando atender ao objetivo geral da tese e aos fundamentos da abordagem crítica da contabilidade dialógica, primeiramente, foi feita a coleta de dados através do levantamento bibliográfico para desenvolvimento do referencial teórico e do delineamento da pesquisa.

Para se identificar as necessidades de informação da comunidade local, além da análise de conteúdo das demonstrações contábeis e demais relatórios publicados, Hahn e Kühnen (2013) afirmam que é necessário buscar abordagens metodológicas mais exploratórias e confirmatórias como as entrevistas e pesquisas. Nesse sentido, foi feita a escolha da técnica de coleta de dados que pudesse captar com maior precisão as informações do interesse da comunidade local, além de propiciar o início ao processo dialógico e enfatizar a ação de dar voz aos participantes. Então, optou-se, inicialmente, pela técnica de coleta de dados através de grupos focais.

Morgan (1996) afirma que o pesquisador tem um papel ativo na criação da discussão nos grupos focais, de forma a deixar que a interação ocorra sem perder o foco do tópico da pesquisa. Para Tanima e Brown (2016) o papel do pesquisador na coleta de dados das pesquisas com abordagem dialógica crítica envolve mostrar aos participantes o problema da contabilidade restrita aos seus anseios e a necessidade de se criar práticas dialógicas que considerem o conceito de prestação de contas da empresa para a sociedade.

Desta forma, entendeu-se que a escolha da técnica de coleta de dados através de grupos focais foi adequada.

Buscou-se, devido a pandemia de Covid-19 a realização dos grupos focais de forma *online*, que mantém o principal objetivo da técnica presencial conforme as pesquisas de Sweet (2001); Houliez e Gamble (2012); Sweet; Walkowski, 2000; Walston e Lissitz, 2000; Adler e Zarchin, (2002); Maclaran e Catterall (2002); Strickland *et al.*, (2003); Abreu; Baldanza; Gondim (2009); Stewart (2017).

As principais vantagens dos grupos focais *online* são a conveniência em relação ao deslocamento e o registro das reuniões, tendo em vista que podem ser gravadas e filmadas em um curto espaço de tempo, além de dar maior confiabilidade aos dados. Contudo, alguns cuidados devem ser tomados e algumas restrições são impostas. Um dos cuidados é manter a interação entre os participantes, já que não estão reunidos presencialmente, porém Abreu, Baldanza e Gondim (2009) afirmam que esta é uma vantagem em relação à técnica presencial, pois os participantes evitariam o constrangimento quando fossem tratados temas mais polêmicos.

Para a composição do grupo focal o primeiro tópico a ser considerado é o objetivo do estudo, pois é necessário ter pessoas que possuam informações que precisam de ser recolhidas, por serem relevantes para a pesquisa (GATTI, 2005; SILVA; VELOSO; KEATING, 2014). O segundo tópico para compor o grupo focal é a definição dos critérios de homogeneidade: gênero, idade, estado civil, condição socioeconômica e localização geográfica.

Os grupos devem ter pelo menos uma característica ou interesse homogêneo (MORGAN, 1996; WILKINSON, 1998; GATTI, 2005; ABREU; BALDANZA; GONDIM 2009). Sendo assim, o critério de homogeneidade definido foi a participação em movimentos sociais atuando na busca por melhores condições de vida em Volta Redonda/RJ.

Definido o critério da homogeneidade foi necessário utilizar o conceito de arena como o caminho para identificação dos *stakeholders*, para que assim fosse possível compor o grupo de participantes representantes da comunidade local.

Ao abordar o conceito de arena com foco no problema desta pesquisa, foi possível identificar os atores sociais, tais como: jornais da região, as universidades e demais segmentos organizados da sociedade (associação de moradores; igrejas da região; organizações não governamentais, sindicatos). Através destes formadores de opinião foram identificados 19 representantes da comunidade local para participar dos grupos

focais. Optou-se por convidar apenas um membro de cada organização, para evitar que a vantagem numérica levasse um ou mais grupos ao predomínio em relação aos outros.

Conforme Wilkinson (1998) uma das etapas mais difícil do grupo focal é a de recrutamento, pois para se conseguir reunir grupos de pessoas com horários de trabalho diferentes ou inflexíveis é uma árdua tarefa, além do risco de que as pessoas poderão não comparecer ao compromisso agendado, tornando-se impossível a realização do grupo focal. Assim, durante meses tentou-se contatos com os membros das organizações para a formação dos grupos focais e apesar de todos os esforços não foi possível formar sequer um grupo. Havia um medo excessivo das pessoas, pensou-se que era motivado pela pandemia, mas não fazia sentido uma vez que os grupos seriam online. Finalmente, descobriu-se que o medo era por estar participando de uma pesquisa em grupo e ser identificado, principalmente, por estar opinando sobre a CSN. O medo era que ao se expor a pessoa se colocava em risco e/ou colocava em risco todos que trabalham na empresa.

Em um dos contatos, um dos participantes afirmou que desejava falar, desde que fosse em entrevista individual e sem mencionar seu nome na pesquisa. Assim, foi feita a segunda alteração da técnica de coleta de dados, passando então para entrevistas individuais.

6.4.1. A alteração da técnica de coleta de dados

Uma das estratégias mais utilizadas para a coleta de dados qualitativos em pesquisa contábil é a entrevista, cuja matéria-prima é a fala dos entrevistados com o objetivo de produzir informações acerca de um objeto de pesquisa (MYNAYO, 2007; MAHANA; KHALIFA, 2018). Ainda, conforme Mahana e Khalifa (2018), as entrevistas se caracterizam como práticas de conversação que o pesquisador utiliza como meio de compreender o mundo dos entrevistados e suas experiências.

Para Manzini (1991) as entrevistas podem ser classificadas em três grandes grupos: estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. Na entrevista estruturada, segundo Zanella (2013), um roteiro previamente elaborado é utilizado que não permite ao pesquisador e ao respondente qualquer alteração da ordem das perguntas, bem como inserção de perguntas no roteiro. Para May (2004) as entrevistas estruturadas são muito restritas para as pessoas expressarem suas opiniões. Sendo assim, este tipo de entrevista não está alinhado ao objetivo deste trabalho, já que o que se busca é a opinião e experiência do respondente.

A entrevista não estruturada tem início com uma pergunta geral que serve de estímulo ao entrevistado, de forma que este comece a fornecer as informações e suas experiências sobre o objeto de pesquisa (MANZINI, 1991). Para Zanella (2013) na entrevista não estruturada o pesquisador tem a certeza dos objetivos, mas não tem roteiro estruturado e deve ter o cuidado para não dirigir o entrevistado, mas mantê-lo dentro do assunto e aprofundar os pontos de interesse colocados por ele de forma espontânea. Mahana e Khalifa (2018) afirmam que a entrevista não estruturada pode ser utilizada quando o pesquisador não tem certeza durante os estágios iniciais de um projeto de pesquisa. Para Manzini (1991) este tipo de entrevista é mais indicada quando a intenção do pesquisador é dar a iniciativa ao entrevistado. Nesse sentido, este tipo de entrevista não atende ao objetivo específico do trabalho de desenvolver informações socioambientais complementares direcionadas à comunidade, pois é necessário o roteiro de entrevista para obter as informações necessárias.

Dos grupos de entrevistas, a mais utilizada em pesquisas qualitativas é a entrevista semiestruturada, que é do tipo que segue um roteiro previamente elaborado, que abrange as principais as questões a serem exploradas, também permite uma flexibilidade, de forma que possam ser acrescentadas questões de temas interessantes e inesperados surgidos no decorrer das entrevistas (MANZINI, 1991; ZANELLA, 2013; BARRETT; TWYLCROSS, 2018; MAHANA; KHALIFA, 2018). A entrevista semiestruturada proporciona maior liberdade para o entrevistado responder às questões abordadas, bem como permite que os entrevistados tragam suas perspectiva para a discussão (MANZINI, 1991; MAY, 2004; BARRETT; TWYLCROSS, 2018). Desta forma, neste trabalho optou-se pela entrevista semiestruturada devido à sua característica e por melhor se adequar ao objetivo deste trabalho.

6.4.1.1. Planejando a entrevista

Para garantir a obtenção das informações relevantes para responder aos objetivos da pesquisa é necessário o planejamento cuidadoso do roteiro da entrevista. Para Mahana e Khalifa (2018) o processo de planejamento da entrevista deve incluir três fatores - revisão de literatura; referencial teórico; domínio de pesquisa - que formam a base para que o pesquisador possa decidir quais tópicos serão abordados na entrevista, bem como a natureza das perguntas que influenciarão o entrevistado a falar sobre o assunto da entrevista.

Através da revisão da literatura o pesquisador tem a base para identificar se novos conhecimentos foram gerados a partir dos dados das entrevistas. Na revisão do referencial teórico, o pesquisador fundamenta o problema de pesquisa que é essencial processo de elaboração de questões da entrevista; de organização, análise e interpretação dos dados que foram surgiram com as entrevistas. No domínio de pesquisa é onde os dados da entrevista devem ser coletados, onde os entrevistados se organizam e compartilham seus conhecimentos, também se expressam na sua vida cotidiana significativa (MAHANA; KHALIFA, 2018). Contudo, Barrett e Twycross (2018) alertam que o pesquisador estar atento para não fazer perguntas indutoras ou dar sinais não verbais que possam influenciar as respostas dos entrevistados.

Dessa forma, para o início da entrevista foi estruturado um texto de abertura (vide Anexo I). Para o roteiro das entrevistas foram feitas adaptações no roteiro anteriormente elaborado para o grupo focal. Foram aproveitadas as 23 perguntas disparadoras, que serviram para estimular o respondente sobre as informações demandadas. Estas perguntas foram distribuídas em cinco blocos (1. equilíbrio ambiental; 2. categoria conquista da dignidade social; 3. busca à inclusão; 4. categoria emancipação econômica; 5. categoria geral) relacionados às demandas socioambientais da população de Volta Redonda (Anexo II).

Para que as perguntas da entrevista despertem o interesse dos entrevistados é necessário que o pesquisador ao se expressar utilize as palavras e frases que os entrevistados, normalmente, usam em suas interações cotidianas (PATTON 2002; MAY, 2004; MAHANA; KHALIFA, 2018). Conforme Bloor *et al* (2002) os pesquisadores devem estar atentos para que os entrevistados não se sintam angustiados, intervindo quando necessário. Nesse sentido, além de procurar usar palavras e frases que os entrevistados compreendessem, também foi tomado o cuidado de explicar que não havia resposta certa ou errada, pois o mais importante naquele momento era a opinião de cada entrevistado.

6.4.1.2. A amostragem

Os participantes da pesquisa devem ser selecionados conforme as questões de pesquisa, levando-se em conta a premissa de encontrar os melhores fornecedores dos melhores dados. Ou seja, encontrar as melhores fontes de informação que atendam possam responder às questões da pesquisa (PATTON 2002; LEAVY, 2017; MAHANA; KHALIFA, 2018). Assim, conforme mencionado anteriormente, buscou-se a opinião dos

representantes da comunidade de Volta Redonda como: movimentos sociais estruturados, associações, ONGs, sindicatos, entre outros.

Para Pope, Ziebland e Mays (2000) nas pesquisas qualitativas não há a preocupação com o tamanho da amostra, uma vez que as estratégias de amostragem qualitativa não visam identificar um conjunto estatisticamente representativo de respondentes. Assim, a preocupação foi com a composição da amostra, para se evitar a amostragem do tipo de bolas de neve - o processo pelo qual cada participante indica outro participante - para que não influenciassem as respostas uns dos outros.

Depois de muitas solicitações verbais e escritas, por fim, conseguiu-se entrevistar 11 representantes da comunidade de Volta Redonda/RJ. Cabe ressaltar que foi dada aos participantes da pesquisa a garantia de que nenhum deles seria identificado, nesta pesquisa. Tal cuidado foi uma exigência de muitos deles e também serviu para que pudessem ter a liberdade para expressarem seus anseios sem restrições e/ou constrangimentos. Assim, como forma de manter o sigilo, seus nomes foram substituídos por números como por exemplo: respondente 1, respondente 2 e assim sucessivamente.

O registro das entrevistas pode ser feito em anotação manual, mas não é uma forma muito produtiva, já que se perde a oportunidade de observar a expressão dos entrevistados ao responder às questões. Já a gravação de áudio permite proteger os dados de qualquer possível viés. Contudo, a opção de gravar as entrevistas, com o consentimento dos participantes, em áudio e vídeo permite uma posterior transcrição literal de entrevistas, que além de servir como parte dos dados, estará livre de viés, podendo ser revistas quantas vezes forem necessárias (LEAVY, 2017; MAHANA; KHALIFA, 2018).

As entrevistas foram feitas e gravadas através da plataforma *Google meet* em data e hora estipulada pelo respondente, conforme apresentado no Quadro 5, que traz as datas e horários em que foram realizadas as entrevistas. Assim o período de coleta de dados foi de 07/07 a 12/08/2021.

Respondente	Data	HORA
Respondente 1	07/07/2021	20h30
Respondente 2	08/07/2021	10h
Respondente 3	13/07/2021	9h30
Respondente 4	14/07/2021	15h
Respondente 5	16/07/2021	17h
Respondente 6	17/07/2021	16h36
Respondente 7	26/07/2021	19h57
Respondente 8	05/08/2021	15h30
Respondente 9	06/08/2021	11h
Respondente 10	10/08/2021	19h20
Respondente 11	12/08/2021	17h

Quadro 5 – Datas e horários das entrevistas

Cada entrevista teve em média 52 minutos de duração, totalizando mais de dez horas de entrevistas. De acordo com Leavy (2017) uma das estratégias de pesquisa é quando o pesquisador identifica um caso robusto que promete gerar muitos dados. Portanto, uma das entrevistas durou quase duas horas, porque além do respondente ter o interesse em aprofundar as questões, houve interesse em se aprofundar na entrevista, pois configurou-se como um caso robusto de dados para a pesquisa.

6.5. Tratamento dos dados

As entrevistas são uma das principais abordagens para coleta de dados em pesquisa qualitativa, pois tendem a fornecer um material rico, mas geralmente produzem uma abundância de dados a serem trabalhados, seja na forma de notas de campo, memorandos e notas de entrevista ou transcrições, além de demandar um longo período de tempo (HAWKINS, 2016; LEAVY, 2017; BARRETT; TWYLCROSS, 2018).

Após a coleta de dados das entrevistas, os pesquisadores decidem como será feita a transcrição dos dados, por exemplo: parcial ou literalmente. Leavy (2017) esclarece que a transcrição das partes mais importantes pode economizar tempo, mas corre-se o risco de perder dados valiosos. Por outro lado, para transcrever literalmente a entrevista, o pesquisador, emprega mais tempo, mas terá o registro completo de cada entrevista (LEAVY, 2017). Desta forma, optou-se por fazer o trabalho de transcrição integralmente das gravações.

Uma questão que deve ser observada pelo pesquisador nas transcrições, conforme Leavy (2017), é a obrigação ética de apresentar as pessoas que participaram da pesquisa com sensibilidade, manter as diferenças culturais e a integridade da opinião de cada um. Como esclarecido anteriormente, a transcrição das entrevistas manteve as respostas exatamente como foram relatadas, exceto de qualquer parte que pudesse identificar o respondente, ou seja, não foram feitas quaisquer correções nas respostas, sendo mantidos erros de concordância, gírias, ordem das palavras e vícios de linguagem de forma a manter a integridade do conteúdo das respostas.

Pope, Zeiberman, Mays (2000) ressaltam que na maioria das pesquisas qualitativas, o processo analítico começa durante a coleta de dados, ou seja, com a coleta de dados em andamento. Para esses autores a análise sequencial fornece uma vantagem ao pesquisador de poder refinar as perguntas, buscar novos caminhos de investigação com maior profundidade e identifique casos desviantes (POPE; ZEIBERMAN; MAYS, 2000).

Desta forma, o trabalho de transcrição teve início após a realização de cada uma das entrevistas, para que não se perdesse nenhum conteúdo importante, entre o dia da entrevista e o da transcrição, que prejudicasse a análise dos dados. Manter o processo de entrevista e em seguida providenciar a transcrição foi apropriado, pois foi possível fazer uma prévia análise e observar se as perguntas estavam sendo captadas corretamente pelos entrevistados, bem como se as respostas estavam contribuindo para a pesquisa, logo a partir da primeira entrevista.

Assim, nos casos contrários, ou seja, se fosse percebido que houve dificuldade do entrevistado, não observada durante a entrevista, ter-se-ia a possibilidade de esclarecer as perguntas na entrevista seguinte. De acordo com Leavy (2017) este processo pode ajudar o pesquisador a perceber quando atingiu a saturação de dados. Este foi o outro benefício, para esta pesquisa, do processo de entrevista e em seguida providenciar a transcrição, já que foi possível identificar o ponto de saturação de dados, pois nas últimas transcrições observou-se que não havia mais novas informações.

Conforme Leavy (2017) o pesquisador deve fazer uma imersão inicial nos dados coletados para adquirir uma profunda percepção e a desenvolver as ideias iniciais. Para Mahana e Khalifa (2018) a imersão é o primeiro passo para o pesquisador possa compreender os dados e ter uma percepção abrangente do que os entrevistados responderam. A imersão inicial auxilia para classificar a grande quantidade de dados gerados nas pesquisas qualitativas, pois o pesquisador é capaz de observar quais dados servirão para responder às questões da pesquisa, mas para conseguir isso, deve ler e reler as transcrições, bem como todas as anotações feitas durante a entrevista (LEAVY, 2017; MAHANA; KHALIFA, 2018).

Assim, após a transcrição das entrevistas foi feita a primeira leitura, concomitantemente, com cada vídeo das entrevistas para identificação de qualquer erro na digitação ou na audição mal interpretada, que são comuns durante a transcrição de gravações de áudios (HAWKINS, 2016; LEAVY, 2017; BARRETT; TWYXCROSS, 2018). A segunda leitura de todas as entrevistas foi feita para se ter a percepção abrangente das respostas dos entrevistados, ou seja, a imersão inicial citada na literatura. Neste momento, observou-se que a quantidade de dados era muito grande, com quase dez horas de gravação que geraram 262 parágrafos e mais de 64 mil palavras contidos nas 93 páginas das transcrições das entrevistas.

Para Barrett e Twycross (2018) a maioria das entrevistas são gravadas e terão de ser transcritas para que possam ser analisadas, portanto a etapa de transcrição é importante

e demorada, já que para a transcrição de uma hora de entrevista são necessárias de cinco a seis horas de trabalho. Já Hawkins (2018) afirma que o tempo estimado para conversão de uma hora de gravação oral em texto digitado varia de três a nove horas. O tempo total das entrevistas foi de quase dez horas. Cabe esclarecer que a diferença entre a duração das entrevistas deveu-se ao fato da disponibilidade de tempo dos entrevistados, apesar de terem sido eles que escolheram o dia e horário.

A literatura esclarece que a etapa da transcrição é lenta e tediosa, mas é vital para toda a organização de dados e posterior análise. Rotular e anotar na transcrição tudo o que possa contribuir para destacar e facilitar a análise, por exemplo, usar cores diferentes nas anotações, fontes em negrito ou itálico, tamanho das fontes para marcar quando o entrevistado enfatizou algo. Trata-se de uma estratégia de análise, já que contribui para além da preparação dos dados, na verdade, facilita o processo de análise e interpretação dos dados (KRUEGER, 1994; SALDAÑA, 2009; LEAVY, 2017; MAHANA; KHALIFA, 2018).

Notou-se também durante esta etapa que somente a leitura da transcrição não seria suficiente para capturar todo o sentido da mensagem dos entrevistados, então, novamente, foi feita a releitura das transcrições, simultaneamente, com os vídeos das entrevistas para lembrar os gestos, tom de voz e expressões faciais dos entrevistados ao responder as perguntas, pausando para fazer anotações ou para confirmar anotações já feitas no dia da entrevista. Esta fase demandou muito tempo, tendo em vista a quantidade de material, mas o trabalho foi compensado pela clareza e o resultado obtido em várias passagens e segmentos das entrevistas.

O processo de tratamento dos dados teve início com a inserção de todas as transcrições das entrevistas na ferramenta MAXQDA® (2018) – software que auxilia na análise de dados qualitativos. O passo seguinte foi a codificação dos dados, que começou com a criação dos códigos, na referida ferramenta, para a análise do material, levando-se em conta os objetivos do trabalho. Conforme Laevy (2017) utiliza-se a ferramenta, mas o pesquisador nesta etapa do trabalho permanece manual para não perder nenhum segmento importante e buscar a qualidade na sua pesquisa.

A etapa da codificação corresponde à classificação dos dados gerados, atribuindo uma palavra ou frase para descrever um grupo de ideias, comportamentos, incidentes, atitudes, interações, atores, contextos, processos, etc. semelhantes, mantendo sua essência e a conexão entre dados, ideias e relações (SALDAÑA, 2009; LEAVY, 2017; MAHANA; KHALIFA, 2018). Para Patton (2002) os códigos pré-estabelecidos ou de

sensibilização são originados da revisão da literatura e do referencial teórico do estudo, para que possam refletir os conceitos pesquisados na teorização do problema de pesquisa.

Assim, foram inseridos 53 códigos baseados nas demandas específicas de Siqueira (2003) com ajustes quando necessários (ver Anexo III). O trabalho de codificação continuou com a leitura das transcrições, de forma a identificar cada segmento de cada entrevista, de acordo com códigos criados, corroborando Barrett e Twycross (2018) que afirmam que esta etapa em si também é demorada, exigindo que as transcrições sejam analisadas palavra por palavra e linha por linha. Portanto, esta etapa consumiu muito tempo já que foram quase 100 páginas de transcrições, com o texto em espaçamento simples entre as linhas e formato justificado. Cabe ressaltar que a etapa foi refeita várias vezes, para que se pudesse aprimorar o processo de codificação das transcrições, também por ser uma parte vital para posterior análise na pesquisa de entrevistas (LEAVY; 2017).

Em seguida teve início a categorização dos dados. Esta etapa que consiste em agrupar todos os códigos semelhantes ou aparentemente relacionados em uma mesma categoria (PATTON, 2002; LEAVY; 2017) Desta forma, os dados devem capturar a essência do fenômeno estudado e comunicar um significado específico, ou seja, os dados se ajustam de forma coerente, lógica e significativa (MAHANA; KHALIFA, 2018).

Para Patton (2002) as categorias podem ser derivadas da teorização do problema de pesquisa e da revisão da literatura do estudo. Tais categorias são necessárias para a identificação de padrões e temas, pois à proporção que aumentam os dados coletados e que o pesquisador leia e releia todo o material coletado, será preciso continuar a construir categorias até que não encontre mais informações relevantes (PATTON, 2002). Assim, foram agrupados os segmentos codificados nas categorias de demandas genéricas conforme Siqueira (2003) (Ver Anexo III). Esta etapa também foi refeita várias vezes.

Em resumo, para a elaboração dos 58 indicadores foram seguidos os seguintes passos: transcrição das entrevistas; identificação de demandas genéricas e específicas; classificação destas demandas; aglutinação em unidades de informação; criação e ajustes dos indicadores.

6.6. Validação da Proposta

Como parte do processo de validação da proposta de informações socioambientais complementares, o primeiro passo foi apresentar aos participantes o resultado das entrevistas com as informações surgidas. Foram enviados convites para a participação para todos os respondentes, mas por problemas pessoais de alguns não puderam estar

presentes. A apresentação dos indicadores foi feita em reunião online no dia 12 de dezembro de 2022 das 15h às 16h40.

Assim, com a aprovação dos respondentes a proposta de indicadores será enviada à CSN, com o intuito de dar conhecimento à empresa das demandas da comunidade local e dar início ao processo de diálogo, bem como o oferecimento de contato para dirimir as dúvidas sobre a proposta e a possível implantação da elaboração das informações nos futuros relatórios socioambientais da empresa. Desta forma, atendendo aos objetivos específicos: ii) fomentar/estimular canais de comunicação envolvendo a comunidade e a administração da usina, buscando a perenização do diálogos entre as partes; (iii) propor um plano de interação dialógica que permita o oferecimento de informações úteis à comunidade do entorno.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

7.1. Relato de Campo Circunstanciado e Fundamentado

7.1.1. Elaborando a Estrutura de Arena: O Silêncio dos Inocentes

Um ponto fundamental no processo é a elaboração de uma estrutura de arena que, segundo Georgakopoulos e Thomson (2008) vão além de uma visão reativa dos stakeholders, demonstrando uma estrutura mais complexa com interações ocorrendo entre empresas, partes interessadas, mídia, reguladores e público. Tal complexidade é decorrência de diferenças vinculadas a valores, ideologias e racionalidades. Por meio da abordagem de arena se consegue um maior refinamento do termo stakeholder, identificando autoridades regulatórias, formadores de opinião e partes interessadas em apoiar ou reformar, entre outros conjuntos de indivíduos existentes.

Georgakopoulos e Thomson (2008) destacam que, dentro da arena, há uma voz que se encontra ausente dos discursos: o público em geral. A voz desse segmento atomizado é difícil de ser captada e diversos são os stakeholders que falam em nome desse público, sendo de grande importância a captação da fala desses segmentos organizados da sociedade. Barone, Ranamagar e Solomon (2013) destacam que é crucial a inclusão de stakeholders, relativamente impotentes, ligados à comunidade local.

Para a inclusão dessas partes interessadas de baixo poder faz-se necessário recorrer a organismos que monitorem a arena de conflito permitindo identificar as interações que lá ocorrem.

7.1.2. A Busca pelos Formadores de Opinião

A elaboração da estrutura de arena partiu da identificação dos formadores de opinião uma vez que estes acompanham o desenvolvimento das interações na arena, permitindo a identificação dos atores envolvidos e levando a uma construção da realidade. Esse processo de construção de realidade é de grande complexidade, já que os indivíduos não são seres oniscientes e ubíquos, necessitando, conseqüentemente, da mediação de organizações para acessar um cabedal de conhecimento necessário para apreender a existência. Percebe-se, portanto, que são comunidades de seres humanos que produzem e distribuem o conhecimento, por meio de um sistema simbólico denominado linguagem, que dá ordenamento e significação ao mundo (DUARTE JÚNIOR, 1989).

Dentro desse contexto surge o conceito de ideologia, que nos dias de hoje tem sido usado para designar, com frequência, um ideário, ou seja, um conjunto concatenado de ideias. Konder (2002) chama atenção que nesse significado fraco tem-se um conceito

neutro, mas que existe um outro significado, o de conhecimento distorcido e este sentido é, obviamente, negativo. É nessa linha que trabalha Chauí (2003), para a filósofa, ideologia é o mascaramento que torna o real anistórico, ao esconder as raízes das instituições existentes na sociedade, permitindo a legitimação da dominação política e da exploração econômica. Duarte Júnior (1989, p. 49) vai ao encontro desse pensamento ao afirmar que a “ideologia é uma legitimação a qual, mais do que aclarar as motivações intrínsecas às instituições, procura ocultá-las através de um sistema explicativo qualquer”.

A indústria cultural tem papel fundamental na divulgação e na perpetuação da ideologia, por meio dela o mercado torna-se o agente norteador de toda a sociedade e os valores da economia se alastram obstruindo o papel emancipatório da educação que permitiria a percepção das relações de poder e interesse embutidas na atividade humana e impediria a permanência da barbárie no corpo social (MATOS, 1996). Tal situação leva Adorno (2009, p. 9) a afirmar que a ninguém é dito “que o ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade”.

Nunca a sociedade foi tão desigual e pareceu tão homogênea. A indústria cultural reorganiza subjetivamente a sociedade desorganizada por meio da dissolução da realidade e da reconstrução nos termos de uma socialização aparente que inverte e oculta seus processos de dominação (MAAR, 1996). A educação não consegue superar esse processo levando os indivíduos a uma situação de semiformação, produzindo um indivíduo que “acredita que sabe mais do que realmente sabe, e seu ‘saber’ é desproporcional com respeito ao Saber” (MATOS, 2010, p. 28).

Percebe-se que, para atingir tal situação, a indústria cultural trabalha com um espectro amplo de ações significativas. A concepção estrutural de Thompson (2002) aponta para a cultura como um conjunto de formas simbólicas, constituído por manifestações verbais, programas de televisão, obras de arte, rituais, gestos e expressões significativas de vários tipos, que é produzido e distribuído pelos meios de comunicação de massa. Esse emaranhado de formas simbólicas produz uma circulação massiva de informação, onde considerações desvinculadas do passado e de pouca relevância para a compreensão da atualidade tem papel central, em detrimento de notícias realmente significativas (DEBORD, 2009).

O papel da grande mídia vem sendo muito criticado. Marx e Engels (2020) já chamava a atenção na segunda metade do século XVIII, ao cobrir a Guerra Civil Americana, para a parcialidade da cobertura jornalística em função dos interesses de uma

elite socioeconômica. Os desdobramentos deste conflito deixaram claro para Marx o descompasso existente entre a voz da população e a voz que emana dos jornais, associada aos interesses de poucos, o que o levou a afirmar que “é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta” (MARX, 2001, p. 117). Essa linha interpretativa leva à seminal sentença de Marx e Engels (2005, p. 78) de que as “ideias (...) da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes”.

A crítica aos grandes veículos de comunicação não é exclusividade dos pensadores marxistas. Barsky (2004) chama atenção para Chomsky, um pensador criticado como não teórico pela esquerda acadêmica, mas que afirma em sua obra que uma mídia manipuladora e coercitiva buscará impedir que aqueles indivíduos que tentem identificar estruturas opressoras existentes na sociedade atual tenham sucesso. Ele chega a afirmar ironicamente que, segundo a concepção dominante norte-americana, na democracia “os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados” (CHOMSKY, 2013, p. 10).

As críticas direcionadas à mídia norte-americana representam parte fundamental de sua obra política. Chomsky (2003) afirma que essa indústria, poderosa e resistente a processos de democratização de acesso à informação, tem como objetivo fundamental e consciente não revelar o todo às pessoas, fazendo-as prestar atenção a aspectos que afastem a atenção do funcionamento do poder.

O pensamento de Chauí (2006) vai ao encontro do pensamento de Chomsky, quando ela diz que a mídia tradicional sempre refletiu os interesses de indivíduos e grupos, mesmo trazendo limitações a um fundamento da sociedade democrática que é a liberdade de expressão. Ela lembra ainda que, na contemporaneidade, dez ou doze conglomerados, em nível global, controlam não só os meios de comunicação tradicionais, mas também os novos meios digitais e eletrônicos.

Habermas (1984) aponta que essa visão é percebida a partir do momento que a mídia se comercializa, tornando-se assim manipulável, transformando-se em uma instituição de uma parte específica do público com interesses particulares privilegiados, voltados para a formação da opinião pública. Para Moraes (2016), a grande mídia está tão envolvida com interesses políticos e econômicos hegemônicos que não há como ela atuar como uma instituição independente que fiscalize e denuncie abusos dos poderes representativos atuantes em um estado democrático.

Chomsky (2003) chama atenção para o fato de que a força e a opressão é uma ferramenta de fundamental importância para a manutenção do poder em países

controlados por governos despóticos, contudo, nas chamadas democracias esse é um mecanismo que não pode ser usado com facilidade sem se chamar atenção, conseqüentemente, “o controle do pensamento é *mais* importante para os governos livres e populares do que para os Estados despóticos e militarizados” (CHOMSKY, 2003, p. 444).

Para que tal controle ocorra é necessário ter o seguinte conjunto de ingredientes

(1) o porte, a concentração de propriedade, a fortuna dos proprietários e a orientação para o lucro das empresas que dominam a mídia de massa; (2) a propaganda como principal fonte de recursos da mídia de massa; (3) a dependência da mídia de informações fornecidas pelo governo, por empresas e por ‘especialistas’ financiados e aprovados por essas fontes primárias e agentes do poder; (4) a bateria de reações negativas (...) como forma de disciplinar a mídia, e (5) o ‘anticomunismo’ como religião nacional e mecanismo de controle. Esses elementos interagem entre si e se reforçam mutuamente (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p. 62).

Ao analisar esse rol de elementos não é de estranhar a crítica que diversos autores nacionais fazem sobre a parcialidade da mídia no Brasil na construção da realidade brasileira. Lima (2013) declara que a mídia corporativa não pode ser considerada como uma entidade que fiscaliza o poder público de forma independente e imparcial, mas sim como uma instituição que impede que a maioria da população tenha voz no espaço público. Essa posição é corroborada por Lopes (2016) ao destacar que a grande mídia brasileira tem historicamente um papel de confronto a governos que apresentem características progressistas de diferentes matizes, culminando com a articulação de quatro grandes grupos midiáticos – Globo, Folha, Abril/Veja e Estado – para a derrubada de um governo democraticamente eleito em 2016, quando as regras de jornalismo mais elementares foram ignoradas.

Lopes (2016) destaca os grupos Globo, Folha, Abril/Veja e Estado como os de maior poder no país, sendo, portanto, grandes formadores de opiniões. Para a identificação das partes interessadas se baseou na produção jornalística das Organizações Globo, por ser o grupo midiático.

7.1.3. Selecionando os Formadores de Opinião: Os Grandes Grupos Midiáticos

Por sua relevância na indústria midiática selecionou-se como fonte as informações coletadas junto ao Grupo Globo. Trata-se da mais poderosa empresa midiática do Brasil, estando sob seu controle a Rede Globo, líder incontestado na TV aberta; mais de trinta

canais na TV paga; a Globo AM/FM e a CBN, que figura entre as principais redes de rádio nacionais; os jornais O Globo, Extra e Valor Econômico entre outros; as revistas Época e Galileu entre tantas outras e a Agência O Globo; entre tantos outros empreendimentos (RSF, 2017)

Além disso, a história do Grupo Globo está intimamente ligada ao estado do Rio de Janeiro, onde se situam as operações industriais sob análise. Esta história tem como um dos principais pontos a fundação do jornal O Globo com sede no Largo da Carioca na cidade do Rio de Janeiro e com apenas uma máquina rotativa que pertenceu anteriormente ao exército britânico. No ano de 1965 há a inauguração da TV Globo, embrião da atual Rede Globo de Televisão, com localização no bairro carioca do Jardim Botânico. Em 1995 ocorreu a inauguração dos Estúdios Globo, anteriormente denominado como Projac, com fábricas de cenografia e figurinos, centro de pós-produção, cidades cenográficas e estúdios de gravação, entre outros departamentos, ocupando uma área de 1,73 milhão de metros quadrados na zona oeste carioca. No início de 1999 foi inaugurado, no município de Duque de Caxias, um novo parque gráfico das Organizações Globo, responsável pela impressão de O Globo, Expresso e Extra. Em 2006 foi lançado o portal G1, que dá acesso ao conteúdo jornalístico de O Globo, Valor, Extra, Época, rádios Globo e CBN e da Rede Globo, entre outros órgãos ligado ao conglomerado jornalístico. Em 2010 foi inaugurada a nova sede da Globosat no bairro da Barra da Tijuca, conseguindo assim, em termos de capacidade de transmissão, estabelecer o segundo maior teleporto do país. Por fim, no ano de 2019, os Estúdios Globo foram ampliados com três novos estúdios que reúnem o aumento de capacidade de produção com investimento em alta tecnologia (GRUPO GLOBO, 2021).

7.1.4. Selecionando os Formadores de Opinião: A Mídia Alternativa

A grande mídia corporativa é criticada por sua parcialidade na produção e distribuição de informação, refletindo em seu conteúdo, de forma pouco clara, os interesses de uma elite socioeconômica (MORAES, 2016; LIMA, 2013; LOPES, 2016; CHAUI, 2006). Tal postura pode levar a uma construção discursiva em que os “poderosos dentro de uma arena podem controlar o acesso de outros a dados obscurecendo, manipulando e divulgando seletivamente” (GEORGAKOPOULOS; THOMSON, 2008).

O Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (MOM-Brasil), é um esforço, do qual participa a ONG Repórteres Sem Fronteira, de observação da indústria de mídia no Brasil que se preocupa com a falta de diversidade de informações na

construção da opinião pública. Assim a MOM-Brasil mapeia os maiores veículos em termos de audiência, por ter maior possibilidade de influenciar a população, por meio de um conjunto de indicadores, tais como: transparência, nível de controle externo e concentração de propriedade e audiência. Deste esforço se constata que a situação brasileira é alarmante, pois a mídia apresenta “alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas” (RSF, 2021).

Uma dimensão fundamental na concentração da mídia nacional é a propriedade cruzada de diferentes mídias, aspecto central no grupo de mídia que domina o mercado nacional: a Globo. Com diferentes veículos em posições de destaque nos diferentes mercados midiáticos este gigante consegue assegurar uma audiência superior a apresentada pelos concorrentes situados do segundo ao quinto lugar somados. Esta situação, comparada a outros dez mercados nacionais, leva o Media Ownership Monitor a afirmar que “o Brasil apresenta o cenário mais grave de riscos ao pluralismo” (SRF, 2017).

Esta situação não é tranquilizada pela declaração feita pelo principal arquiteto das Organizações Globo, o já falecido Roberto Marinho: “Sim, eu uso esse poder” (HERZ, 1987, p. 25). Esse é o profissional que, ao longo de sua carreira à frente de seu grupo midiático, interferiu na produção das peças que iam a público, chegando, em alguns casos a censurar a visão crítica da produção televisiva e alterar o conteúdo de interesse político do telejornalismo (OLIVEIRA SOBRINHO, 2011). Costa (2015, p. 274) relata que ao longo do século XX, matérias produzidas dentro do grupo sempre se posicionaram “ao lado daqueles que professavam uma ideologia de direita e conservadora, como assumido pelo próprio Roberto Marinho”.

Em consonância a este pano de fundo apresentado, ao se utilizar palavras-chave relativas à Companhia Siderúrgica Nacional no site de notícias G1 percebeu-se a ausência de matérias dando voz a movimentos sociais atuando em Volta redonda. Consequentemente, fez-se necessária a busca de outras fontes de comunicação, onde se destacou a mídia alternativa.

Segundo Mazetti (2007, p. 1), mídia alternativa pode ser entendida como aquela que visa “pluralizar as vozes do debate público, ao oferecer temas, ângulos e até mesmo fatos que são obscurecidos, silenciados quando não distorcidos pelos veículos de comunicação hegemônicos, orientados pelo interesse comercial”.

Trata-se de oferecer visões alternativas às oferecidas pelo jornalismo corporativo que se relaciona “com os poderosos de plantão nos diferentes momentos da história – seja com Sua Alteza Imperial durante o século XIX, (...) seja nas décadas de 1910 e 20 e durante o Estado Novo, ou com os governos militares pós 1964, beneficiando-se sempre de políticas do Estado que visavam a impulsionar o crescimento e a consolidação da indústria” (BECKER, 2007, p. 13).

Para Amorim (2007, p. 10) trata-se “de uma imprensa ativa, como uma espécie de mediador e potenciador, negando-se a ser tão-somente um veículo para transportar informações e (...) instrumento de estímulo da cultura consumista”.

Como um importante contraponto à visão hegemônica oferecida pelos grandes grupos midiáticos escolheu-se um conjunto de mídias alternativas como o Esquerda Diário. Essa seleção se deveu ao fato do Esquerda Diário ser um periódico de esquerda brasileiro que está conectado ao que é considerado como a maior rede internacional de diários digitais de esquerda com notícias sendo veiculadas, além do português, em italiano, alemão, francês, inglês, espanhol e catalão (ESQUERDA DIÁRIO, 2021).

O Outras Palavras foi outra opção selecionada. Esse veículo tem, desde seu nascimento em 2010, mais de dez anos de atuação como uma opção às informações elaboradas pelos oligopólios midiáticos e que agora enfrenta dois novos perigos. Primeiramente as redes sociais monitoradas por poderosos algoritmos que ditam o que esconder e o que relatar. Em segundo lugar as fake News que deliberadamente semeiam a desinformação. Para atingir seu propósito a mídia expõe a existência de duas ferramentas a busca por profundidade, visando evitar a bipolarização da realidade e a construção de redes com o propósito de “substituir as redações industriais e ultracentralizadas do velho jornalismo por relações de troca não-mercantil de saberes” (SCORZA, 2021).

Notou-se na imprensa corporativa o silenciamento dos movimentos sociais. Já na imprensa alternativa baixo foco em relação à Volta Redonda. Desafortunadamente, para fins desta pesquisa ao se utilizar os instrumentos de busca se obteve um baixo volume de matérias específicas à Companhia Siderúrgica Nacional, notadamente em relação à região de Volta Redonda. Assim optou-se pela consulta à comunidade universitária.

7.1.5. Fornecedores de Opinião: A Universidade Pública

A cidade de Volta Redonda tem tradição no ensino universitário, tendo diferentes instituições de ensino superior, dentre as quais podem ser destacadas: o Centro

Universitário Geraldo de Biase – UGB, Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

O Centro Universitário Geraldo de Biase tem sua origem na criação da Fundação Educacional Rosemar Pimentel no ano de 1967. Em 1971 é implantada em Volta Redonda a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em junho de 2005 foi credenciado o Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB, 2023).

A mantenedora Fundação Osvaldo Aranha está na origem da UniFOA. Em 1999, o Centro de Ensino Superior de Volta Redonda – Cesvre, por meio de credenciamento do MEC, é transformado em centro universitário, tornando-se o Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. A instituição tem ampla oferta de cursos que inclui até atuação no segmento de *Stricto Sensu* na área de Saúde (UNIFOA, 2023).

A história da UFF tem seu marco em 26 de abril de 1960, quando ocorre um comício apoiado pela União Fluminense de Estudantes clamando pela criação de uma universidade federal no Estado do Rio de Janeiro. Em 11 de abril de 1961 é instalada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ. Em 1965 é adotado o nome atual e a instituição passa a denominar-se Universidade Federal Fluminense. Em 1968 é criada a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica no município de Volta Redonda. Em 1971 são abertos os primeiros curso de pós-graduação nas áreas de Medicina, História e Engenharia. Em 2007, se consolida com a criação dos Polos Universitários nos municípios de Volta Redonda, Rio das Ostras, Campos de Goytacazes e Nova Friburgo (UFF, 2023).

Dada a experiência histórica da UFF nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, esta foi a instituição de ensino superior selecionada para mediar a identificação dos movimentos populares que compuseram a arena relevante para fins desse estudo.

7.2. As Impressões da Comunidade à Luz da Pesquisa de Siqueira (2003)

7.2.1. Aspectos contemplados

Com o intuito de relacionar as demandas dos respondentes com as demandas específicas da pesquisa de Siqueira (2003) foi elaborada a Tabela 1. Nesta tabela observa-se a quantidade de respostas, em ordem decrescente, que foram classificadas conforme a demanda específica. Assim, aparece na Tabela 1 em primeiro lugar a demanda 4.1. apoio à mulher e em segundo lugar a demanda 6.5. redução das emissões atmosféricas, que foram as únicas demandas citadas por todos os respondentes.

No entanto, a Tabela 1 não retrata toda a realidade, pois ao se fazer uma imersão inicial nos dados coletados, observou-se que no decorrer das entrevistas a demanda recorrente foi sobre a poluição atmosférica. Sendo assim, a planilha foi ajustada para refletir a realidade do que foi abordada pelos respondentes, colocando-se a quantidade de parágrafos que foram comentados sobre cada uma das demandas específicas.

Código das Demandas Específicas de Siqueira (2003)	Respondentes											Qtde. de respostas
	R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11	
4.1 Apoio à mulher	R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11	11
6.5 Redução de Emissões Atmosféricas	R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11	11
3.4. Melhoria das Condições de Vida	R1	R2		R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11	10
3.2. Criação de um Ambiente Seguro, Limpo e Saudável	R1		R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10		9
3.7. Melhoria do Ambiente de Trabalho	R1			R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11	9
4.9 Apoio à Pessoa Negra	R1	R2	R3	R4		R6	R7	R8	R9	R10		9
6.4. Redução na Geração de Resíduos	R1	R2	R3	R4		R6	R7		R9	R10	R11	9
1.1. Nível de Renda dos Trabalhadores	R1	R2	R3			R6	R7		R9	R10	R11	8
3.5. Melhoria no Acesso à Educação e Cultura		R2			R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11	8
7.2. Desenvolvimento de Ações e Campanhas Informativas		R2	R3	R4	R5	R6		R8	R9		R11	8
1.7. Redução da Taxa de Desemprego		R2		R4	R5	R6		R8	R9	R10		7
2.2. Estimular o Uso Eficiente de Recursos Naturais	R1	R2	R3					R8	R9	R10	R11	7
4.4 Apoio às PCDs	R1	R2	R3	R4	R5			R8		R10		7
1.2 Desenvolvimento Econômico	R1				R5		R7	R8	R9	R10		6
3.3. Incentivo ao Esporte e Lazer	R1	R2	R3	R4					R9	R10		6
3.6. Melhoria no Acesso à Saúde		R2		R4	R5		R7					4
4.10 Apoio às Comunidades Locais				R4				R8		R10	R11	4
5.11. Proteção e Conservação dos Recursos Hídricos	R1			R4	R5	R6						4
5.12. Recuperação de Áreas Poluídas	R1		R3				R7	R8				4
1.6. Melhoria da Distribuição de Renda						R6	R7		R9			3
4.2. Apoio a LGBTQIA+						R6			R9		R11	3
6.6. Estímulo à Reciclagem e ao Reaproveitamento				R4					R9	R10		3
1.4. Estímulo à Inclusão Econômica								R8		R10		2
3.1. Apoio na Obtenção de Moradia				R4		R6						2
4.5. Apoio aos Indígenas							R7		R9			2
4.7 Apoio aos Jovens	R1				R5							2
4.8. Apoio aos Mais Velhos			R3			R6						2
5.8. Manutenção das Florestas Existentes	R1			R4								2
6.2. Manejo Adequado de Substâncias Tóxicas e Radioativas								R8			R11	2
2.1. Estimular o Uso Eficiente da Energia										R10		1
4.6. Apoio aos Indivíduos de Baixa Escolaridade				R4								1
5.1. Conservação da Biodiversidade										R10		1
5.9. Preservação ou Expansão de Ecossistemas Existentes										R10		1
7.1. Apoio à Liberdade de Associação				R4								1
7.3. Estímulo a um Comportamento Socialmente Responsável						R6						1

Tabela 1 – Quantidade de respondentes por demanda específica

Após a codificação e a categorização descritas no capítulo Metodologia, teve início a identificação de padrões na análise das transcrições já categorizadas visando a explicação das descobertas. Patton (2002) afirma que o pesquisador deve fazer um exame minucioso das descobertas e das interpretações, identificando as relações entre os dados, o problema de pesquisa (revisão da literatura) e a arcabouço teórico, para confirmar se os resultados são úteis e geram uma contribuição.

Nesse sentido, cabe ressaltar que no capítulo Metodologia não há informação sobre o gênero dos entrevistados, porque durante as entrevistas esta questão não foi

abordada, já que a pesquisadora entendeu não ser pertinente na ocasião. No entanto, ao analisar as respostas observou-se que havia um equilíbrio amostral, seis respondentes percebidos como mulheres e cinco respondentes percebidos como homens.

A tabela 2 apresenta a quantidade geral de parágrafos que cada respondente ressaltou na entrevista, classificados conforme cada demanda específica da pesquisa de Siqueira (2003).

Código das Demandas Específicas	Respondentes/Quantidade de											Total de parágrafos
	R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11	
6.5 Redução de Emissões Atmosféricas	4	1	2	3	5	2	2	2	3	2	3	29
3.2. Criação de um Ambiente Seguro, Limpo e Saudável	4	0	4	1	2	1	1	4	1	2	0	20
3.4. Melhoria das Condições de Vida	6	1	0	3	1	1	3	1	1	1	1	19
7.2. Desenvolvimento de Ações e Campanhas Informativas	0	1	4	1	2	1	0	2	1	0	2	14
1.1. Nível de Renda dos Trabalhadores	3	1	2	0	0	1	1	0	1	3	1	13
4.1 Apoio à mulher	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2	13
6.4. Redução na Geração de Resíduos	1	3	1	1	0	3	1	0	1	1	1	13
1.2 Desenvolvimento Econômico	3	0	0	1	1	1	1	1	1	2	0	11
1.7. Redução da Taxa de Desemprego	0	1	0	1	5	1	0	1	1	1	0	11
3.7. Melhoria do Ambiente de Trabalho	1	0	0	1	1	1	2	1	1	1	2	11
4.9 Apoio à Pessoa Negra	1	1	1	1	0	1	1	2	1	2	0	11
3.5. Melhoria no Acesso à Educação e Cultura	0	2	0	0	1	1	1	1	1	1	1	9
2.2. Estimular o Uso Eficiente de Recursos Naturais	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	7
3.3. Incentivo ao Esporte e Lazer	2	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	7
4.4 Apoio às PCDs	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	7
5.11. Proteção e Conservação dos Recursos Hídricos	2	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	6
4.10 Apoio às Comunidades Locais	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	2	5
5.12. Recuperação de Áreas Poluídas	1	0	1	0	0	0	2	1	0	0	0	5
6.6. Estímulo à Reciclagem e ao Reaproveitamento	0	0	0	1	0	0	0	0	2	2	0	5
1.6. Melhoria da Distribuição de Renda	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	3
3.6. Melhoria no Acesso à Saúde	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	4
4.2. Apoio a LGBQTIA+	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	3
5.8. Manutenção das Florestas Existentes	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3
1.4. Estímulo à Inclusão Econômica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
3.1. Apoio na Obtenção de Moradia	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
4.7 Apoio aos Jovens	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
4.8. Apoio aos Mais Velhos	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
5.1. Conservação da Biodiversidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
5.9. Preservação ou Expansão de Ecossistemas Existentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
6.2. Manejo Adequado de Substâncias Tóxicas e Radioativas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
2.1. Estimular o Uso Eficiente da Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
4.5. Apoio aos Indígenas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
4.6. Apoio aos Indivíduos de Baixa Escolaridade	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
7.1. Apoio à Liberdade de Associação	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
7.3. Estímulo a um Comportamento Socialmente Responsável	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

Tabela 2 – Total de parágrafos de cada respondente por demanda específica

Percebe-se na Tabela 2 que a demanda específica mais abordada foi a 6.5. redução das emissões atmosféricas, pois trata-se da maior preocupação para todos os respondentes ressaltada diversas vezes durante as entrevistas, por todos os respondentes.

As condições de vida da comunidade local também foram mais comentadas nas entrevistas, com os respondentes evidenciando o descontentamento com a empresa, conforme pode ser observado nas passagens adiante.

Então eu te digo: o social da CSN em relação à população de Volta Redonda é zero, pelo contrário ela abocanhou imóveis e estão abandonados. (Respondente 1).

Que as terras que não são operacionais, que elas cumpram a função social, porque nós precisamos. Volta Redonda tem pouca extensão de terra. (Respondente 1).

Eu sou moradora de Volta Redonda e gostaria de saber quais são as ações direcionadas à assistência social, que não aquelas que são direcionadas diretamente para os trabalhadores, mas para a população que vive aqui. (Respondente 6).

Notou-se uma maior preocupação tanto das mulheres quanto dos homens foi com a redução de emissões atmosféricas, com as mulheres comentando em 19 parágrafos sobre o assunto, enquanto os homens em dez parágrafos. No entanto, a segunda demanda mais destacada nas respostas das mulheres foi a demanda específica 3.4 - melhoria das condições de vida. Todas as mulheres entrevistadas a comentaram em 13 parágrafos, mas esta foi a quinta demanda na percepção dos homens, comentada em seis parágrafos.

Por outro lado, ao tratar do ambiente de trabalho na CSN que está classificado na demanda específica 3.2. criação de um ambiente seguro, limpo e saudável foi a segunda mais comentada pelos homens, mas a terceira demanda específica que mais foi comentada pelas respondentes.

Como resumo das cinco mais destacadas demandas específicas apontadas pelas respondentes estão as seguintes preocupações: 1) redução da poluição atmosférica; 2) melhoria das condições de vida da comunidade local; 3) melhoria das condições de trabalho dentro da empresa; 4) a redução do desemprego 5) desenvolvimento de ações e campanhas informativas pela empresa. Já as cinco demandas específicas mais destacadas pelos respondentes são: 1) redução da poluição atmosférica; 2) o nível de renda dos trabalhadores; 3) a redução na geração de resíduos; 4) melhoria das condições de trabalho dentro da empresa; 5) desenvolvimento de ações e campanhas informativas pela empresa.

A tabela 3, adiante, apresenta o resumo das demandas genéricas, abordadas por Siqueira (2003), com a análise das repostas dos entrevistados nesta pesquisa. Observa-

se que a demanda genérica sobre a melhoria da qualidade de vida se destaca com 72 parágrafos. Em seguida está a redução na emissão de poluentes com 49 parágrafos.

Demandas Genéricas	Demandas Específicas	Parágrafos	Total Paráq.
1. Combate à Pobreza e à Fome	1.1. Nível de Renda dos Trabalhadores	13	40
	1.2. Desenvolvimento Econômico	11	
	1.3. Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável	0	
	1.4. Estímulo à Inclusão Econômica	2	
	1.5. Melhoria do Nível Educacional e Cultural dos Trabalhadores	0	
	1.6. Melhoria da Distribuição de Renda	3	
	1.7. Redução da Taxa de Desemprego	11	
	1.8. Redução da Fome	0	
2. Diminuição no Consumo de Recursos Não-Renováveis	2.1. Estimular o Uso Eficiente da Energia	1	8
	2.2. Estimular o Uso Eficiente de Recursos Naturais	7	
	2.3. Redução do Desperdício na Produção	0	
3. Melhoria da Qualidade de Vida	3.1. Apoio na Obtenção de Moradia	2	72
	3.2. Criação de um Ambiente Seguro, Limpo e Saudável	20	
	3.3. Incentivo ao Esporte e Lazer	7	
	3.4. Melhoria das Condições de Vida	19	
	3.5. Melhoria no Acesso à Educação e Cultura	9	
	3.6. Melhoria no Acesso à Saúde	4	
	3.7. Melhoria do Ambiente de Trabalho	11	
4. Proteção aos Grupos Vulneráveis	4.1 Apoio à mulher	13	45
	4.2. Apoio a LGBTQIA+	3	
	4.3. Apoio à População Rural	0	
	4.4 Apoio às PCDs	7	
	4.5. Apoio aos Indígenas	1	
	4.6. Apoio aos Indivíduos de Baixa Escolaridade	1	
	4.7 Apoio aos Jovens	2	
	4.8. Apoio aos Mais Velhos	2	
	4.9 Apoio à Pessoa Negra	11	
	4.10 Apoio às Comunidades Locais	5	
5. Redução da Degradação Ambiental	5.1. Conservação da Biodiversidade	2	20
	5.2. Desenvol. Sustentável de Oceanos, Mares e Zonas Costeiras	0	
	5.3. Expansão das Áreas Florestais	0	
	5.4. Incentivo à Prática de Manejo Florestal	0	
	5.5. Introdução de Produtos/Serviços Ambientalmente Saudáveis	0	
	5.6. Introdução Não Controlada de Espécies Exóticas	0	
	5.7. Luta Contra a Desertificação e à Seca	0	
	5.8. Manutenção das Florestas Existentes	3	
	5.9. Preservação ou Expansão de Ecossistemas Existentes	2	
	5.10. Proteção aos Oceanos, Mares e Zonas Costeiras	0	
	5.11. Proteção e Conservação dos Recursos Hídricos	6	
	5.12. Recuperação de Áreas Poluídas	5	
	5.13. Utilização do Desenvolvimento Sustentável nos Ecossistemas Existentes	0	
	5.14. Prevenção de Acidentes Ambientais (incluído 2021)	2	
6. Redução na Emissão de Poluentes	6.1. Desenvolvimento de Tecnologias Limpas	0	49
	6.2. Manejo Adequado de Substâncias Tóxicas e Radioativas	2	
	6.3. Diminuição da Agressividade das Embalagens	0	
	6.4. Redução na Geração de Resíduos	13	
	6.5 Redução de Emissões Atmosféricas	29	
	6.6. Estímulo à Reciclagem e ao Reaproveitamento	5	
7. Reforço de Valores que Apóiem uma Maior Responsabilidade Social	7.1. Apoio à Liberdade de Associação	1	28
	7.2. Desenvolvimento de Ações e Campanhas Informativas	14	
	7.3. Estímulo a um Comportamento Socialmente Responsável	1	
	7.4. Fornecimento de Informações Corporativas de Cunho Social	0	
	7.5. Desenvolvimento de Canais com a Comunidade (inserido 2021)	12	

Tabela 3 – Quantidade de parágrafos por demanda genérica

Cabe ressaltar, que uma grande preocupação observada nas entrevistas foi com a poluição atmosférica de Volta Redonda, classificada na demanda genérica 6. Redução na

Emissão de Poluentes conforme a pesquisa de Siqueira (2003). Porém, a Tabela 3 a demanda genérica que mais pontuou foi a 3. Melhoria na Qualidade de Vida. Tal resultado pode ter sofrido influência pela ocasião em que foram feitas as entrevistas, junho a agosto de 2021, pois os respondentes ressaltaram também a preocupação com a pandemia e com a manutenção dos empregos na empresa.

7.2.2. Aspectos não contemplados das Demandas Específicas

O Quadro 6 destaca as demandas específicas que nenhum dos participantes apontou nas entrevistas. Pode-se inferir que algumas não fazem parte do domínio comum dos participantes, como destacam Mahana e Khalifa (2018), ou seja, não fazem parte da sua vida cotidiana, tais como: 5.2. Desenvolvimento Sustentável de Oceanos, Mares e Zonas Costeiras; 5.4. Incentivo à Prática de Manejo Florestal; 5.6. Introdução Não Controlada de Espécies Exóticas; 5.7. Luta Contra a Desertificação e à Seca; 5.10. Proteção aos Oceanos, Mares e Zonas Costeiras.

Código das Demandas Específicas
1.3. Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável
1.5. Melhoria do Nível Educacional e Cultural dos Trabalhadores
1.8. Redução da Fome
2.3. Redução do Desperdício na Produção
4.3. Apoio à População Rural
5.2. Desenvolv. Sustentável de Oceanos, Mares e Zonas Costeiras
5.3. Expansão das Áreas Florestais
5.4. Incentivo à Prática de Manejo Florestal
5.5. Introdução de Produtos/Serviços Ambientalmente Saudáveis
5.6. Introdução Não Controlada de Espécies Exóticas
5.7. Luta Contra a Desertificação e à Seca
5.10. Proteção aos Oceanos, Mares e Zonas Costeiras
5.13. Utilização do Desenvolvimento Sustentável nos Ecossistemas Existentes
6.1. Desenvolvimento de Tecnologias Limpas
6.3. Diminuição da Agressividade das Embalagens
7.4. Fornecimento de Informações Corporativas de Cunho Social

Quadro 6 – Demandas específicas da pesquisa de Siqueira (2003) que não foram comentadas

Entretanto, algumas demandas causaram estranheza não terem sido abordadas, tais como: 1.8. redução da fome; 4.3. apoio à população rural. Quanto à ausência de comentários sobre a redução da fome o espanto foi porque na ocasião das entrevistas a mídia já comentava dos casos de pessoas com fome passavam de 19 milhões de brasileiros, segundo Martins (2021).

7.3. Construção dos Indicadores

Minayo (2009) afirma que os indicadores são uteis para medição, para o estabelecimento de parâmetros e para avaliação, sendo importantes instrumentos de gestão, pois permitem o monitoramento de situações que devem ser mudadas, incentivadas ou potencializadas desde o início até o final do processo com o alcance resultado planejado. Os 58 indicadores que estão sendo sugeridos vão ao encontro das preocupações dos respondentes com os problemas percebidos em Volta Redonda e foram definidos seguindo as seguintes etapas: transcrição das entrevistas; identificação de demandas genéricas e específicas; classificação destas demandas; aglutinação em unidades de informação; criação e ajustes dos indicadores.

Cabe ressaltar que os relatos apresentados em cada um dos indicadores representam uma amostra do que foi levantado na análise das entrevistas.

7.3.1. Evolução do Salário dos Funcionários em VR

Descrição	2018		2019		2020		2021		2022	
Funcionários Administrativos	Valor Total	Qtde de Func.								
Cargos de gestão										
Chefia										
Demais funcionários										
Terceirizados										
Quarteirizados										
Funcionários da Produção	Valor Total	Qtde de Func.								
Cargos de Gestão										
Chefia										
Demais funcionários										
Terceirizados										
Quarteirizados										

Para Hahn e Kühnen (2013) os relatórios socioambientais devem fornecer informações que satisfaçam as partes interessadas. Portanto, este indicador pretende satisfazer o interesse da comunidade local na evolução dos salários dos empregados diretos e dos terceirizados e quarteirizados da empresa. Os relatos adiante ilustram tal preocupação, que foi uma das mais comentadas pelos respondentes, devido ao impacto direto na comunidade. Assim, neste indicador a empresa deve informar a quantidade de funcionários e os salários do pessoal da área administrativa e da área de produção (usina), em Volta Redonda, por cargos, para cada um dos últimos cinco anos.

Ver quantas empresas terceirizadas têm dentro da CSN e se puder, fazer uma comparação de salários das empresas terceirizadas com os trabalhadores diretos da CSN (Respondente 1).

Olha, isso que você tá falando aí, para gente, é muito importante, porque é... a gente saber... e o lucro que a CSN tem... o tanto que ela gasta com a folha de pagamento, aqui, dos trabalhadores de Volta Redonda (Respondente 1).

É fundamental, porque as empresas estão recorrendo cada vez mais à terceirização, então esses profissionais precisam ter uma boa remuneração né? É fundamental (Respondente 2).

aí quando a gente viu aqui, o setor metalúrgico ele aprovou um acordo coletivo da CSN, aprovou PLR então... mais... assim... o aumento vai ser gerado durante dois anos, ou seja, durante dois anos o metalúrgico não terá aumento de salário (Respondente 7).

É interessante também (sobre terceirizados na CSN), porque teve uma época aí que a maioria era CSN, depois com essa questão, foram trocando, porque paga menos. Então seria interessante saber, ter essa visão (Respondente 9).

7.3.2. Média Salarial por Gênero, Cor ou Raça e Cargo em VR

Cor ou Raça	Média Salarial R\$											
	Diretor			Chefia			Funcionários			Terceirizados		
	M	F	O	M	F	O	M	F	O	M	F	O
Negros												
Branços												
Indígenas												
Outros												

Este indicador deve ser preenchido com a média salarial em reais separada por cargos, cor ou raça e por gênero, identificado aqui por M para masculino, F para feminino e O para outros. Os relatos a seguir são uma amostra da demanda dos respondentes.

Fornecer dados [...] da quantidade de operários negros, salário desses operários negros, comparar o salário dos brancos e as funções dos brancos. Seria uma coisa bastante interessante para a gente (Respondente 4).

Quando ela tem um cargo de chefia, ela não tem o mesmo salário que o homem, entendeu? (Respondente 9).

7.3.3. Relação do Trabalho Formal e Informal em VR

Descrição	2022
Números de funcionários diretos de moradores de VR	
Números de funcionários Terceirizados de moradores de VR	
Números de funcionários Quarteirizados de moradores de VR	
Total de salários da CSN VR	
% de salários de moradores de VR	
Renda per capita de VR (dados externos)	
Trabalho informal VR (dados externos)	

Neste indicador a empresa informa a quantidade de funcionários, de terceirizados e de quarteirizados que são moradores de Volta Redonda, bem como o total de salários pagos e o percentual correspondente aos moradores de Volta Redonda, por ano. Também deve informar qual a renda per capita do município e o valor correspondente ao trabalho informal no município. Estes dados podem ser obtidos pela empresa junto à prefeitura. Nestes casos a empresa (CSN) servirá de ligação entre a prefeitura e a sociedade, devido à sua importância econômica e social. O relato abaixo ilustra a demanda:

Qual é a relação do trabalho informal e do trabalho formal em Volta Redonda, considerando, o que temos, o que já foi no passado, agora já não é mais, a maior companhia Siderúrgica desse país, porque ela tá na mão de alguém. E esse alguém está ganhando, e toda a população está sendo impactada por esse [...] por essa acumulação de riqueza (Respondente 6).

7.3.4. Tempo de Permanência da Força de Trabalho em VR no ano

Tempo de Permanência na empresa	2022		
	Diretos	Terceirizado	Quarteirizado
Até 5 anos			
Acima de 5 a 10 anos			
Acima de 10 a 15 anos			
Acima de 15 anos			

A empresa deve informar a quantidade de funcionários diretos, terceirizados e quarteirizados pelo tempo de permanência na empresa em Volta Redonda, por ano. Este indicador está relacionado à preocupação dos respondentes com a perenidade e a estabilidade dos empregos na comunidade, conforme relato a seguir:

A questão... das demissões né... quando a CSN ameaçam com demissões... isso não é bom isso afeta muito toda comunidade (Respondente 2).

Não têm tanto trabalhador assim como antes, a uns 15, 20 anos atrás. Não tem mais (Respondente 5).

Muito importante (informação de quantos trabalhadores têm hoje), porque a uns 20 anos atrás, todo mundo trabalhava na CSN né? Todo mundo (Respondente 5).

7.3.5. Distribuição da Força de trabalho por Cor ou Raça, Gênero e Cargo

Força de Trabalho												
Cor ou Raça	Diretor			Chefia			Funcionários			Terceirizados		
	M	F	O	M	F	O	M	F	O	M	F	O
Negros												
Branços												
Indígenas												
Outros												

O indicador deve apresentar a quantidade de funcionários por cargo, raça ou cor e por gênero, identificado aqui por M para masculino, F para feminino e O para outros. Este indicador vai ao encontro da preocupação dos respondentes com a quantidade de funcionários por gênero, conforme ilustra o relato a seguir:

Qual é o percentual de mulheres na CSN [...] bem baixo das pessoas que eu conheço... e que muito menos em cargos de direção ou pelo menos em cargos mais altos (Respondente 6).

7.3.6. Movimentação da Força de Trabalho no ano por Gênero

Força de trabalho	Origem da contratação por ano		Total
	VR	Outros Municípios	
Inicial			
Funcionário			
Masculino			
Feminino			
Outros			
Terceirizados			
Masculino			
Feminino			
Outros			
Admissões			
Funcionário			
Masculino			
Feminino			
Outros			
Terceirizados			
Masculino			
Feminino			
Outros			
Demissões			
Funcionário			
Masculino			
Feminino			
Outros			
Terceirizados			
Masculino			
Feminino			
Outros			
Final			
Funcionário			
Masculino			
Feminino			
Outros			
Terceirizados			
Masculino			
Feminino			
Outros			

As informações do indicador são relativas à movimentação da força de trabalho, ao longo do ano, sendo a quantidade inicial, as admissões, as demissões e a quantidade final, separadas por gênero, sendo M para masculino, F para feminino e O para outro gênero. Também tem a divisão entre os empregados diretos e os terceirizados, bem como a origem dos empregados. Desta forma, o indicador caracteriza o funcionário e atende às demandas da comunidade no que se refere a identificar quantos trabalhadores de Volta Redonda estão empregados na empresa, conforme ilustra o relatos a seguir:

Então eu acho que seria de suma importância a empresa destacar aqueles trabalhadores que são originários dela e os trabalhadores que

estão ligados a ela de forma terceirizada ou quarteirizado (Respondente 3).

É muito importante e aí talvez fosse importante você conseguir comparar isso com outros setores, porque na região você fica com tantos por cento [...]. Você tem... sei lá 10.000 empregados [...] quanto que o cara da Faria Lima ganha? Quanto o cara de Congonhas ganha? Para você ter uma ideia (Respondente 10).

7.3.7. Processos na Justiça em VR por Gênero e Cargo

Natureza dos Processos	Autores dos Processos											
	Diretor			Chefia			Funcionários			Terceirizados		
	M	F	O	M	F	O	M	F	O	M	F	O
Trabalhista												
Civil												
Criminal												
Outros												
Total												

As informações deste indicador são referentes aos processos na Justiça cujos autores são funcionários ou ex-funcionários da empresa. O indicador deve mostrar a quantidade de processos, separados pela natureza, gênero e cargo. Tal indicador foi baseado nas demandas dos respondentes, conforme um dos relatos a seguir:

A consciência é tão baixa, o sofrimento para manter o emprego é tão alto, que essas questões não são colocadas, né? Então dificilmente a gente vê. Eu pelo menos nunca vi uma denúncia de um negro que tenha sido maltratado por um chefe branco dentro da CSN. Que tenha é... denunciado, se rebelado (Respondente 4).

7.3.8. Distribuição dos Funcionários por Modelo de Trabalho e por cargo em VR

Descrição	Presencial	Online/Remoto	Híbrido

Este indicador deve mostrar a quantidade de funcionários de VR, por cargo e por modelo de trabalho. Esta demanda tem relação com o momento pandêmico, quando muitas empresas passaram a operar também no modelo *online/remoto*. O relato a seguir ilustra a solicitação dos respondentes:

É eu acho que uma informação que eles poderiam fornecer é o percentual de mão de obra que eles conseguiram manter um trabalho remoto e trabalho físico né? (Respondente 10).

7.3.9. Faixa Etária da Força de Trabalho por Cor ou Raça e Cargo

Faixa Etária	Diretor			Chefia			Funcionários			Terceirizados			Total
	Negros	Branco	Outros	Negros	Branco	Outros	Negros	Branco	Outros	Negros	Branco	Outros	
Ate 25 anos													
Acima de 25 a 45 anos													
Acima de 45 a 60 anos													
Acima de 60 anos													

O indicador atende à solicitação dos respondentes sobre a informação da faixa etária dos funcionários de VR, por cargo e cor e raça, conforme relatos a seguir:

Eu gostaria de saber se a empresa hoje, se ela atende à política de cotas para pessoas idosas? (Respondente 3).

Eu não sei a política do Idoso dentro da CSN, eu não sei (Respondente 6).

7.3.10. PCDS em VR por tipo, Gênero e Cargo

Deficiências	Diretor			Chefia			Funcionários			Terceirizados			TOTAL
	M	F	O	M	F	O	M	F	O	M	F	O	
Auditiva													
Intelectual													
Física													
Psicossocial													
Múltipla													
Visual													
Outra													

Este indicador deve informar a quantidade de pessoas com deficiência que trabalham em VR, separadas por cargo, gênero e o tipo de deficiência do funcionário.

É muito importante e, também, se pudesse incluir a questão dos deficientes, né? Porque eu não sei se na CSN, se eles cumprem o percentual de pessoas com deficiência no quadro de trabalhadores (Respondente 1).

7.3.11. Investimento em Desenvolvimento Profissional/ Educação

Curso	Valor R\$	Quantidade de Funcionários Atendidos
Profissionalizante		
Pós-Graduação		
Superior		
Ensino Médio		
Ensino Fundamental		
Alfabetização		

Este indicador deve constar o valor, em reais, que a empresa investiu, bem como a quantidade de funcionários atendidos. Este indicador quantifica a preocupação da

empresa com a educação dos funcionários e vai ao encontro da demanda da sociedade, conforme ilustra o relato a seguir:

[o funcionário] Não progride por quê? Ele não tem tempo para estudar, porque ele já entrou aqui jovem com uma família para cuidar e tal? Entendeu? um pouco desse contexto, até para ele voltar lá atrás na educação né e talvez poder aplicar recursos da própria usina né (Respondente 10).

A CSN treina os seus funcionários para que todos eles tenham oportunidade de galgar novos espaços? Não sei. Eu acho que eles buscam no mercado. Eu acho que não, não sei se eles continuam dando os cursos para que o seu funcionário, ele mesmo, possa ocupar, possa subir os degraus da empresa e almejar cada vez mais né? (Respondente 11).

7.3.12. Escolaridade dos Funcionários por Gênero e Cargo em VR

Níveis	Diretor			Chefia			Funcionários			Terceirizados			Total
	M	F	O	M	F	O	M	F	O	M	F	O	
Pós-Graduação													
Ensino Superior Completo													
Ensino Médio Completo													
Ensino Fundamental Completo													
Ensino Fundamental Incompleto													

O indicador deve mostrar a quantidade de funcionários de acordo com o nível de escolaridade, separados por gênero e cargo em VR, atendendo assim à solicitação dos respondentes:

Dentro dessas empreiteiras, eles levam em conta a seleção muito mais pela qualificação profissional, né? Aquele que é o montador [...] e aí os analfabetos. [...] a CSN poderia muito bem-estar estimulando, ajudando nesse sentido. De grupo... de criação de grupos, né? De alfabetização mesmo (Respondente 4).

7.3.13. Casos de doença e/ou acidentes por Faixa Etária

Descrição	Funcionários				Terceirizados/Quarteirizados			
	Até 25 anos	26 a 35	36 a 45	Mais de 45 anos	Até 25 anos	26 a 35	36 a 45	Mais de 45 anos
Covid 19								
Acidentes por tipo								
Incêndios								
Problemas Respiratórios								
Intoxicação								
Outros								

Neste indicador a empresa deverá informar a quantidade dos casos de doença e/ou acidentes ocorridos com os funcionários e terceirizados/quarteirizados, separados por faixa etária e por tipo. Caso tenham ocorridos outros tipos que não estejam na descrição do indicador, a empresa deve informar quais são os tipos.

Seria uma forma de tranquilizar a comunidade toda e os próprios trabalhadores, que é quando que você sabe alguns acidentes seja ambiental ou seja laboral. Quando ouve-se um barulho enorme dentro da empresa que ela está colada na cidade, a comunidade pergunta, a mídia pergunta, ou então quando aparece uma fumaça em larga escala, mas se ela é soltada a noite, ninguém sabe. (Respondente 3).

Aí tem uma coisa daqui, e você falou que eu acho fantástico na tua linha de pesquisa, que é o que os acidentes que acontecem dentro da CSN. Quem trabalha lá muita gente que nem tá lá mais, que já saiu fala que a população do lado de fora não sabe 30% do que acontece da gravidade dos acidentes, que acontecem lá dentro. Só sai na imprensa quando acontece aquelas grandes explosões dentro do alto-forno, mas o que acontece no dia a dia...ah...e tudo isso é economia e política, né? (Respondente 6).

7.3.14. Investimento em Assistência Social e Médica aos Acidentados em VR

Cargo	Valor pago aos Acidentados	Valor pago aos Familiares
Diretor		
Chefia		
Funcionário		
Terceirizado		
Outros		

Neste indicador a empresa deve informar os valores, em reais, pagos aos acidentados e aos familiares, separado pelo cargo ocupado pelo funcionário em VR. O relato a seguir ilustra a preocupação dos respondentes:

Agora, eu gostaria de ver o relatório da CSN, a questão da assistência social, da assistência médica. Historicamente essa ligação era muito próxima. Hoje, são planos privados terceirizados que prestam esse serviço e que, lamentavelmente, o próprio Sindicato não se dá conta de exigir da empresa que os trabalhadores sejam melhores assistido tanto na área social né... imagina uma um trabalhador que tenha sofrido um acidente? Minimamente a empresa tinha que adotar transparência total, de serviço social a essas famílias dado o impacto na sua vida. E a gente se tem, não sabemos, e pelo que conta ainda tem dificuldade na assistência médica a saúde etc (Respondente 3)

7.3.15. Informações Relativas aos Óbitos, no ano

Causa	Quantidade de Funcionários ¹	Quantidade de Terceirizados ¹	Quantidade de Quarteirizados ¹
Intoxicação			
Queda			
Covid 19			
Incêndio			
Outros/Quais			
(1) Nota Explicativa			

Neste indicador a empresa deve apresentar a quantidade de óbitos, no ano, separada por funcionários e terceirizados e quarteirizados, informando a respectiva causa. Este indicador deve conter um nota explicativa sobre os óbitos e as ações da empresa para evitar outros casos.

Só estamos tendo danos. Danos para nossa saúde, danos para os trabalhadores. Seria bom fazer esse levantamento de quantas pessoas morreram intoxicados, quantas pessoas morreram por causa de ter caído em algum lugar perigoso, e a questão de incêndios, que são vários que já morreram por causa do incêndio. (Respondente 1).

Ah, eu acho que, eu acho importante (sobre a quantidade de acidentes dentro da usina), eu acho principalmente o óbito, até porque assim, lógico todo óbito é um óbito, mas a CSN é uma indústria de risco (Respondente 10).

7.3.16. Informações Relativas à Prevenção em VR

Ações de Prevenção	Ações	Valor R\$
Covid 19		
Acidentes por tipo		
Incêndios		
Problemas Respiratórios		
Intoxicação		
Outras		

De acordo com Azapagic (2004) as comunidades estão interessadas em uma provisão de emprego com um ambiente limpo e saudável. Esta afirmação vai ao encontro dos anseios dos respondentes, conforme pode ser observado nos relatos abaixo. Assim, para atender à demanda o indicador deve mostrar a quantidade de ações da empresa para prevenção, separadas por tipos e os respectivos valores investidos, em reais. Caso haja ações que não estejam no indicador, a empresa deverá informar quais são e os valores investidos.

Eu penso assim... voltando a dizer, eu acho que assim, das empresas que eu conheço, talvez a CSN é que menos gastou com relação a proteger os trabalhadores, mas eu acho interessante fazer essa pergunta para eles, qual foi o investimento que eles fizeram para preservar a saúde e o ambiente de trabalho? Porque eu vi muito pouca coisa, confesso a você que além das máscaras, não via outras atitudes da CSN. Perto de outras empresas que eu conheço, a realidade eu penso que a CSN foi a que menos teve custo com relação à prevenção. (Respondente 7).

A própria empresa tem que falar o que ela tá fazendo lá dentro para manter a segurança dos funcionários, porque muita gente também fica preocupada. Eu tenho que trabalhar, mas será que lá dentro atende todo aquele protocolo? Então acho que ela tem que ser... que ela tem que ser transparente nisso. (Respondente 8).

7.3.17. Investimento em Equipamento de Segurança em VR, por ano

Unidades	Valor R\$
Coqueria	
Sinterização	
Aciaria	
Lingotamento	
Outras. Quais?	

Neste indicador deve ser informado o valor investido, em reais, por ano, separado por unidades da empresa em VR. No caso de outras unidades, a empresa deve quais são e os respectivos valores. Este indicador vai ao encontro da solicitação dos respondentes conforme relato a seguir:

Então a gente pensa que ia ser um conjunto de coisas que [...] a empresa precisa ser responsável, fornecer o equipamento e o trabalhador cada vez mais comprometido, usando adequadamente os equipamentos [...] a CSN, que é um tamanho extraordinário que precisa ter uma preocupação maior. É o exemplo. Deva ser o exemplo (Respondente 7).

7.3.18. Investimentos em Saúde dos Funcionários por Cargo

Investimento	Valor R\$	
	Planos de saúde	Planos odontológicos
Diretores		
Chefia		
Funcionários		
Terceirizados		

Este indicador serve para avaliar o investimento em planos de saúde e odontológico, em reais, por ano, separado por cargo dos funcionários em VR.

O metalúrgico tinha um plano de saúde, tinha o hospital da CSN...foi tudo, né? Privatizando, acabando com tudo. E os metalúrgicos, hoje em dia, não tem aonde fazer uma consulta direito, nem nada. Ela mudou muita coisa na empresa, mudou muito. (Respondente 5).

A gente vê muitas reclamações, inclusive eles têm um plano de saúde que o hospital que atende hoje, diretamente, não atende 100%. Foi trocado o plano do pessoal. Então a qualidade de vida do trabalhador da siderurgia da CSN especificamente, ela é muito questionada, né? (Respondente 7).

7.3.19. Valor Investido em Moradia em VR

Valor Investido em construção	Valor R\$
Funcionário	
População de VR	
Valor Investido em Reforma	Valor R\$
Funcionário	
População de VR	

Neste indicador a empresa mostrará o investimento, em reais, por ano, separado por construção e por reforma de moradias para funcionários e para a população de VR.

É... acho que projeto, abrir as terras dela para... para um projeto de habitação popular, de baixa renda. Poderia envolver a comunidade, envolver a sociedade civil nesse, neste debate e tal. Mas acho que tudo nessa linha seria... ajudaria muito a Volta Redonda (Respondente 4).

7.3.20. Ações de Apoio ao Idoso por cargo

Descrição das ações	Quantidade de pessoas atendidas			
	Direção	Chefia	Funcionário	Terceirizado

Neste indicador a empresa informará as ações de apoio ao idoso que foram feitas ao longo do ano, separadas por cargo e a quantidade de pessoas atendidas.

Eu gostaria de saber se a empresa hoje, se ela atende à política de cotas para pessoas idosas? (Respondente 3).

Eu não sei a política do Idoso dentro da CSN, eu não sei. (Respondente 6).

7.3.21. Políticas de Incentivo à Igualdade Racial em VR

Ações	Quantidade de pessoas atendidas		
	Negros	Indígenas	Outros
Cursos de Desenvolvimento			
Progressão de Cargo			
Denúncias de Racismo			
Palestras			
Outras. Quais?			

Neste indicador a empresa apresentará as ações que visam incentivo à igualdade racial e a quantidade de pessoas atendidas, por raça ou cor. Assim, atende aos pedidos a seguir:

Então a questão é sim racial ela precisa ser resgatada na história, no processo da CSN e uma das maneiras de sanar essa dívida e que houve essa dívida social ética seria da empresa estabelecer...é políticas nesse sentido e transparecer com clareza com que ela lida com essa questão. (Respondente 3).

Uma coisa a gente percebe: os cargos e as funções mais subalternas são as funções desempenhadas pelos negros. A maioria negra é que chega com aqueles uniformes de empresas terceirizadas, né? Os brancos então ... com uniforme da CSN. Então já é uma coisa muito visível... é... dentro da CSN. E agora é... uma coisa curiosa: porque tem muito pouca denúncia a respeito disso. (Respondente 4).

7.3.22. Ações de Estímulo à Participação dos Trabalhadores na Empresa

Descrição das ações	Quantidade de Participantes

A contabilidade dialógica propõe que a elaboração dos relatórios socioambientais deve partir da discussão e do debate entre uma gama diversificada de partes interessadas (BLACKBURN et al, 2014). Neste sentido, a função deste indicador é apresentar as ações da empresa ao longo do ano visando estimular a participação dos trabalhadores na empresa, bem como a quantidade de pessoas que participaram de cada uma das ações.

Que é importante que a gente sabe que muitos trabalhadores que já fizeram parte da CIPA depois são perseguidos [...] o ambiente lá dentro da CSN é muito perigoso. Então é... a gente ter essa informação é importante... é isso, né? Pra gente estar acompanhando (Respondente 1).

7.3.23. Imóveis da CSN em VR por ano

Imóveis	2022	
	Área	Local
Utilizado nas Operações da Empresa		
Alugados		
Cedidos		
Ociosos		

A Constituição Federal no Art. 5º, inciso XXIII e no Art. 170, inciso III abordam a função social da propriedade (BRASIL, 1988). Tartuce (2018) acrescenta que a propriedade é um direito que deve sempre atender a uma função social, em prol de toda a coletividade. O Código Civil prevê no Art. 1.228, parágrafo 1º que o direito de propriedade deve ser exercido em conformidade com as funções econômica e social, “preservando a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas” (BRASIL, 2002). Para Dantas (2015, p. 29) “a ideia de uma função social nada mais é que o reconhecimento de que os interesses do titular daquele direito precisam se compatibilizar com os de outros cidadãos não proprietários”. Nesse sentido, este indicador tem a função de evidenciar os imóveis da empresa em relação à situação em que se encontram, partindo da solicitação dos respondentes conforme a passagem a seguir:

Aquele prédio do escritório central, lá na Vila (bairro de Volta Redonda), né? Que você já deve ter passado por lá. Um prédio enorme e não tem nenhuma função social. [...] Ele destoa da realidade da cidade

num determinado momento aí. No passado, ele era o apogeu, né? Porque era o escritório Central da empresa, mas hoje é que tá... a gente passa, e vê as pessoas dormindo embaixo da marquise, uma população de rua aumentando. É uma profunda contradição, né? [...] (Respondente 6).

7.3.24. Investimento em saúde da comunidade em VR

Descrição	Valor R\$	% Lucro

Este indicador quantifica, em reais, o investimento em ações voltadas para a saúde da comunidade de Volta Redonda, ao longo do ano, incluindo o percentual que este representa sobre o lucro da empresa. Este indicador atende à solicitação dos respondentes como ilustra os seguintes relatos:

Apoios né... As medidas sanitárias... um engajamento... na vacinação em si... ne... contribuir nesse processo [...] ah... isso não é comigo... porque é com ela também né? (Respondente 2).

Falta de assistência médica (...) Então esse ...é o grande impacto de Volta Redonda ... é na saúde, né? (Respondente 4).

7.3.25. Investimento em Esporte, Lazer e Cultura em VR

Tipo	2022
	Valor
Esporte	
Lazer	
Cultura	

Este indicador quantifica, em reais, o investimento em ações relacionadas ao esporte, lazer e cultura na comunidade de Volta Redonda, ao longo do ano. Desta forma, atende à necessidade dos respondentes conforme os seguintes relatos:

É dar um retorno social nessa parte cultural e esportivo maior ... mais quantitativo é isso. (Respondente 2).

A questão do futebol também, tem algumas coisinhas. Mas, assim... muito tímida. Então teria que ser uma coisa mais... pelo fato da CSN ser uma coisa grande, deveria incentivar os jovens a praticar esporte, alguma coisa de incentivo que prenda o jovem (Respondente 9).

7.3.26. Utilização do Recreio dos Trabalhadores

Utilização do Espaço	2022
Quantidade de utilização (eventos)	
Número de pessoas atendidas	
Previsão de utilização (eventos)	
Justificativa a comunidade:	

A função deste indicador é avaliar o uso do espaço Recreio dos Trabalhadores pela comunidade, ao longo do ano. Assim, atende às demandas dos respondentes, conforme pode ser observado nos relatos a seguir:

Então eu destaco aqui o recreio do trabalhador que está inoperante, e lá seria um local onde a gente poderia desenvolver muita parte de esporte e de cultura. (Respondente 1).

Uma outra questão, a empresa ao fechar áreas de lazer, eu vou dar um exemplo recreio dos trabalhadores. Ela simplesmente fecha e no lugar nenhuma informação à comunidade Volta Redonda, tenho em vista que, quantos aposentados que ajudaram a construir até aquele recreio? Quantos trabalhadores que passaram por ali e não tem essa informação? (Respondente 3).

Um espaço que se chama recreio do trabalhador, que ele... ele foi criado lá, junto com a... com a fundação da CSN. Era um espaço maravilhoso de... de atividade esportiva. É...e quando eu estudava mesmo, a gente fazia jogos olímpicos nesse espaços maravilhosos. Esse espaço hoje está fechado... fechado. E por que que a CSN fechou esse espaço? (...)

Um espaço assim... imenso, com quadra coberta, maravilhosa... com piscina olímpica com campos de futebol, e que tá lá, e entregue às traças, né? (Respondente 4).

7.3.27. Ações de atendimento aos TACs em VR

Descrição	TAC Atendido	Valor

A função deste indicador é avaliar o cumprimento de cada Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que a empresa assinou, informando o número do TAC atendido, descrevendo a ação realizada e o valor em reais referente à cada ação. Desta forma, atende às solicitações dos respondentes, conforme os seguintes relatos:

Então a gente quer ver como que está esse cumprimento do TAC. (Respondente 1).

Olha tanto ela é extremamente importante, que a gente tem que lembrar dos Termos de Ajustamento de Conduta. Formações provocada pelo Ministério Público judiciário exatamente por denúncias feitas pela falta de informação da própria empresa quando dos seus acidentes algumas situações, que ela ficou obrigada a fazer correções, reparações. (Respondente 3).

7.3.28. Investimento em Palestras em VR por ano

Descrição	Quantidade de pessoas presentes				
	Chefia	Direção	Demais Funcionários	Terceirizados	Comunidade
Apoio à criança					
Apoio ao Adolescente					
Apoio aos Idoso					
Apoio às PCDs					
Consciência Ambiental					
Direitos Humanos					
Misoginia e/ou Sexismo					
Orientação Sexual					
Questões de Gênero					
Questões Raciais					
Outras. Quais?					

A função deste indicador é quantificar os investimentos em palestras visando formar a conscientização dos funcionários e comunidade para questões de cunho social.

Tal indicador atende ao pedido dos respondentes, conforme mostra o relato a seguir:

Investir numa política anti-machista dentro da CSN, né? Isso é possível. Se a empresa topar, né? Eu acho que isso seria é... uma coisa que não é impossível, mas não sei se seria uma coisa é... viável. Mas eu acho que vale a pena tocar nesse assunto, né? Um espaço machista que é concentrado dentro da CSN e como é que... que...como atitudes, mesmo no interior da fábrica atitudes que diminuísse, né? Ajudasse a formar essa consciência anti-machista dos trabalhadores. Seria uma coisa muito importante (Respondente 4).

7.3.29. Ações de Diálogo com a Comunidade de VR por ano

Descrição	Quantidade de Pessoas Atendidas

O compromisso contínuo com o diálogo e o debate sob uma ótica pluralista dentro de um contexto contábil, que fortalece a compreensão e o aprendizado mútuo é o caminho para a abertura e ampliação da contabilidade (DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016), bem como da redução da assimetria informacional (SZUSTER *et al*, 2005; LOPES; MARTINS, 2005; IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2010). Desta forma, este indicador avalia a relação de diálogo com a comunidade, de forma que a empresa descreverá as ações feitas ao longo do ano e a quantidade de pessoas que participaram de cada uma delas. O indicador é uma das necessidades dos respondentes conforme mostram os seguintes relatos:

Hoje, todo mundo está sendo penalizado, porque praticamente é... a relação da comunidade com a CSN é péssima. (...) Porque a CSN não tem diálogo com a população desde que ela foi privatizada (Respondente 1).

Então eu acho que eles [CSN] poderiam nesse sentido, sentar com a sociedade né? (...) Né, uma série de coisas que é plenamente possível né? talvez eles terem ... uma participação maior mesmo assim né consultar a comunidade eu não sei qual formato né seria um pensar um formato para isso? Mas fazer chamamento para os projetos interessados porque assim as áreas né? (Respondente 10).

Eu acho que com base em tudo isso e a minha percepção das pessoas nisso em relação à CSN é que a CSN rompesse o isolamento dela. Um isolamento dela, porque o isolamento é tal, que um diretor só aparece aqui em determinada situação, o resto ele toca a banda de São Paulo. O do conselho aparece aqui, quando alguma coisa que ele precisa aparecer aqui, né? Então há um isolamento muito grande da alta gestão com a comunidade, isso é como se os laços tivessem sido rompidos (Respondente 11).

7.3.30. Canais de Comunicação com a Comunidade de VR no ano

Descrição	Qtde Pessoas Atendidas
Reuniões	
E-mail	
Telefone 0800	
Redes Sociais	
Outros. Quais?	

De acordo com os princípios da Contabilidade Dialógica, conforme Dillard e Yuthas (2013), as empresas devem desenvolver e institucionalizar processos participativos baseados no pluralismo agonístico e em diálogos críticos. Assim, este indicador avalia a comunicação da empresa com a comunidade ao longo do ano, descrevendo quais foram os canais de atendimento e a quantidade de pessoas atendidas por cada canal. Tal indicador atende ao pedido dos respondentes, conforme mostra o relato a seguir:

Eu acredito que a população, a grande maioria da população desconhece qualquer canal direto de comunicação com a CSN, essas informações, pode ser até que exista (...) mas eu confesso a você que isso não chega com facilidade a ninguém, porque senão eu teria conhecimento (...) deveria passar uma propaganda no jornal, no rádio ou na televisão, ou no canal e a comunidade tem que ter um 0800 para tirar dúvidas, e eu desconheço. Se tem, eu desconheço. (Respondente 7).

Então, é o que eu tô te falando, eu não sei de nenhum canal (de comunicação). Se tem, eles não divulgam, né? Mas seria bom ter, porque às vezes, por exemplo, às vezes tem um bairro, né? Algum lugar

que possa até ter algum desses vestígios da CSN, e às vezes as pessoas querem entrar em contato, e se tem esse meio, eu desconheço. Eu acho que seria legal ter um acesso, ser mais acessível. (Respondente 8).

7.3.31. Ações de Apoio às Cooperativas de Reciclagem com Material em VR no ano

Ações	Quantidade	Cooperativa

Os relatórios socioambientais são incompletos porque não consideram as métricas que incluem as necessidades dos grupos de *stakeholders* menos poderosos (DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016). Os respondentes desta pesquisa relataram a necessidade de apoio para as cooperativas de reciclagem da comunidade de Volta Redonda, conforme ilustra o relato adiante. Desta forma, neste indicador avalia-se o apoio às cooperativas de reciclagem, bem como o estímulo à reciclagem, já que a empresa deve informar quais foram as ações de apoio, a quantidade de material e para qual cooperativa foi enviado.

Eu sei que o material reciclado, a CSN, ela vende, né? Saber para quem ela vende esse material, e se ela poderia estar doando um pouco desse material para as cooperativas. Já que ela polui aqui, e ela não vende papelão nem plástico. O metal é a matéria prima dela. Por que não doar pelo menos um pouco desse material? O papel gerado no escritório, entendeu? Para as cooperativas que estão legalizadas. (Respondente 9).

7.3.32. Investimento na Comunidade de VR, por ano

Ações	Valor R\$	% sobre o lucro/ano
Assistência Social		
Saúde		
Moradia		
Outras. Quais?		

De acordo com Lee e Tan (2019) visando a sustentabilidade empresarial e a proteção da sua imagem, as empresas precisam melhorar o bem-estar da comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, a função deste indicador é comparar os investimentos feitos para a comunidade, separados pelos tipos de ações, com o lucro apurado, por ano. Caso a empresa faça outras ações que não estejam relacionadas, ela deve informar quais foram as ações e os respectivos valores investidos. Este indicador atende ao pedido dos respondentes, conforme ilustra o seguinte relato:

Eu sou moradora de Volta Redonda e gostaria de saber quais são as ações direcionadas à assistência social, que não aquelas que são direcionadas diretamente para os trabalhadores e da população, mas para a população que vive aqui, deve ter, mas aqui eu desconheço (Respondente 6).

É eu CSN queria né [...] sei lá zero ponto alguma coisa do meu do meu faturamento para projetos locais (Respondente 10).

7.3.33. Apoio na Divulgação dos Trabalhos dos Artistas/Artesãos e eventos da Comunidade, por ano

Descrição	Quantidade de Pessoas atendidas

Neste indicador a empresa deve descrever as ações de apoio e a quantidade de pessoas atendidas por cada uma das ações de apoio aos trabalhos de artistas e artesãos locais, bem como de eventos da comunidade. Tal indicador atende às solicitações dos respondentes, como ilustra o relato a seguir:

A gente tem muito pouco da CSN na área de cultura e na área social, temos menos ainda na área esportiva. Então, essa necessidade, a população tem e é uma carência... é grande, que a gente precisa que a CSN repare isso aqui. (Respondente 7).

Eu acho interessante assim, na parte da cultura. Eventos culturais, que na própria cidade tem alguns movimentos culturais, que às vezes a gente nem fica sabendo por falta de divulgação. Eu acho que esse tipo de... digo assim... uma ajuda nesse sentido, seria bom para divulgar o trabalho dos artistas da cidade, no caso (Respondente 8).

7.3.34. Reclamações e Soluções das Demandas da Comunidade em VR, por Ano

Descrição	Quantidade	
	Reclamações	Solucionadas
Assistência Social		
Saúde		
Ambiental		
Cultural		
Lazer		
Esporte		
Outros. Quais?		

A participação da comunidade local na avaliação dos relatórios sociais e ambientais das empresas viabiliza se ter uma avaliação real a partir da ótica do usuário, bem como empoderar um grupo negligenciado pela contabilidade (EBRAHIM, 2005; KINGSTON *et al*, 2019). A função deste indicador é quantificar e classificar as reclamações da comunidade e as que foram solucionadas. Caso tenha outras reclamações que não estejam contempladas pelo indicador a empresa deve informar quais foram e as respectivas quantidades. Tal indicador atende às solicitações da comunidade conforme os relatos a seguir:

É que as pessoas reclamam bem, né? Tem lugares que a pessoa... tem muita poluição, né? Eu acho que eles tinham que dar um jeito de tentar, ver se tem como, né? Diminuir um pouco (Respondente 8).

7.3.35. Ações de Apoio a Projetos dos Movimentos Sociais em Volta Redonda, por ano

Descrição	Movimentos Sociais Atendidos

O indicador avalia as ações de apoio a projetos dos movimentos sociais ao longo do ano. Desta forma, a empresa deve descrever a ação e informar quais foram os movimentos sociais atendidos. Assim, atende aos pedidos dos respondentes, como ilustra o relato a seguir:

A CSN poderia ajudar nas divulgações (sobre o trabalho da ONG). Porque a gente já participou de muita exposição sem divulgação. Porque não temos condições assim, de fazer muita divulgação. Nas divulgações, na ajuda também. Vamos supor, eu digo assim... até mesmo em relação a patrocínio, essas coisas. Vamos supor, vai ter uma exposição, aí você precisa de tendas, de repente tá num ambiente que é aberto, então a gente não tem... a gente tem da prefeitura, mas às vezes o número que tem é pouco. Aí você tem que dividir um pouco com os coletivos, não pode muita gente. Nunca aconteceu, sabe? Da gente não deixar ninguém ir, mas é porque nunca aconteceu também de querer todo mundo. Mas se fosse uma situação que fosse todo mundo, a gente iria ter que escolher, ou então iria ter que sortear, porque as tendas são poucas. É esse tipo de dificuldade que a gente tem. De divulgação, de música, de coisas que chamassem a atenção para o nosso trabalho, entendeu? (Respondente 8).

7.3.36. Projetos de Apoio à inclusão dos Jovens

Descrição	Quantidade de jovens atendidos

Neste indicador avalia-se o apoio da empresa na inclusão dos jovens do município, através da descrição da ação e a quantidade de jovens que foram atendidos por cada uma

das ações. Desta forma, atende-se à solicitação dos respondentes conforme as passagens abaixo:

Olha é triste... muito, muito jovens, depois da privatização, tem saído de Volta Redonda, porque como eu já disse, salários são muito baixos na CSN e também não tá se encontrando emprego fácil aqui em Volta Redonda (Respondente 1).

7.3.37. Funcionários Admitidos do Programa Jovem Aprendiz em VR, por ano

Setor	Quantidade por Idade					
	16	17	18	19	20	Acima de 20

A função deste indicador é quantificar os jovens que ingressaram na empresa oriundos do programa Jovem Aprendiz, identificando o setor para o qual foram direcionados. Desta forma, atende-se à solicitação dos respondentes conforme consta do seguinte relato:

E aí, eu acho que seria muito importante que a gente soubesse se esses menino [pequeno aprendiz] se depois que eles fizeram o curso da CSN, fez alguma coisa para dar continuidade, de eles trabalharem, porque vira e mexe ela tá lá [Pequeno Aprendiz]. Aí tá... faz aquele momento, três meses e ninguém sabe se continuou. Seria importante, né? Ter esse conhecimento, né? Tanto para a família, como para a população em geral, né? (Respondente 5).

7.3.38. Treinamento da Comunidade de VR em Caso de Acidentes de Grande Porte na Usina

Descrição	Qtde Pessoas Participantes

O indicador avalia as ações de treinamento da comunidade em caso de acidentes de grande porte na usina, informando quais as ações que foram realizadas e a quantidade de pessoas que participaram durante o ano. Segundo Bebbington *et al* (2007) existe uma inquietação que afeta a sociedade sobre eventos catastróficos. Nesse sentido, este indicador pode ser reduzir esta ansiedade, já que atende às solicitações dos respondentes, como ilustra os seguintes relatos:

Eu acho que a informação poderia tirar da CSN é: por que essa política de não prevenção da comunidade de Volta Redonda, da sociedade de Volta Redonda? (Respondente 4).

Dar as informações necessárias que a sociedade precisa saber, em relação à questão de como lidar, não só com gerir com os resíduos que são jogados na natureza, mas também se houver uma catástrofe, como deve reagir a sociedade (Respondente 6).

7.3.39. Consumo de Água em VR

Descrição	Usina	Escritório	Outros	Total
Água utilizada por Fonte				
Água reutilizada				
Água Devolvida				
Percentual Tratado				

O papel da contabilidade inclui fornecer às partes interessadas informações mais transparentes sobre os impactos sociais e ambientais causados pelas empresas (BROWN, 2009; BLACKBURN *et al*, 2014; BROWN; DILLARD, 2015a). Desta forma, as solicitações dos respondentes por essas informações, podem ser sanadas com este indicador, já que ele caracteriza a demanda de água dentro da empresa em Volta Redonda, classificando-a pelo consumo das unidades da usina, escritório, demais unidades e o total correspondente. Tal indicador atende às necessidades dos respondentes, como ilustram os seguintes relatos:

Isso é pouco informado à comunidade, por exemplo, captação de água, qual a quantidade de água que a empresa retira do rio Paraíba do Sul e que ela devolve no sentido de ser... de estar com uma qualidade equivalente a que foi retirada? Então, é uma coisa que a comunidade é... gostaria de saber, sem dúvidas (Respondente 3).

É ... como a água também tem se tornado um bem escasso né? quanto que eles investem hoje, talvez para adaptar processos, para diminuir o uso da água? Reutilizar água dentro da usina né? Mais coisas neste tipo assim ambiental né? (Respondente 10).

Ela se não mudou era uma das maiores consumidoras do Rio de Janeiro de água. O que é feito dessa água? Como é feito o descarte? Qual o percentual que entra e o percentual que sai? (Respondente 11).

7.3.40. Consumo de Energia em VR

Descrição	Usina	Escritório	Outros	Total
Energia Consumida kWh				
% de Geração Própria				
Energia Obtida Externamente				
Valor do Consumo				

Este indicador avalia o consumo de energia dentro da empresa em Volta Redonda, classificando-a pelo consumo das unidades da usina, escritório, demais unidades e o total correspondente, bem como o percentual que é gerado na própria empresa e o obtido externamente. O indicador atende aos respondentes conforme o relato a seguir:

Então para a gente é de suma importância saber, né? O quanto que a CSN gasta [sobre o consumo de energia elétrica na empresa], porque nós cidadãos estamos sendo penalizados. A CSN vai pagar baixíssimo pelo consumo de energia, para taxa de iluminação pública, enquanto cidadão vai pagar um preço exorbitante (Respondente 1).

7.3.41. Produção de Resíduos em VR

Por Categoria	Usina	Escritório	Outros	Total

Como todas as etapas da produção de aço causam algum impacto ao meio ambiente, seja pela emissão de resíduos gasosos, líquidos ou sólidos (WILLIAMS, 2005), a função deste indicador é quantificar por categoria a produção de resíduos na usina, no escritório e nas demais unidades da empresa em Volta Redonda. Desta forma, se atende aos pedidos dos respondentes quanto ao conhecimento da produção de resíduos. Cabe ressaltar, que esta demanda foi uma das que mais preocupam os respondentes.

Quantidade de resíduo que ela gera ... nos seus processos de produção. (Respondente 2).

Mas nós moramos aqui, na zona norte, e essa região aqui é uma região muito influenciada pela poluição... muito. Sofre muito impacto da poluição, porque a gente mora na parte mais alta aqui do bairro Siderlândia (nem todo mundo que mora aqui nessa região, Padre Joãozinho, Siderlândia, Del Monte), estes três bairros e os que estão em torno, sofre demais o impacto, toda a Beira Rio, Conforto, Retiro são bairros que sofrem demais os impactos da montanha do resíduo, né? (Respondente 6).

7.3.42. Destinação de Resíduos em VR

Resíduos por categoria	Destino/Local de depósito	Quantidade

Segundo Freeman (2004) quando as preocupações dos stakeholders são integradas aos processos de negócios a empresa adota a RSC em sua plenitude. Uma das maiores preocupações relatadas pelos respondentes é com o acúmulo de escória às margens do Rio Paraíba do Sul. Portanto, a função deste indicador é a de quantificar por categoria a destinação de resíduos gerados na empresa em Volta Redonda. Tal indicador atende às preocupações dos respondentes, principalmente, sobre o destino da escória, conforme os relatos a seguir:

Aí eu vou enumerar alguns: primeiro, a questão da montanha de escória. É um rejeito siderúrgico que é retirado da empresa e que fica num bairro onde a comunidade convive com muito pó, com muito medo, com muita dificuldade... então teria que tá informando a quantas anda. (Respondente 3).

Tem aqui a montanha de escória, não sei se você tem conhecimento. Que é onde a CSN deposita toda a escória que sobra né? Do... do processo lá... de fundição dela... e nesta... essa montanha que não poderia passar de 16 m de altura (que já é um absurdo), hoje tá (eu acho que mais em torno) de cinquenta metros. É uma coisa visível na cidade inteira, e causa doença. E ameaça... ameaça contaminar ainda mais o rio, porque se tiver um... um descolamento desta escória toda para dentro do Rio, vai atingir inclusive todo o Guandu. O que é fornecido que é abastecido também, e pelo Rio de Janeiro, né? É... pelo Rio Paraíba, que fornece água para o Rio de Janeiro. (Respondente 4).

Aquela montanha de escória que tem lá no bairro Santo Agostinho. Então, aqui... aquela questão ali... é uma... é um resíduo muito grave (...) aquela montanha de resíduo é um perigo muito grande para todos nós, que moramos aqui, porque ela está muito próxima da margem do rio Paraíba do Sul, né? E se ela... se houver (Deus o livre) um desmonte ali, como aconteceu em Brumadinho, qualquer coisa desse gênero, iria se tornar um problema de saúde pública gravíssimo, porque vai entrar no rio Paraíba (que já é muito poluído, né?). (...) voltando à sua pergunta principal, a sociedade de Volta Redonda ela tem o direito de saber o que é que a CSN faz com a quantidade de resíduos que ela gera, e a gente não tem essa informação de forma universalizada, para toda a população. Ela é muito restrita, e ela... ela só é dada na medida que há uma cobrança. (Respondente 6).

7.3.43. Ações para Redução da Escória em VR

Descrição	Quantidade reduzida

A produção de aço gera escória, conforme Wimmer et al (2014), conforme citado anteriormente, para cada tonelada de aço produzido são gerados 400 kg de escória. Durante todas as entrevistas esta foi uma das maiores preocupações dos respondentes.

Assim, a proposta deste indicador é quantificar a redução da escória gerada em Volta Redonda. A empresa deve informar quais são as ações que tem realizado para essa redução e o resultado alcançado, mostrando a quantidade reduzida. O indicador atende aos respondentes, conforme o relato adiante:

os resíduos gerados pelo seu produto, o que acontece com eles? A gente sabe a CSN exportou não sei quanto, legal, mas e daí não sobrou nada? Não existe resíduo? Se existe o que é feito dele? Uma das coisas que eu sei que sobra é (...) que continua dando problema até hoje, que tem aquela barreira lá, eles fizeram aquela barragem lá, em relação ao resíduo lá ... a escória. Daí a gente sabe que tendo problema lá, mas e o restante da escoria? o que eles têm feito com ela? Continua jogando lá ou estão jogando em outro lugar? (Respondente 11).

7.3.44. Ações de Reciclagem e Reutilização em VR no ano

Tipo de Material	Quantidade de Reciclados	Quantidade de Reutilizados	Quantidade de Descartados	Destino dos Resíduos
Máscaras descartáveis				
Plásticos				
Papel				
Papelão				
Material de escritório				
Outros. Quais?				

A função deste indicador é avaliar as ações de reciclagem e reutilização. Para tal, a empresa deve informar a quantidade de material reciclado, reutilizado e descartado, bem como o destino dos resíduos, em Volta Redonda. Caso tenham outro tipo de material que não esteja relacionado no indicador, a empresa deve informar qual é o tipo de material. O indicador atende a solicitação dos respondentes, conforme o seguinte relato:

Eu acho que uma outra coisa que a CSN precisava de assumir é com relação às cooperativas de resíduos sólidos, né? Nós temos três cooperativas aqui (...) E a CSN e não participa. Nada é cobrado da CSN nesse sentido. Quer dizer, a expansão de cooperativas populares (de resíduos sólidos) mesmo, seria uma coisa que assim... ele poderia investir com muita, com muita, precisão, né? (Respondente 4).

7.3.45. Armazenamento de Substâncias Tóxicas e Radioativas em VR por ano

Substâncias Tóxicas	Quantidade	Local de Armazenamento
Substâncias Radioativas	Quantidade	Local de Armazenamento

Este indicador mostra a quantidade de substâncias tóxicas e radioativas, bem como o local de armazenamento dentro da empresa em Volta Redonda. O indicador foi gerado a partir das preocupações dos respondentes, conforme relatos a seguir:

É uma informação interessante, porque às vezes elas (substâncias perigosas) podem estar armazenadas em locais [...] que podem até prejudicar quem tá por perto. Eu acho que informar onde elas estão seria interessante, até para evitar moradias perto, se for o caso, né? dependendo de onde for, acho interessante também colocar. (Respondente 8).

7.3.46. Emissão de Poluentes Atmosféricos em VR por ano

Descrição	Quantidade
Emissões Pontuais por tipo	
Emissões Fugitivas por tipo	
Caminhões/veículos pesados	

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA através da Resolução nº 382 define emissão como o lançamento na atmosfera de qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa, que pode ocorrer como emissão fugitiva ou pontual. A emissão fugitiva ocorre com o “lançamento difuso efetuado por uma fonte desprovida de dispositivo projetado para dirigir ou controlar seu fluxo”. Já a emissão pontual é efetuado por uma fonte provida de dispositivo para dirigir ou controlar seu fluxo, como dutos e chaminés (BRASIL, 2006). Como citado anteriormente, as emissões decorrentes dos processos metalúrgicos podem prejudicar a saúde da população (SANTOS *et al*, 2019).

A maior demanda apurada nas entrevistas deste trabalho, foi sobre a poluição atmosférica. Todos os respondentes fizeram diversos relatos sobre o impacto que a poluição tem em suas vidas, conforme pode ser observado nas passagens adiante. Portanto, este indicador vem suprir a necessidade de informação para a comunidade, avaliando as emissões pontuais e fugitivas, bem como as emissões referentes aos caminhões e veículos pesados utilizados pela empresa em suas operações em VR.

Enquanto cidadão, o maior problema que eu sinto é a poluição, as narinas, e não sou eu né? E são reclamos da comunidade, e a gente tem a saúde diferenciada por conta da quantidade de pó que é jogada né, na... nos lares, nas cabeças dos trabalhadores e não trabalhadores da empresa. (Respondente 3).

Com relação ao que ela produz em termos de... de poluição do ar, é monstruoso. Isso dá para perceber bastante, porque Volta Redonda é uma das cidades do Estado do Rio que mais tem problemas respiratórios, né? (Respondente 4).

Tem vez que acontece alguma coisa lá, a gente corre para ver o que que tá acontecendo, tem que tá bebendo água, porque o gás [manifestação em relação a poluentes] é tanto que a gente não aguenta. É muito triste (Respondente 5).

7.3.47. Ações de Combate à Poluição em VR por ano

Tipo de Poluição	Ações de Combate
Atmosférica	
Hídrica	
Solo	
Sonora	

Na indústria siderúrgica, em todo o processo de produção do aço há a emissão de resíduos gasosos, altamente poluidores que afetam a saúde da população, além da fauna e flora da região (WILLIAMS, 2005; SOARES, 2011; OLMEZ *et al*, 2016). Faltam informações nos relatórios sociais e ambientais das empresas sobre a poluição causada pelas suas operações e suas ações de combate, o que os torna mais peças de marketing, negligenciando assim a qualidade da informação e demonstrando o descaso com os usuários (JENKINS; YAKOVLEVA, 2006; HAHN; KÜHNEN, 2013, BEBBINGTON; LARRINAGA, 2014; KINGSTON *et al*, 2019). Desta forma, este indicador tem a função de melhorar a qualidade da informação dos citados relatórios e complementa o indicador anterior, já que avalia as ações de combate aos diversos tipos de poluição causados pelas operações da empresa em VR. Caso não tenha realizado nenhuma ação a empresa deve informar no respectivo tipo de poluição do indicador. Como citado anteriormente esta foi uma das maiores preocupações dos respondentes, conforme as passagens anteriores e o relato adiante.

Muito importante, porque eu moro perto da CSN, e uma vez ou outra, aparece uma poeira danada que é a poluição, né? Uma fumaça... eu moro praticamente em frente a CSN, então nós sofremos muito com essa poluição, esse gás que solta. Toda a situação que envolve CSN, que prejudica os trabalhadores, nós também, moradores, sofremos com

isso. Ah seria muito bom, né?(ter redução da poluição) (Respondente 5).

7.3.48. Trânsito de Caminhões e Veículos Pesados por Portaria

Portarias	Quantidade de Caminhões/Veículos Pesados
P1	
P2	
P3	

Este indicador deve mostrar o fluxo de caminhões e veículos pesados nas portarias da empresa, indo ao encontro da preocupação manifestada pelos respondentes conforme o seguinte relato:

E o trânsito também fica muito pesado e muito mais perigoso. Então, nós temos essa questão também da mobilidade urbana que é afetada com grande fluxo de caminhões, né? Que vem aqui, transitam na... no... no centro da nossa cidade, porque a CSN ela tá no centro de Volta Redonda... na região central (Respondente 1).

7.3.49. Tabela da Medição da Poluição Sonora em VR por ano e o Limite OMS

Poluição Sonora			
USINA	Medida	Classificação	Limite OMS
Caminhões e/ou Veículos Pesados por portarias	Medida	Classificação	Limite OMS

Este indicador avalia a evolução da poluição sonora comparando a medição em VR com o limite estipulado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Esta foi uma das preocupações dos respondentes, conforme relato a seguir:

É o barulho, né? A poluição sonora e a gente não sabe de fato, da onde vem, como vem e o que realmente causa à população e aos trabalhadores, em especial que trabalha dentro da usina. (Respondente 7).

Poluição sonora. Então são coisas que a gente deve atentar para isso, que muitas vezes a poluição sonora, ela vai tanto assim... que ela vai, a gente passa a nem perceber a poluição, que tá prejudicando a população. (Respondente 9).

7.3.50. Tabela da Medição da Poluição Atmosférica em VR por ano e o Limite OMS

Poluição Atmosférica			
Bairro em VR	Medida	Classificação	Limite OMS

A proposta deste indicador é avaliar a qualidade do ar comparando a classificação e o limite estipulado pela OMS. Cabe ressaltar que a medição não deverá ser feita pela empresa. Assim ao preencher este indicador a empresa deve informar qual entidade realizou a medição e a data em que foi feita. Tal preocupação pode ser observada no relato abaixo:

Olha, essa questão é [...] mais um pedido, né? Que a... que a medição da poluição de Volta Redonda não fosse feita pela CSN, e sim por outra... por outro caminho, entendeu? Que não fosse a própria empresa que polui que faz a medição do ar (Respondente 1).

7.3.51. Investimento em Manutenção das Unidades de Conservação em VR

Ações	Valor (R\$)

Este indicador descreve as ações e o valor do investimento realizado pela empresa em manutenção das unidades de conservação. A solicitação pode ser observada no relato abaixo:

A gente tem notícias de caça, dentro da unidade de preservação é... Também a questão de caça de passarinhos, não para matar, mas para vender, então assim, falta.. só que a gente não tem estudo nenhum a gente sabe, por exemplo, a CSN tem um policiamento da CSN a gente não sabe se está sendo feita apreensão, quantas apreensões são feitas por ano, assim, a gente não tem informação nenhuma nesse sentido sabe? Se tem um programa de fato e é feito, ou se não. (Respondente 10).

7.3.52. Evolução da Fauna e Flora na Floresta da Cicuta

Espécies de Fauna	Quantidade encontrada na Floresta da Cicuta				
	2018	2019	2020	2021	2022
Espécies de Flora	2018	2019	2020	2021	2022

A função deste indicador é avaliar a evolução das espécies na Floresta da Cicuta, em VR. A empresa deve informar quais foram encontradas na referida área, nos últimos cinco anos. A preocupação pode ser observada no relato abaixo:

Nós temos a Floresta da Cicuta que foi uma luta muito grande para que a população também pudesse é... tá cobrando que a Cicuta fosse uma reserva Florestal em Volta Redonda. (Respondente 1).

O que a gente tem de biodiversidade ali dentro? É... o que a gente tem de animais que estão, principalmente, aqui nessa região. (Respondente 10).

Qual o impacto eles têm mensurado ao longo dos anos? Por exemplo: A usina ... eles tem mais de 50 anos da usina aqui, é importante talvez você ter um histórico, olha há 10 anos atrás encontrava esta espécie (fauna e flora) aqui, hoje eu não encontro mais, o que que aconteceu? É a poluição sonora? É um crescimento da cidade? Pode ser que não tenha a ver com a CSN diretamente, mas assim, a gente precisa ter um mapeamento e entender o que está acontecendo, tanto com as espécies animais quanto vegetais porque com certeza né, com tudo que a gente vê ao redor do mundo e outras publicações de outros lugares tem um impacto (Respondente 10).

7.3.53. Ações de Proteção e Conservação do Meio Ambiente em VR

Descrição	Qtde de pessoas atendidas	Área atendida

Como o setor siderúrgico é altamente poluidor em todo o processo de produção, o impacto ao meio ambiente é grande (OLMEZ *et al*, 2016; REN; YANG; BAI, 2017). Sendo assim, neste indicador a empresa deve relacionar as ações de proteção e conservação do meio ambiente que realizou, ao longo do ano, em VR, bem como a área e quantidade de pessoas atendidas. O indicador atende às solicitações dos respondentes, conforme ilustra o relato a seguir:

Os acidentes ambientais no meu modo de ver, eles são invisíveis, porque eles não... eles não acontecem como uma catástrofe, mas eles... ele acontece paulatinamente. É destruindo o meio ambiente e adoecendo as pessoas (Respondente 4).

Ela (CSN) precisa ter uma política em relação à questão ambiental para essa cidade, entendeu? E a população precisa saber que ela tem direito a dialogar com a CSN sobre isso, porque a política ambiental nessa cidade, do jeito que nós estamos indo, com escassez de recurso hídrico que atinge inclusive lá, o nascedouro do rio Paraíba do Sul, né? Tá atingindo todos nós. Isso é uma questão grave e urgente, dada as condições que se faz o uso da água aqui, no município, e que não vai afetar só a gente, eu não tô pensando somente em Volta Redonda não. Tô pensando em todo mundo que é beneficiada pelo recurso hídrico que tá quase morto, inclusive no Rio de Janeiro (Respondente 6).

7.3.54. Valor Pago a Fornecedores por Produtos em VR, por ano

Produtos	Compras em VR (R\$)	% Compras em VR	Compras Totais (R\$)
Materiais de escritório			
Ferramentas			
Mobiliários			
Combustível			
EPIs			
Outros			

A função deste indicador é avaliar o percentual dos valores pagos aos fornecedores em relação às compras totais de alguns produtos utilizados pela empresa. Caso haja outros produtos que não estejam contemplados na relação do indicador, a empresa deve informar quais são e os respectivos valores. Desta forma, a comunidade pode saber se a empresa estimula o comércio local, conforme pode ser observado nos relatos abaixo:

Então para gente é... esses dados são muito importantes E se puder levantar e... e mostrar em gráfico, né? O tanto que ela lucra e o tanto que ela investe nas pessoas aqui... no... nas empresas de Volta Redonda, é muito importante, porque nós temos uma grande tristeza... porque a gente sabe que uma boa parte vai para São Paulo. (Respondente 1).

Ah, eu acho importante [saber se a CSN contrata fornecedores locais] porque se ela é daqui da nossa região, ela tem que dar chance para quem é daqui também, entendeu? Porque aí, cresce todo mundo junto. Cresce tanto a CSN, quanto os próprios fornecedores daqui. Eu acho que é uma chance que ela tem que dar para a população, para a própria população. Porque aí, um gira em torno do outro. (Respondente 8).

A CSN consome muito, muitos recursos. É... muitos dos quais talvez ela seja capaz de adquirir na própria região né então assim o que que ela consome hoje de setores na região? É a gente vamos partir para serviços é.. matéria-prima, matéria-prima é muito complexo, porque é muito específica, mas assim materiais indiretos, ferramenta, mobiliário...é... combustível, enfim, uma série de outras coisas... eletrônico é... EPI enfim, quanto disso provém da região? (Respondente 10).

7.3.55. Distribuição de Produtos por Segmento

Descrição	Em Volta Redonda R\$	Outros R\$
Produção Brasil		
Produção Exterior	Em Volta Redonda R\$	Outros R\$

A função deste indicador é mensurar em reais a produção da empresa dividida entre o mercado no Brasil e o que ela exporta, separando a produção que teve origem em Volta Redonda e das outras unidades da empresa em outros municípios. Atendendo, assim, a solicitação dos respondentes, conforme relatos adiante:

Então... é... a participação dos produtos é... e eu acho que é... era uma informação interessante, né? Até para saber é... exata noção do que é a exportação dela, e o que é que fica aqui no Brasil. (Respondente 4).

A gente encontra no meio da estrada caminhão da CSN com material, produto. Ela vende muito. Ela vende muito essa... essa linha de trem aí, leva cada... cada coisa para fora até do Brasil, entendeu? Ela vende muito. É... a produção da CSN não é brincadeira não. É grandiosa. Mas é... para informação à população não tem, né? (Respondente 5).

É... até para os próprios trabalhadores, né? Você traz uma questão que eu fiquei a pensar agora, será que os trabalhadores sabem para onde vai o fruto do seu trabalho? A peça que ele produz lá... bobinas inteiras que sai dentro da sessão que ele falou, que às vezes são 15 toneladas, 30 toneladas, né? Será que ele sabe para onde vai. (Respondente 6).

7.3.56. Produção e Participação no Mercado por Linha de Produtos no Brasil

Descrição	2018			2019			2020			2021			2022		
	% Participação no mercado	Faturamento	Lucro	%Partic	Fatur.	Lucro									
Produtos															

Para este indicador a empresa deve informar para cada linha de produto fabricado o percentual de participação no mercado brasileiro, o faturamento e o lucro obtido nos últimos cinco anos. Este indicador atende aos seguintes relatos dos participantes:

Eu acho importante (saber a participação dos produtos produzidos por Volta Redonda no mercado brasileiro por segmento), porque a própria população de Volta Redonda vai saber, né? Vai ter assim... vai saber para onde que tá indo, né? O que... o que está fazendo. Porque muita gente até tem as coisas que vem da CSN, mas nem sabe que veio da CSN, né? Não tem nem noção que para chegar aqui, na casa da gente, saiu de lá. Que compra lá não sei aonde, aí vem, mas não tem noção nenhuma, né? Então eu acho importante. (Respondente 8).

A CSN atende hoje muito forte na região também o mercado automotivo, então a cada tantos carros produzidos no Brasil, tantos carros usam o aço da CSN (Respondente 10).

7.3.57. Distribuição dos Impostos Pagos x Faturamento por ano

Impostos	Município VR	Estado	Federal	Faturamento

O indicador deve mostrar a relação dos impostos pagos para o município de VR, para o Estado do Rio de Janeiro e para o governo Federal, em reais, por ano. O relato a seguir serve como ilustração desta demanda por parte dos respondentes:

Ela lucrou 5 bilhões então com certeza ela faturou mais de 5 bilhões, mas quanto do que ela faturou ficou aqui em tributos? Por exemplo, a própria prefeitura né... usar e tal. A gente não... não sabe, eu acho que, principalmente essa questão de tributos, salário... né? (Respondente 10).

7.3.58. Dívidas Tributárias da CSN Prefeitura, Estado e Governo por Impostos no ano

Impostos	2022
Prefeitura VR	Valor
Estado RJ	Valor
Governo Federal	Valor

O indicador deve apresentar a relação dos impostos e valores devidos no ano separados pela origem municipal, estado ou federal. Desta forma atende à solicitação dos respondentes:

os valores pagos, por que isso também a gente não tem conhecimento. Era uma forma da gente... é... do povo se apropriar do que a CSN paga diretamente para a prefeitura. E além disso, de como que é feito esse pagamento? Quais são, como que é parcelado? E qual é a dívida da CSN com o município? Seria muito importante para a gente (Respondente 4).

Segundo Azapagic (2004) o pré-requisito para o desenvolvimento de um conjunto apropriado e significativo de indicadores é através dos anseios das partes interessadas relevantes. Neste sentido, estes 58 indicadores propostos neste trabalho refletem as preocupações das pessoas da comunidade local com os problemas reais, ocasionados pelas atividades da empresa CSN, tais como: a escória, praticamente, às margens do Rio Paraíba do Sul; a contaminação da água; a poluição do ar; os problemas de saúde dos moradores, decorrentes desta poluição, em Volta Redonda.

Enfim, estes indicadores foram elaborados a partir dos relatos comoventes, como por exemplo: “eu, como eu moro aqui, no meio desse... dessa poluição toda, que ela causa na minha vida há muitos anos, eu pediria para ela (CSN) ter um olhar melhor sobre a poluição. Porque nós sofremos com isso aqui” (Respondente 5).

7.4. Processo para Implementação de uma Abordagem Dialógica de Informações Socioambientais

O capítulo Metodologia aborda com detalhes todo o processo desde a elaboração do texto de abertura para o início da entrevista, do roteiro das entrevistas elaborado para o grupo focal e para entrevistas individuais, até as perguntas chaves e de desenvolvimento, que serviram para estimular os respondentes foram distribuídas em cinco blocos (1. equilíbrio ambiental; 2. categoria conquista da dignidade social; 3. busca à inclusão; 4. categoria emancipação econômica; 5. categoria geral) relacionados às demandas socioambientais da comunidade.

- 7.4.1. Identificar a arena de conflito, a identificação dos atores envolvidos e levando a uma construção da realidade.
- 7.4.2. Precisar quais são os movimentos sociais não empoderados
- 7.4.3. Coletar as vozes que se encontram excluídos
- 7.4.4. Analisar e categorizar a fala dos movimentos
- 7.4.5. Preparar os indicadores com base nas unidades de informação
- 7.4.6. Consultar continuamente a comunidade para aprimoramento dos indicadores.

7.5. Fomentação de canais de comunicação entre a comunidade e a administração da empresa

7.6. Propor um Plano de Interação Dialógica

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios sociais e ambientais ainda não são obrigatórios para todas as empresas e não são submetidos ao processo de auditoria, portanto, geram dúvidas quanto ao seu conteúdo, já que os gestores podem escolher quais informações divulgar interferindo na qualidade e transparência dos relatórios (BEBBINGTON; LARRINAGA, 2014). Nesse sentido, uma questão relevante é a de que as pessoas que deveriam fazer parte da elaboração desses relatórios sequer têm conhecimento deles. Essa assimetria de poder entre grupos dominantes e aqueles que buscam informações contábeis é preocupante, porque uma voz importante foi deixada de fora: a da comunidade local.

As formas tradicionais de contabilidade que salientam as perspectivas do mercado de capitais e dos acionistas, acabam por promover políticas neoliberais, mas esquecem o sentido democrático de participação (BROWN; DILLARD, 2015; KINGSTON *et al*, 2019).

Assim, como forma de abdicar dessa abordagem monológica tradicional da contabilidade e buscar o aumento da participação democrática, uma abordagem dialógica que convoca e acolhe a heterogeneidade e repele a ideia de uma narrativa universal (BROWN, 2009), possibilitando os processos participativos que conciliam as posições opostas, possibilitando uma mudança social, reduzindo a assimetria de poder e, principalmente, dando voz às partes interessadas excluídas pelas construções neoliberais tradicionais (BROWN; DILLARD, 2015b; DILLARD; YUTHAS; BAUDOT, 2016; KINGSTON *et al*, 2019).

Para Donaldson e Preston (1995) a Teoria dos *Stakeholders* pode ser utilizada para identificar as conexões existentes entre empresas e seus *stakeholders*, porém no caso da CSN e a comunidade local faltam conexões, pois a empresa ignora a existência destes *stakeholders*. Esses atores também são ignorados pela contabilidade monológica, permanecendo oprimidos pelas premissas do capitalismo, subestimando os valores sociais e negando voz a perspectivas alternativas (BROWN, 2009), assim, impossibilitando uma reconstrução da realidade social de grupos marginalizados pela própria Contabilidade (BLACKBURN *et al*, 2014; BROWN; DILLARD, 2015b; TANIMA; BROWN, 2016).

Para mudar este cenário, a contabilidade dialógica busca reconhecer as posições ideológicas divergentes dos diversos atores sociais, que são desconsiderados pela

contabilidade dominante (BROWN, DILLARD, 2015b). Para Gray, Dillard e Spence (2013) é através da academia que os relatórios sociais e ambientais podem ser atualizados para que incluam os interesses de grupos específicos, como por exemplo, as comunidades locais, os pobres e/ou excluídos, os empregados e desempregados.

O objetivo geral desta tese foi o de desenvolver uma metodologia que permita a criação de uma abordagem dialógica de informações socioambientais que vão ao encontro dos anseios das comunidades do entorno de organizações industriais.

Quanto ao primeiro objetivo específico desenvolver informações socioambientais complementares direcionadas à comunidade do entorno da usina Presidente Vargas (UPV) da CSN, localizada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Como resultado da análise das entrevistas realizadas com representantes dos movimentos sociais de Volta Redonda/RJ, foram elaborados 58 indicadores socioambientais.

O resultado mostrou a maior preocupação dos respondentes da comunidade local é a poluição atmosférica causada pelas atividades operacionais da Usina Presidente Vargas, da CSN. Ficou claro que o maior anseio dos respondentes é a redução na emissão de poluentes. A segunda maior demanda está relacionada a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da empresa e da comunidade local.

Quanto ao segundo objetivo específico, fomentar canais de comunicação envolvendo a comunidade e a administração da usina, buscando a perenização do diálogo entre as partes encontra-se em construção, com o agendamento da próxima reunião para a criação da comissão que participará dos encontros com a empresa. De forma, que sejam criadas as conexões entre a empresa e a comunidade local, dando força e poder para os mais afetados pelas atividades da empresa. Cabe lembrar, que muitas pessoas não aceitaram participar da pesquisa devido ao receio de se expor e acabarem sendo prejudicadas ou ainda prejudicar parentes na CSN.

O terceiro objetivo específico, propor um plano de interação dialógica que permita o oferecimento de informações úteis à comunidade do entorno, foi atendido parcialmente, já que este processo está no início do diálogo com as partes envolvidas. Assim, espera-se que os indicadores resultantes desta pesquisa possam dar início ao processo dialógico de avaliação e mudança na CSN de forma a atender às demandas da comunidade local.

Esta tese coloca luz sobre o cenário da participação democrática das comunidades locais na elaboração dos relatórios socioambientais, uma vez que foi possível identificar empiricamente as demandas da comunidade local e possibilitar a construção de um caminho de diálogo, visando alinhar o interesse comum dos extremos – empresas e

comunidade, de um lado o lucro e do outro o ganho social. Assim, o que se espera com os indicadores resultantes desta análise é fomentar o início de um processo dialógico de avaliação e mudança na CSN de forma a atender às demandas da comunidade local.

A presente pesquisa contribui também para o estudo a respeito de modelos de relatórios de informações socioambientais levantando as vantagens e desvantagens de cada modelo. Os resultados desta pesquisa são relevantes para os órgãos reguladores como CFC, IASB, CVM por mostrar as demandas da comunidade local que podem ser incorporados aos relatórios e às demonstrações contábeis. Os resultados deste estudo são relevantes também para as empresas, já que as descobertas e as demandas da comunidade local podem ser incorporadas aos seus relatórios sociais e ambientais e às suas demonstrações contábeis.

Para futuras pesquisas sugere-se a aplicação da metodologia em outra comunidade do entorno de outras organizações industriais, podendo ser alterado o método de coleta para grupo focal se as condições permitirem.

Cabe ressaltar que pretende-se dar continuidade ao objetivo específico de estimular canais de comunicação envolvendo a comunidade e a administração da usina, buscando a perenização do diálogos entre as partes. Ou seja, a universidade, a empresa e a comunidade trabalhando na democratização das informações sociais e ambientais, bem como na melhoria da qualidade nos relatórios socioambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, N.R.; BALDANZA, R.F.; GONDIM, S. M. G.. Os Grupos Focais On-Line: das Reflexões Conceituais à Aplicação em Ambiente Virtual. **Journal of Information Systems and Technology Management**. Vol. 6, No. 1, p. 05-24, 2009.

ADAMS, C.; WHELAN, G.. Conceptualising future change in corporate sustainability reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 22(1), 118-143, 2009.

ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

AHMED, A.H.; ELIWA, Y.; POWER, D.M. The Impact of Corporate Social and Environmental Practices on The Cost of Equity Capital: UK Evidence. **International Journal of Accounting and Information Management** 27 (3): 425-441, 2019.

ALIGLERI, L.M. A Adoção de Ferramentas de Gestão para a Sustentabilidade e a Sua Relação com os Princípios Ecológicos nas Empresas. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, 2011. 170 p.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5, 2007, São Paulo. **Anais... São Paulo: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2007. p. 1-13.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. 2015.

ANGOTTI, M.. Full Cost Accounting e Contabilidade Dialógica aplicados para avaliação da sustentabilidade da indústria de extração mineral em Congonhas (MG). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. 198 p.

ANGOTTI, M.; FERREIRA, A. C. S.; EUGÉNIO, T. C. P. Contabilidade Dialógica: uma abordagem participativa e democrática para elaboração e assimilação das informações contábeis. In: XVII GRUDIS Conference e Doctoral Colloquium. **Anais...Porto, Portugal: 2018**.

ANTWEILER, W. Lessons from the Mount Polley mine tailings spill. *Werner's Blog Opinion, Analysis, Commentary*. 2014. Disponível em: <http://wernerantweiler.ca/blog.php?item=2014-08-08>.

ARMSTRONG, J. S.. Social irresponsibility in management. *Journal of Business Research*. V. 5, Issue 3, Pages 185-213. 1977.

ASHLEY, P.A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

AZAPAGIC, A. Developing a framework for sustainable development indicators for the mining and minerals industry. *Journal of Cleaner Production*. V.12. p. 639-662. 2004.

- BAKER, C.R.; BETTNER, M.S.. Interpretive And Critical Research In Accounting : A Commentary On Its Absence From Mainstream Accounting Research. *Critical Perspectives on Accounting*, 8, 293-310, 1997.
- BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J.E.R. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável - da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009. 230 p.
- BARONE, E.; RANAMAGAR, N.; SOLOMON, J.. A Habermasian model of stakeholder (non)engagement and corporate (ir)responsibility reporting. *Accounting Forum*, 37(3), 163-181, 2013.
- BARRETT, D.; TWYXCROSS, A. Data collection in qualitative research. *Evidence-Based Nursing. BMJ Journals*, vol.21, Issue 3, 63-64. 2018.
- BARSKY, Robert F. **Noam Chomsky**: A vida de um dissidente. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- BAUMGARTNER, R. J.; EBNER, D. Corporate Sustainability Strategies: Sustainability Profiles and Maturity Levels. *Sustainable Development*. Vol. 18, p. 76-89, 2010.
- BEBBINGTON, J.; BROWN, J.; FRAME, B.; THOMSON, I. Theorizing engagement: the potential of a critical dialogic approach. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20 Issue: 3, pp.356-381, 2007.
- BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C. Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*. Vol. 39. pp. 395–413. 2014.
- BECKER, Maria Lúcia. Mídia alternativa: antiempresarial, anti-industrial, anticapitalista?. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2007. p. 1-15.
- BELLUCCI, M.; SIMONI, L.; ACUTI, D.; MANETTI, G.. Stakeholder engagement and dialogic accounting: Empirical evidence in sustainability reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 32 No. 5, pp. 1467-1499, 2019.
- BELLUCCI, M.; BIAGI, S.; MANETTI, G.. Dialogic accounting and stakeholder engagement through social media: the case of top-ranked universities. *The Review of Higher Education*, Vol. 42, No. 3, pp. 1145-1184, 2018.
- BLACKBURN, N.; BROWN, J.; DILLARD, J.; HOOPER, V. A dialogical framing of AIS-SEA design. *International Journal of Accounting Information Systems* 15, 83-101, 2014.
- BLOOR, M., FRANKLAND, J., THOMAS, M., ROBSON, K.. *Focus Group in Social Research*. London: Sage, 2002. 107p.

- BONELLI, V.V. Sustentabilidade sob o enfoque da inovação e da melhoria contínua. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. 163 p.
- BONELLI, V.V.; ALVES, P.R. Informação e Controle de Custos Ambientais Para o Desenvolvimento Sustentável: Enfoque na Inovação Aberta. In: Congresso Brasileiro de Custos, 25, Anais ... Vitória: CBC, 2018.
- BOUTEN, L.; EVERAERT, P.; LIEDEKERKEB, L.V.; MOOR, L.D.; CHRISTIAENS, J. Corporate social responsibility reporting: a comprehensive picture? Accounting Forum. V. 35. Nº 3. p. 187-204. 2011.
- BRAGA, A.; BÖHM, G.M.; PEREIRA, L.A.A.; SALDIVA, P. Poluição atmosférica e saúde humana. Revista USP. n.51. p. 58-71. 2001.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA 237/97. Disponível em <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em 09 set. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA no 382, de 26 de dezembro de 2006. Disponível em http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=510. Acesso em 09 set. 2018.
- BRICKSON, S. L. Organizational Identity Orientation: Forging a Link between Organizational Identity and Organizations' Relations with Stakeholders. Administrative Science Quarterly, v. 50, p. 576-609, 2005.
- BROWN, J. Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: Taking pluralism seriously. Critical Perspectives on Accounting 20, 313-342. 2009.
- BROWN, J.; DILLARD, J.. Dialogic Accountings for Stakeholders: On Opening Up and Closing Down Participatory Governance. Journal of Management Studies 52:7 November 2015a.
- BROWN, J.; DILLARD, J. Opening Accounting to Critical Scrutiny: Towards Dialogic Accounting for Policy Analysis and Democracy. Journal of Comparative Policy Analysis, v. 17, n. 3, p. 247-268, 2015b.
- CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. Business & Society, Vol. 38, No. 3, 268-295, 1999.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. Business Horizons, 34(4), 39-48. 1991.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M.. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas. *Pensar Contábil*, v. 9, 38, 2007.

CASSALI, N.K. Desastres Ambientais: regulação e métodos de compensação. *Revista de Direito da Empresa e dos Negócios*. v. 1, n. 2. 2017. p. 107-126.

CFC, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.003/04. NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004.

CFC, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Ata CFC n.º 1.035. NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHEN, C.H.; HSIAO, C.M.. Can International Standards Discriminate the Corporate Social Responsibility/Irresponsibility? Empirical Evidence from Taiwan *Journal of Business and Management Sciences*, vol. 8, n.1, 28-37, 2020.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: Propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CINTRA, Y.C. A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2011. 198 p.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSONNI, D.; PESATORI, A.C.; ZOCCHETTI, C.; SINDACO, R.; D'ORO, L.C.; RUBAGOTTI, M. ; BERTAZZI, P.A.. Mortality in a population exposed to dioxin after the Seveso, Italy, accident in 1976: 25 years of follow-up. *American Journal of Epidemiology*. Vol.167. nº 7. 2008.

COSTA, Edwaldo. **Meia culpa**: O Globo e a ditadura militar. Florianópolis, Insular, 2015.

COUGHLAN, P.; COUGHLAN, D.. Action research for operations management. *International Journal of Operations & Production Management*. Vol. 22 No. 2, pp. 220-240. 2002.

- CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2). Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Novembro, 2019. Disponível em [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf).
- CROTTY, M. The foundations of social research: meaning and perspective in the research process. London: Sage, 1998.
- DANTAS, M.E.C. Da Função social da propriedade à função social da posse exercida pelo proprietário, Revista Senado, ano 52, n. 205. 2015.
- DAVID, A.R.; OTT, E.. Balanço Social: Uma Análise das Informações Evidenciadas pelas Empresas. Anais do 27º Enanpad. Atibaia: 2003. Texto em CD-ROM.
- DAVIS, K. The case for and against business assumption of social responsibilities. The Academy of Management Journal. Vol. 16, No. 2. 1973. pp. 312-322.
- DE MARCHI, B.; FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. Seveso: a Paradoxical Classic Disaster. In Tokyo, The Long Road to Recovery: Community Responses to Industrial Disaster, ed. Mitchell, JAMES, K. 1996.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- DEMAJOROVIC, J. Responsabilidade Socioambiental Corporativa. In: Instituto Socioambiental (ISA): Almanaque Brasil Socioambiental; São Paulo: ISA, 2008.
- DENZIN, N. K. Investigação Qualitativa Crítica. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan/abr, 2018.
- DILLARD, J. F.; YUTHAS, K.; BAUDOT, L. Dialogic framing of accounting information systems in social and environmental accounting domains: Lessons from, and for, microfinance. International Journal of Accounting Information Systems, v. 23, p. 14-27, 2016.
- DILLARD, J.; VINNARI, E.. Critical dialogical accountability: From accounting-based accountability to accountability-based accounting. Critical Perspectives on Accounting 62, pages 16-38, 2019.
- DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. Revista de Administração de Empresas. RAE V. 34, nº 2, mar/abr, 1994.
- DONALDSON, T.; PRESTON, L.E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. Academy of Management Review, v. 20, n. 1, 65-91. 1995.
- DRUCKER, P. F. Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Publifolha, 1999.
- DUBBINK, W.; GRAAFLAND, J.; VAN LIEDEKERKE, L.. CSR, transparency and the role of intermediate organisations. Journal of Business Ethics, 82, 391-406, 2008.
- DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- EBRAHIM, A.. Accountability myopia: losing sight of organizational learning. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Vol. 34 No. 1, pp. 56-87, 2005.
- ELKINGTON, J. Accounting For The Triple Bottom Line. *Measuring Business Excellence*, Vol. 2 Issue: 3, pp.18-22, 1998.
- ESQUERDA DIÁRIO. **Quem somos?**. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Rede-Internacional/#somos>. Acesso em: 25/03/2021.
- ETHOS, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis. Ciclo 2018/2019. Disponível em <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores-ethos-publicacoes/#.XWBiX-NKjIW>
- EVAN, W. M.; FREEMAN, R. E.. A stakeholder theory of the modern corporation: Kantian capitalism. In T. Beauchamp & N. Bowie (Eds.), *Ethical theory and business*: 75-93. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. 1988.
- FAIRCLOUGH, N.. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FALLER, C.M.; KNYPHAUSEN-AUFSEß, D.Z. Does Equity Ownership Matter for Corporate Social Responsibility? A Literature Review of Theories and Recent Empirical Findings. *Journal of Business Ethics*. V.150. I. 1. pp 15-40. 2018.
- FARIA, A.; SAUERBRONN, F.F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2008, vol.42, n.1, pp.7-33.
- FOGARTY, T. J. Action Research in Accounting. In: Hoque, Parker, Covaleski, Haynes. *The Routledge Companion to Qualitative Accounting Research Methods*. Cap. 14, pp. 231-249, 2017.
- FREEMAN, R. E.. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.
- FREEMAN, R. E.. The stakeholder approach revisited. *Zeitschrift für Wirtschafts- und Unternehmensethik*, 5(3), 228-254, 2004.
- FREEMAN, R. E.; HARRISON, J. S.; WICKS, A. C.; PARMAR, B. L.; COLLE, S. *Stakeholder theory: the state of the art*. New York: Cambridge Press. 2010.
- FREEMAN, R. E.; McVEA, J. *A Stakeholder Approach to Strategic Management*. Darden Business School Working Paper No. 01-02. 2001.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: LTD, 2014. p. 236.
- GARCIA, S.; CINTRA, Y.C.; RIBEIRO, M.S.; DIBBERN, B.R.S. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. UFSC, Florianópolis, v. 12, n. 25, p.67-94, jan./abr. 2015.

- GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*. Vol.53(1). pp.51-71. 2004.
- GATTI, B. A.. Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília-DF: Liber, 2005.
- GAZZOLA, P.; MELLA. P.. Can CSR Influence Employees Satisfaction? *The Annals of the University of Oradea. Economic Sciences*. v. XXV, pp. 485-493, 2016.
- GEORGAKOPOULOS, G.; THOMSON, I.. Social reporting, engagements, controversies and conflict in na arena context. *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 21(8), 1116-1143, 2008.
- GIL, A. C. Como Elaborar Projeto de Pesquisa. 5 ed São Paulo: Atlas, 2010.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.
- GRAPPI, S.; ROMANI, S.; BAGOZZI, R.P.. Consumer response to corporate irresponsible behavior: Moral emotions and virtues. *Journal of Business Research*, v. 66, Issue 10, pp. 1814-1821, 2013.
- GRAY, D.E. *Doing Research in the Real World*. 3rd ed. London: Sage, 2014.
- GRAY, R. Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt? *Business Ethics: A European Review*. Vol. 10 Number 1, January, 2001.
- GRAY, R.; DILLARD, J.; SPENCE, C.. Pesquisa em contabilidade social como se o mundo importasse: um ensaio sobre nostalgia e um novo absurdismo. *Revista Contabilidade e Organizações*, 17, pp.120-133, 2013.
- GRI, Standards. GRI 413: Local Communities. 2016. Disponível em www.globalreporting.org/standards/.
- GRUENFELD, L.C. Aspectos Da Auditoria Independente Relacionados Com Informações e Relatórios de Sustentabilidade. Dissertação. Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP, 2010.
- GUARNERI, L. S.. A Contabilidade e o Desenvolvimento Sustentável: Um Enfoque nas Informações Contábeis, Sociais e Ambientais da Indústria Siderúrgica. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- GRUPO GLOBO. **História**. Disponível em: <https://robertomarinho.globo.com/hgg>. Acesso em: 02/05/2021.
- HABERMAS, Jurgen. **Do jornalismo literário aos meios de comunicação em massa**. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.

HACHIYA, N..The History and the Present of Minamata Disease - Entering the second half a century. JMAJ 49(3): 112-118, 2006.

HAHN, R.; KÜHNEN, M. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. Journal of Cleaner Production. Vol. 59. p. 5-21. 2013.

HAMILL, S.D. Unveiling a Museum, a Pennsylvania Town Remembers the Smog That Killed 20. The New York Times. Nov. 1, 2008. Disponível em <https://www.nytimes.com/2008/11/02/us/02smog.html>.

HAWKINS, J. E.. The practical utility and suitability of email interviews in qualitative research. The Qualitative Report, 23(2), 493-501. 2018.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público: Política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Futura, 2003.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN, D. J. (Org.). Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Unicamp, 2007. 240p.

HOPWOOD, A. G. Accounting and the environment. Accounting, Organizations and Society. V. 34. p. 433-439. 2009.

HOULIEZ, C.; GAMBLE, E.. Augmented Focus Groups: On Leveraging the Peculiarities of Online Virtual Worlds when Conducting In-World Focus Groups. Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research. vol 7, issue 2, 31-51. 2012.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Laudo Técnico Preliminar. Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. 2015. Disponível em https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Balanço Social. 2019a. Disponível em <https://ibase.br/pt/balanco-social/>.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Betinho, símbolo de cidadania. 2019b. Disponível em <https://ibase.br/pt/betinho>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). Divisão 24 Metalurgia. 2019. Disponível em <https://cnae.ibge.gov.br/?view=divisao&tipo=cnae&versao=9&divisao=24>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do município de Volta Redonda. 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/volta-redonda/panorama>.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Documento de Política nº 14. O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Brasília: IPEA, 1993. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf>.

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: exploring trends in social and environmental disclosure. *Journal of Cleaner Production*, 14, 271-284. 2006.

JOFFRE, O.; SIMON, E. Gestão e Práticas Socialmente Responsáveis na Cooperação Agrícola. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 52, n. 2. p. 193-203. 2012.

KIM, D.; NAM, Y.; KANG, S. An analysis of corporate environmental responsibility on the global corporate Web sites and their dialogic principles. *Public Relations Review*. V. 36 p. 285-288. 2010.

KIM, K.; KIM, M.; QIAN, C. Effects of Corporate Social Responsibility on Corporate Financial Performance: A Competitive-Action Perspective. *Journal of Management*. Vol. 44(3). pp.1097-1118. 2018.

KINDON, S.; PAIN, R.; KESBY, M.. *Participatory Action Research Approaches and Methods, Connecting People, Participation and Place*. London and New York, Routledge. 2007.

KINGSTON, K.L.; FURNEAUX, C., DE ZWAAN, L.; ALDERMAN, L.. From monologic to dialogic: Accountability of nonprofit organisations on beneficiaries' terms. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 33 No. 2, pp. 447-471, 2019.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KRUEGER, R.A.. *Focus groups: A practical guide for applied research* (2nd ed.). Thousand Oaks: Sage. 1994.

LANA, C.A.M.; BERNARDO, D.C.R.; NAZARETH, L.G.C.; MENDONÇA, L.G.C.. Um Estudo das Ações Para Divulgar e Consolidar o Balanço Social no Brasil. *Revista Gestão Organizacional*, v.4, n.2, 2011.

LANGE, D.; WASHBURN, N. T.. Understanding attributions of corporate social irresponsibility. *Academy of Management Review*, 37(2), 300-326, 2012.

LARRINAGA-GONZALEZ C; BEBBINGTON J. Accounting change or institutional appropriation? A case study of the implementation of environmental accounting. *Crit Perspect Account*. 12(3):269-92, 2001.

- LEAVY, P.. Qualitative Research Design. In: LEAVY. Research Design. London: Guilford Press, Cap. 5. 2017.
- LEE, J.W.; TAN, W.N. Global Corporate Citizenship: Cross-cultural Comparison of Best Practices in the Global Automotive Industry. *Journal of Asian Finance, Economics and Business*. Vol 6 N° 1, pp. 261-271. 2019.
- LEE, M. D. P. A review of the theories of corporate social responsibility: its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, v.10, n.1, p. 53-73, 2008.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In: Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior: 2013.
- LIN-HI, N.; MÜLLER, K..The bottom line of CSR: Preventing corporate social irresponsibility. *Journal of business research*, vol.66 (10), pp.1928-1936, October 2013.
- LINS, L. D. S.; SILVA, R. N. S.. Responsabilidade Socioambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 4(1), 2010.
- LODI, M. D. F.; THIOLENT, M. J. M.; SAUERBRONN, J. F. R. Uma Discussão Acerca do Uso da Pesquisa-Ação em Administração e Ciências Contábeis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 1, p. 57-68, 2018.
- LOPES, Mauro. **As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Orgs.). Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LYON, T. P.; MONTGOMERY, A. W.. Tweetjacked: The impact of social media on corporate greenwash. *Journal of business ethics*, 118(4), 747-757, 2013.
- MAAR, Wolfgang Leo. Educação e experiência em Adorno. **Contemporaneidade e Educação**, 1 (0): 63-74, set/1996.
- MACÍAS, H.; VELÁSQUEZ, S.. Avances de la contabilidad social y ambiental en su contexto original. *Contaduría Universidad de Antioquia*, 70, 13-41. 2017.
- MAHANA, H.; KHALIFA, R. Field interviews: process and analysis. In: Hoque, Parker, Covalski, Haynes. *The Routledge Companion to Qualitative Accounting Research Methods*. Cap. 19, pp. 321-338. 2018.
- MANZINI, E. J. . A Entrevista Na Pesquisa Social. *Didática (Marília)*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.
- MARINS, C. A utilização da abordagem holística em administração: um estudo interpretativo das práticas gerenciais das empresas integrantes do Novo Mercado da

Bolsa de Valores, mercadorias e futuros de São Paulo - BM&FBovespa - Brasil. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2015. 209 p.

MARSHALL, J. Rompimentos de barragens de rejeitos no Brasil e no Canadá: uma análise do comportamento corporativo. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 5, n. 1, pp. 27-46. 2017.

MARX, Karl. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Escritos sobre a Guerra Civil Americana**. Londrina/São Paulo: Aetia Editorial/Peleja, 2020.

MATOS, Olgária Chaim Feres. Indústria cultural e imaginação estética. In: SOARES, Jorge Coelho (Org.). **Escola de Frankfurt**: Inquietudes da razão e da emoção. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

MATOS, Olgária Chaim Feres. Para que filosofia?. **Contemporaneidade e Educação**, 1 (0): 22-26, set/1996.

MATTEN, D.; MOON, J. "Implicit" And "Explicit" CSR: A Conceptual Framework For A Comparative Understanding Of Corporate Social Responsibility. *Academy of Management Review*, Vol. 33, No. 2, 404-424. 2008.

MAXQDA. Spotlight Session: Análise Qualitativo de Dados com MAXQDA em 5 passos. Disponível em <https://www.maxqda.com/brasil>

MAY, T.. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZETTI, Henrique Moreira. Mídia alternativa para além da contra-informação. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2007. p. 1-15.

MCGUIRE, J. B.; SUNDGREN, A.; SCHNEEWEIS, T.. Corporate Social Responsibility and Firm Financial Performance. *The Academy of Management Journal*, v.31, n 4, pp. 854-872, 1988.

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, L. C.; CEI, N. G.. Evidenciação Ambiental Segundo A NBC T 15: Uma Análise em Quatro Empresas do Setor de Energia Elétrica de 2006 A 2014. *Redeca*, v.3, n.2, p. 93-109, 2016.

MINAYO, M.C.S. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Vol. 33 (1 Supl. 1) pag.83-91. 2009.

- MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Towards a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. *Academy of Management Review*. Vol. 22. Nº 4. pp.853-886. 1997.
- MONZONI, M. Prefácio. In: MARCONDES, A. W.; BACARJI, C.D. ISE: sustentabilidade no mercado de capitais. São Paulo: Report, 2010.
- MORAES, Dênis de. **Crise do quarto poder e liberdade de expressão**. In: MORAES, Dênis de. *Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2016.
- MOREIRA, F.N.; FERREIRA, A.C.S.; SIQUEIRA, J.R.M.; IRIGARAY, H.A.R. Sombras e Silêncio: Análise dos Relatórios Socioambientais do Setor Elétrico. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, vol. 11, n. 1, 2016.
- MORGAN, D. L.. Focus Groups. *Annual Review of Sociology*, Vol. 22, pp. 129-152, 1996.
- MORRIS, C.. Os Magnatas: Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan Inventaram a Supereconomia Americana. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- MULLER, A.; KRAUSSL, R.. Doing Good Deeds In Times Of Need: A Strategic Perspective On Corporate Disaster Donations. *Strategic Management Journal*, *Strat. Mgmt. J.*, 32: 911-929, 2011.
- MURPHY, P.E.; SCHLEGELMILCH, B.B.. Corporate social responsibility and corporate social irresponsibility: Introduction to a special topic section. *Journal of Business Research*, v. 66, pp.1807-1813, 2013.
- NEMERY, B.; HOET, P.H. NEMMAR, A. The Meuse Valley fog of 1930: an air pollution disaster, *The Lancet*. V. 357, p.704-708. 2001.
- OLIVEIRA, F.M. Desigualdade Social: uma trajetória de insistência no Brasil. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7, Universidade Federal do Maranhão. Anais... São Luis: JOINPP, 2015. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-brasil.pdf>.
- OLIVEIRA, M. D. A. S.; CAMPOS, L. M. D. S.; SEHNEM, S.; ROSSETTO, A. M.. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. *Production*, v.24, n.2, 392-404, 2014.
- OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **O livro do Boni**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- OLMEZ, G.M.; DILEK, F.B.; KARANFIL, T.; YETIS, U.. The environmental impacts of iron and steel industry: a life cycle assessment study. *Journal of Cleaner Production*. Volume 130, pages 195-201. 2016.

PARADELLA, R. Novos dados geoespaciais mostram área atingida pelo rompimento da barragem. In: Agência IBGE notícias. 15/02/2019 10h00. Atualizado em 19/02/2019 09h11. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23808-novos-dados-geoespaciais-mostram-area-atingida-pelo-rompimento-da-barragem>.

PASSETTI, E. BIANCHI, L.; BATTAGLIA, M.; FREY, M.. When Democratic Principles are not Enough: Tensions and Temporalities of Dialogic Stakeholder Engagement. *Journal of Business Ethics*, p. 1-18, 2017.

PATTON, M. Q.. *Qualitative research and evaluation methods*. 3rd ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

PINTO, A. L. ; RIBEIRO, M.S.. Balanço Social: Avaliação de Informações Fornecidas Por Empresas Industriais Situadas no Estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15 (36), p.21-34, set/dez 2004.

PIRES, M. A.. (Ir)responsabilidade social empresarial: o desastre ambiental de Mariana-MG sob o ponto de vista dos moradores das regiões afetadas. Tese (doutorado). Fundação Getúlio Vargas, 2018. 170 f.

PONÇONI, R. M.; FRANCO, C.. Balanço Social: Identificação de Indicadores Socioeconômicos e Ambientais de Empresas Com Certificação de Responsabilidade Social em Mato Grosso. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 4, n. 8, Ago./Dez. 2015.

POPE, C.; ZIEBLAND, S.; MAYS, N.. Qualitative research in health care: Analysing qualitative data. *British Medical Journal - BMJ*. London. vol 320 (7227), p. 114-116, Jan 8. 2000.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos Avançados*. Vol. 31. Nº 89. 2017.

PRICE, J.M.; SUN, W. Doing good and doing bad: The impact of corporate social responsibility and irresponsibility on firm performance. *Journal of Business Research*, Volume 80. Pages 82-97. 2017.

QUIERATI, L. Tragédia em Brumadinho. Mg Identifica 247ª Vítima De Brumadinho; Corpo Estava 8 Metros Sob A Lama. UOL, em São Paulo, 04/07/2019 18h54. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/04/brumadinho-corpo-8-metros-profundidade.htm>.

RACHED, D.. The concept(s) of accountability: Form in search of substance. *Leiden Journal of International Law*, 29(2), 317-342, 2016.

RAIMI, L. Understanding Theories of Corporate Social Responsibility in the Ibero-American Hospitality Industry, in (ed.) *Corporate Social Responsibility and Corporate Governance (Developments in Corporate Governance and Responsibility)*. Volume 11. pp.65 - 88. 2017.

- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2006.
- REN, L.; YANG, W.; BAI, Z.. Characteristics of Major Air Pollutants in China. *Adv Exp Med Biol.* 1017:7-26. 2017.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
- RUDIO, F. V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RSF – Repórteres Sem Fronteiras. A hegemonia da concentração sem limites. **Media Ownership Monitor – Brasil**, out/2017. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao>. Acesso em: 08/03/2021.
- RSF – Repórteres Sem Fronteiras. Quem controla a mídia no Brasil? **Media Ownership Monitor – Brasil**. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br>. Acesso em: 08/03/2021.
- RUF, B. M.; MURALIDHAR, K.; BROWN, R. M.; JANNEY, J. J.; PAUL, K. An empirical investigation of the relationship between change incorporate social performance and financial performance: a stakeholder theory perspective. *Journal of Business Ethics.* v. 32 (2), pp. 143-156, 2001.
- SALDAÑA, J.. The coding manual for qualitative researchers. Thousand Oaks, CA: SAGE. 2009.
- SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n.1, p. 105-122, 2012.
- SANTOS, H. L.; FIALHO, M. L.; REIAS, K.P.; M.V. FRANCO; OLIVEIRA, R.B.. Relação entre poluentes atmosféricos e suas consequências para a saúde. *Revista Científica Intr@ ciência*, v. 17, p. 01-24, 2019.
- SAUERBRONN, F. F.; SAUERBRONN, J. F. R.; PAULA, J.. Uma análise das Estratégias de Responsabilidade Social Empresarial dos Fundos de Investimento Éticos. In: IV Encontro de Estudos em Estratégia da ANPAD. Anais... Recife: 3Es, 2009.
- SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: a three-domain approach. *Business Ethics Quarterly.* v. 13. n. 4. p. 503-530. 2003.
- SCORZA, Manuel. **Sobre**. Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sobre>. Acesso em 26/12/2020.
- SEGNESTAM, L. Indicators of Environment and Sustainable Development: Theories and Practical Experience. The International Bank for Reconstruction and Development. <http://siteresources.worldbank.org/INTEEI/936217-1115801208804/20486265/IndicatorsofEnvironmentandSustainableDevelopment2003.pdf>. Washington DC: World Bank, 2002.

SHEA, B. Teoria da Ação Comunicativa. In: ARP, R. 1001 Ideias Que Mudaram Nossa Forma de Pensar. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

SHEPPARD, J. Mount Polley mine tailings pond breach followed years of government warnings. British Columbia. CBC News · Posted: Aug 05, 2014 9:50 PM PT | Last Updated: August 6, 2014. Disponível em <https://www.cbc.ca/news/canada/british-columbia/mount-polley-mine-tailings-pond-breach-followed-years-of-government-warnings-1.2728591>.

SILVA, A. P. F. et al. A Demonstração de Valor Adicionado como Alternativa de Medição do Desempenho Gerencial: Um Estudo Comparativo entre Demonstrações Nacionais e Internacionais. Anais do 1o Seminário USP de Contabilidade. São Paulo: 2001. Texto em CD-ROM.

SILVA, I.S.; VELOSO, A.L.; KEATING, J.B.. Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. Revista Lusófona de Educação, 26, 2014.

SIQUEIRA, J. R. M. e VIDAL, M. C. R. Balanços Sociais Brasileiros: Uma Análise de seu Estágio Atual. Anais do 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2003. Texto em CD-ROM.

SIQUEIRA, J. R.M.. Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais. São Paulo: Atlas, 2012.

SIQUEIRA, J.R.M. Mensuração e Avaliação do Impacto Social das Organizações: Uma Análise Crítica dos Balanços Sociais e propostas para um Novo Modelo. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.

SOARES, L.N. A Exergia e a Sustentabilidade Aplicadas a Uma Usina Siderúrgica Integrada A Carvão Vegetal. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SOLOMON, F.; KATZ, E.; LOVEL, R. Social dimensions of mining: research, policy and practice challenges for the minerals industry in Australia. Resources Policy, 33, 142-149. 2008.

SOUZA, D.B.L.; GONDIM, S.M.G.; ABBAD, G.S.. Comportamento Verbal e Não Verbal em Grupos Focais: Análise de Micro Interlocuções. RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social v.2 n.3 set. / dez. 2013.

SPENCE, C. Social accounting's emancipatory potential: A Gramscian critique. Critical Perspectives on Accounting. V. 20. pp; 205-227. 2009.

STEVENS, C.. Measuring Sustainable Development. In: Statistics Brief - Organisation for Economic Co-operation and Development, vol 10, September, 2005. Disponível em <https://www.oecd.org/sdd/35407580.pdf>

STRIKE, V. M.; GAO, J.; BANSAL, P.. Being good while being bad: Social responsibility and the international diversification of US firms. *Journal of International Business Studies*, 37: 850-862, 2006.

SWEET, C. Designing and conducting virtual focus groups. *Qualitative Marketing Research: an International Journal*, June. 2001.

SWEETIN, V.H.; KNOWLES, L.L.; SUMMEY, J.H.; MCQUEEN, K.S.: Willingness-to-punish the corporate brand for corporate social irresponsibility. *Journal of Business Research*, v. 66, Issue 10, pp 1822-1830, 2013.

TANIMA, F.; BROWN, J.. Dialogic accounting and accountability systems for women's empowerment: a Participatory Action Research (PAR) case study in a microfinance-NGO in Bangladesh. *Asia-Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference* (pp. 1-32), 2016.

TARTUCE, F. *Direito Civil - Direito das Coisas. Volume 4. 11 ed.* Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia de pesquisa-ação. 15 ed.* São Paulo: Cortez, 2007.

THOMSON, I.; DEY, C.; RUSSELL, S.. Activism, arenas and accounts in conflicts over tobacco control. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(5), 809-845, 2015.

THOMPSON, John B.. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TRANCOSO, V. F.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z.. GRI: Uma Análise da Percepção da Relevância dos Indicadores Ambientais Essenciais por Organizações Não Governamentais Fluminenses. In: *Congresso Nacional de Administração e Contabilidade, 9, Anais....* Rio de Janeiro: AdCont, 2018.

UFF – Universidade federal Fluminense. *Cronologia da UFF.* Disponível em <https://linhadotempo.uff.br/lista>. Acesso em 07 fev. 2023.

UGB - Centro Universitário Geraldo de Biase. *Nossa história.* Disponível em <http://www2.ugb.edu.br/institucional/nossa-historia>

UNIFOA - Centro Universitário de Volta Redonda. *Duas instituições, uma história.* Disponível em <https://www.unifoa.edu.br/institucional-sobre/>.

USNRC, United States Nuclear Regulatory Commission. *Backgrounder on the Three Mile Island Accident.* Office of public affairs. 2018. Disponível em <https://www.nrc.gov/reading-rm/doc-collections/fact-sheets/3mile-isle.html>.

VALENTE, N.T.Z.; FUJINO, A.. *Qualidade da Informação Contábil na Perspectiva do Usuário da Informação.* In: *XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.* Anais... João Pessoa/PB: ENANCIB, 2015.

VAN BELLEN, H. M.. Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 235p.

VASCONCELOS, E. M. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAZ, C.R.; LEZANA, A.G.R.; MALDONADO, M.U.. Comparação Entre os Relatorios Gri, Ibase e Ethos no Quesito Meio Ambiente. In: Simpósio de Engenharia de Produção, 5, Anais...Salvador: SIMEP, 2017.

VINNARI, E.; DILLARD, J.. (ANT)agonistics: pluralistic politicization of, and by, accounting and its Technologies. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 39, pp. 25-44, 2016.

VINNARI, E.; LAINE, M.. The moral mechanism of counter accounts: The case of industrial animal production. *Accounting, Organizations and Society*, 57(February), 1-17, 2017.

WANG, D. H.M.; CHEN, P.H.; YU, T. H.K.; HSIAO, C.Y. The effects of corporate social responsibility on brand equity and firm performance. *Journal of Business Research*. V. 68. n.11, p. 2232-2236. 2015.

WILKINGSON, S.. Focus group methodology: a review. *International Journal Social Research Methodology*. V.1, n.3, p. 181-203, 1998.

WILLIAMS, C.E. Environmental impact of the Iron and Steel Industry in the Early Industrial Revolution. In book: *The Industrial Revolution in America, Volume 1: Iron and Steel.*, Publisher: ABC-CLIO, Editors: K. Hillstrom and L.C. Hillstrom, pp.157-182. 2005.

XING, X.; YAN, S. Accounting information quality and systematic risk. *Review of Quantitative Finance Accountig*, 52, 85-103, 2019.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia da pesquisa. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013. 134p.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

As empresas são responsáveis por trazer benefícios para as populações onde estão instaladas suas operações industriais, como, por exemplo, empregos. Porém elas expõem essas populações a efeitos negativos como a contaminação do ar, por exemplo. Tendo em vista essa situação essa pesquisa, entre vários objetivos, tem como propósito sugerir a publicação de **um conjunto de informações que atendam às demandas da população local, ampliando os canais de comunicação existentes entre a CSN e a população do entorno.**

Assim, solicitamos a sua participação nesta pesquisa respondendo às questões. É importante destacar que não existe resposta certa ou errada. Peço também a sua **autorização para que a entrevista seja registrada eletrônica e manualmente.**

Cabe registrar que todas as respostas, bem como a sua identidade e privacidade serão respeitadas e tratadas com padrões profissionais de sigilo, ou seja, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo e/ou em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa. Os dados e informações coletadas nesta pesquisa serão utilizados somente para os fins acadêmicos e na construção de indicadores que serão encaminhados à empresa.

Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar, em qualquer momento. **Ao responder às questões você concorda em participar da pesquisa** e que foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as suas dúvidas. Caso tenha qualquer dúvida ou necessite de informações também pode entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail: isabelcabralrj@gmail.com

Alguma dúvida? Podemos começar?

DATA: ___/___/_____ **HORA INICIAL:** _____ **HORA FINAL:** _____

INÍCIO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1. Nome do entrevistado:**
- 2. Nome da Organização:**

ANEXO II - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. CATEGORIA EQUILÍBRIO AMBIENTAL
1.1. Que informação você gostaria que fosse divulgada em relação a consumo de recursos e geração de resíduos nas operações de Volta Redonda?
1.2. Que informação você gostaria que fosse divulgada em relação a acidentes ambientais e emissão de poluentes relacionados às operações de Volta Redonda?
1.3. Que informação você gostaria que fosse divulgada em relação a ações a favor da questão ambiental por parte da CSN de Volta Redonda?
2. CATEGORIA CONQUISTA DA DIGNIDADE SOCIAL
2.1. Que tipo de informações você gostaria que fosse divulgada em relação a ações culturais, esportivas e de educação direcionadas à comunidade de Volta Redonda patrocinadas pela CSN?
2.2. Que tipo de informações você gostaria que fosse divulgada em relação a atividades assistenciais da CSN direcionadas à comunidade de Volta Redonda?
2.3. Que tipo de informações você gostaria que fosse divulgada em relação à interação entre a CSN e a comunidade de Volta Redonda?
3. CATEGORIA BUSCA À INCLUSÃO
3.1. Que tipo de informações você gostaria que fosse divulgada em relação à maior inserção feminina na sociedade de Volta Redonda?
3.2. Que tipo de informações você gostaria que fosse divulgada em relação à maior inserção do negro na sociedade de Volta Redonda?
3.3. Que tipo de informações você gostaria que fosse divulgada em relação à maior inserção em Volta Redonda de grupos vulneráveis?
4. CATEGORIA EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA
4.1. Que informação você gostaria que fosse divulgada em relação à distribuição das riquezas produzidas pela CSN em Volta Redonda?
4.2. Que informação você gostaria que fosse divulgada em relação aos empregados trabalhando em Volta Redonda?
4.3. Que informação relativa à qualidade da relação empregado-empregador em Volta Redonda você gostaria que fosse divulgada?
5. CATEGORIA GERAL
5.1. Segundo sua percepção, que impacto a pandemia trouxe no relacionamento entre as pessoas e entre as pessoas e as organizações?
5.2. Dessa percepção que aprendizado você extrai para formular uma informação adicional, relevante para a comunidade de Volta Redonda, a ser requisitada à CSN?
5.3. Que outras informações você gostaria que fossem divulgadas pela CSN?
5.4. Quais as dificuldades e/ou problemas você enfrenta no seu dia a dia devido à proximidade com a usina siderúrgica?
5.5. Quais as dificuldades e/ou problemas você percebe que são enfrentados pela comunidade, pela proximidade com a usina siderúrgica?
5.6. Qual sua função na organização?
5.7. Há quantos anos vive e/ou trabalha na comunidade de Volta Redonda?
5.8. Há quantos anos atua no movimento social?
5.9. Qual o objetivo movimento social?
5.10. Em breve enviaremos os indicadores construídos com o auxílio de suas contribuições para sua consideração. Você gostaria de participar de um comitê de acompanhamento onde, eventualmente, serão trocadas algumas ideias sobre essa pesquisa?

ANEXO III – Códigos das Demandas Específicas

Demandas Genéricas	Demandas Específicas
1. Combate à Pobreza e à Fome	1.1. Nível de Renda dos Trabalhadores
	1.2. Desenvolvimento Econômico
	1.3. Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável
	1.4. Estímulo à Inclusão Econômica
	1.5. Melhoria do Nível Educacional e Cultural dos Trabalhadores
	1.6. Melhoria da Distribuição de Renda
	1.7. Redução da Taxa de Desemprego
	1.8. Redução da Fome
2. Diminuição no Consumo de Recursos Não-Renováveis	2.1. Estimular o Uso Eficiente da Energia
	2.2. Estimular o Uso Eficiente de Recursos Naturais
	2.3. Redução do Desperdício na Produção
3. Melhoria da Qualidade de Vida	3.1. Apoio na Obtenção de Moradia
	3.2. Criação de um Ambiente Seguro, Limpo e Saudável
	3.3. Incentivo ao Esporte e Lazer
	3.4. Melhoria das Condições de Vida
	3.5. Melhoria no Acesso à Educação e Cultura
	3.6. Melhoria no Acesso à Saúde
	3.7. Melhoria do Ambiente de Trabalho
4. Proteção aos Grupos Vulneráveis	4.1. Apoio à mulher
	4.2. Apoio a LBGTQIA+
	4.3. Apoio à População Rural
	4.4. Apoio às PCDs
	4.5. Apoio aos Indígenas
	4.6. Apoio aos Indivíduos de Baixa Escolaridade
	4.7. Apoio aos Jovens
	4.8. Apoio aos Mais Velhos
	4.9. Apoio à Pessoa Negra
	4.10. Apoio às Comunidades Locais
5. Redução da Degradação Ambiental	5.1. Conservação da Biodiversidade
	5.2. Desenvol. Sustentável de Oceanos, Mares e Zonas Costeiras
	5.3. Expansão das Áreas Florestais
	5.4. Incentivo à Prática de Manejo Florestal
	5.5. Introdução de Produtos/Serviços Ambientalmente Saudáveis
	5.6. Introdução Não Controlada de Espécies Exóticas
	5.7. Luta Contra a Desertificação e à Seca
	5.8. Manutenção das Florestas Existentes
	5.9. Preservação ou Expansão de Ecossistemas Existentes
	5.10. Proteção aos Oceanos, Mares e Zonas Costeiras
	5.11. Proteção e Conservação dos Recursos Hídricos
	5.12. Recuperação de Áreas Poluídas
	5.13. Utilização do Desenvolvimento Sustentável nos Ecossistemas Existentes
	5.14. Prevenção de Acidentes Ambientais (incluído 2021)
6. Redução na Emissão de Poluentes	6.1. Desenvolvimento de Tecnologias Limpas
	6.2. Manejo Adequado de Substâncias Tóxicas e Radioativas
	6.3. Diminuição da Agressividade das Embalagens
	6.4. Redução na Geração de Resíduos
	6.5. Redução de Emissões Atmosféricas
	6.6. Estímulo à Reciclagem e ao Reaproveitamento
7. Reforço de Valores que Apóiem uma Maior Responsabilidade Social	7.1. Apoio à Liberdade de Associação
	7.2. Desenvolvimento de Ações e Campanhas Informativas
	7.3. Estímulo a um Comportamento Socialmente Responsável
	7.4. Fornecimento de Informações Corporativas de Cunho Social
	7.5. Desenvolvimento de Canais com a Comunidade (inserido 2021)

ANEXO IV – CARTA AOS RESPONDENTES

Volta Redonda, 07 de fevereiro de 2023.

Prezados Senhores e Prezadas Senhoras,

Vocês participaram de uma longa entrevista com o propósito de captar seus anseios em relação às operações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), visando a elaboração de indicadores socioambientais de interesse da comunidade local em Volta Redonda.

Após a transcrição das entrevistas, identificação das demandas genéricas e específicas, classificação dessas demandas e aglutinação em unidades de informação, foi elaborado um conjunto de indicadores socioambientais.

Como foi comentado na reunião do dia 12 de dezembro de 2022, estes indicadores serão encaminhados a um interlocutor da CSN com o propósito de uma apreciação inicial. Na referida reunião foi sugerida a criação de um fórum permanente para elaboração de indicadores socioambientais orientados para a comunidade local.

Acreditamos que esta proposta poderá trazer múltiplos benefícios, tais como:

- Debates trimestrais baseados nos indicadores anteriormente citados, permitindo o aprimoramento contínuo dos mesmos para que reflitam mais fidedignamente os anseios da comunidade local;
- Criação de grupos de trabalho para atuar em aspectos específicos da proposta, resultando em sugestões para a criação, mescla, mudança ou extinção de indicadores;
- Elaboração de grupos focais acompanhados por docentes e discentes da UFF que permitam identificar graus de apoio ou aversão aos indicadores, anseios e necessidades de aprofundamento;
- Surgimento de um conhecimento mais amplo e profundo dos problemas que afligem a comunidade, expandindo o sentimento de solidariedade e a busca por soluções;
- Preparo de cursos para estudantes da UFF e a comunidade, voltados para problemas que emergem dos debates e elaboração de relatórios de sustentabilidade;
- Escolha de um comitê de três a cinco pessoas, com um ou dois professores da UFF com papel de assessoria, que servirá de ponte entre os interlocutores da CSN e o fórum; e
- Votação democrática de propostas surgidas das discussões junto à CSN, que deverá ocorrer, ao menos, duas vezes ao ano; entre outros.

Tendo em vista este cenário, vocês receberão nos próximos dias a proposta inicial de indicadores que será encaminhada à CSN e gostaríamos de receber suas sugestões para aprimoramento, no espírito do texto acima.

Desde já agradecemos a colaboração,

Prof^a Isabel Cabral
Doutoranda